MATUTANDO

Diálogos Formativos

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Cláudia Helena dos Santos Araújo
Daniela Rodrigues de Sousa
Joana Peixoto
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)
(Organizadores)

Editora UNIJUÍ

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Cláudia Helena dos Santos Araújo
Daniela Rodrigues de Sousa
Joana Peixoto
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)
(Organizadores)

MATUTANDO

Diálogos Formativos

Editora UNIJUÍ

Ijuí
2022

©2022, Editora Unijuí

Editor
Fernando Jaime González

Diretora Administrativa
Márcia Regina Conceição de Almeida

Capa
Alexandre Sadi Dallepiane

Imagem de capa:
www.freepik.com

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa
Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Conselho Editorial
- **Fabricia Carneiro Roos Frantz**
- **João Carlos Lisbôa**
- **Vânia Lisa Fischer Cossetin**

Rua do Comércio, 3000
Bairro Universitário
98700-000 – Ijuí – RS – Brasil

(55) 3332-0217

editora@unijui.edu.br

www.editoraunijui.com.br

fb.com/unijuieditora/

Este livro, em formato E-book, foi produzido e publicado com recursos do Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa – PROAPP/IFG Fomento Universal para Pesquisadores/AS/IFG Edital N° 013/2020-PROPPG, de 20 de novembro de 2020

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

O conteúdo dos presentes capítulos é de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Catalogação na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

M445

Matutando [recurso eletrônico]: diálogos formativos / organizadores Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar ... [et al.]. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2022. 217 p. ; 30 cm.

Formato digital.

ISBN 978-85-419-0323-3

1. Educação escolar. 2. Políticas educacionais. 3. Pandemia – Debates. 4. Pesquisadores – Debates. I. Echalar, Adda Daniela Lima Figueiredo.

CDU: 37.014

Bibliotecária Responsável
Ginamara de Oliveira Lima
CRB10/1204

Editora Unijuí afiliada:

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7
Raquel Marra

APRESENTAÇÃO
MATUTANDO: DIÁLOGOS FORMATIVOS 12
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Joana Peixoto, Júlio César dos Santos

CAPÍTULO 1
EDUCAÇÃO, TEMPO LIVRE E NOVAS ROTINAS DE PRODUTIVIDADE 17
Luciene Maria Bastos, Marcos Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 2
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA 24
Jackeline Império Soares, Maria Margarida Machado

CAPÍTULO 3
FINALIDADES DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA 30
José Carlos Libâneo, Joana Peixoto

CAPÍTULO 4
INCLUSÃO DIGITAL VIA AMBIENTE ESCOLAR 37
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

CAPÍTULO 5
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO *ON-LINE* 45
Cláudia Helena dos Santos Araújo, Joana Peixoto

CAPÍTULO 6
O TRABALHO DOCENTE COM USO DE TECNOLOGIAS 52
Daniela Rodrigues de Sousa, Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

CAPÍTULO 7
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA USO DE TECNOLOGIAS 60
Denise Cristina Bueno, Joana Peixoto

CAPÍTULO 8
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE 68
Sandra Valéria Limonta Rosa, Maria Valeska Viana

CAPÍTULO 9
CONDIÇÕES DOMICILIARES DE ENSINO E APRENDIZAGEM 76
Catarina de Almeida Santos, Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

CAPÍTULO 10
ESTUDANTES E TRABALHO REMOTO: AUTONOMIA EM QUESTÃO 84
Sebastião Cláudio Barbosa, Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

CAPÍTULO 11
TRABALHO PEDAGÓGICO: FORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS 91
Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Joana Peixoto

CAPÍTULO 12
MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA OU MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA? 99
Joana Peixoto, Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

CAPÍTULO 13
PLATAFORMAS DIGITAIS PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA 107
Nelson De Luca Pretto, Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

CAPÍTULO 14
ARTE E ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA 116
Mariana de Cássia Assumpção, Joana Peixoto

CAPÍTULO 15
ARTE, CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA 125
Rita Von Hunty, Jackeline Império

CAPÍTULO 16
ARTE E EDUCAÇÃO INFANTIL 130
Pollyanna Rosa Ribeiro, Daniela Rodrigues de Sousa

CAPÍTULO 17
ARTE EM TEMPOS DE PANDEMIA 137
Júlio César dos Santos (Júlio Vann), Jhonny David Echalar

CAPÍTULO 18
ESCOLA (COM)CIÊNCIA NA PANDEMIA 145
Márlon Herbert Flora Barbosa Soares, Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

CAPÍTULO 19
INCLUSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA 153
Sandra Regina Longhin, Daniela Rodrigues de Sousa

CAPÍTULO 20
MOVIMENTO SOCIAL E COVID-19: EDUCAÇÃO, REDES E TECNOLOGIA 161
Rafael Saddi Teixeira, Jhonny David Echalar

CAPÍTULO 21
COTIDIANO, ESCOLA E PANDEMIA 175
Valdeniza Maria Lopes da Barra, Joana Peixoto

CAPÍTULO 22
TRAJETÓRIAS DE APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS: AQUÉM E ALÉM DA PANDEMIA 183
Joana Peixoto, Jhonny David Echalar

CAPÍTULO 23
MATUTAR É PRECISO! 192
Cláudia Helena dos Santos Araújo, Gislene Lisboa de Oliveira,
Júlia Cavasin Oliveira, Mary Aurora da Costa Marcon

AUTORES(AS)
Currículos Resumidos 203

PREFÁCIO

Raquel Marra

O *e-book* "*Matutando: diálogos formativos*" é uma obra que apresenta de forma textual parte dos conteúdos da série de mesmo nome disponibilizada em vídeos no YouTube, e que já se encontra amplamente conhecida no meio educacional, principalmente por estudantes e professores, mas também por outros segmentos da sociedade. Os organizadores do *e-book* são os pesquisadores Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Cláudia Helena dos Santos Araújo, Daniela Rodrigues de Sousa, Joana Peixoto, Júlio César dos Santos, todos integrantes do Kadjót – Grupo interinstitucional de estudos e pesquisas sobre as relações entre as tecnologias e a educação.

Ao prefaciar "*Matutando: diálogos formativos*", optei por trazer uma visão geral sobre a contribuição da obra em seu conjunto em vez de uma apresentação de cada capítulo. De imediato, já se identifica a relevante contribuição desde a série, carinhosamente apelidada de *Matutando,* concebida no contexto da pandemia de Covid-19. Caracterizando-se inicialmente como alternativa formativa a estudantes de Licenciatura, mediante a suspensão das aulas presenciais e o distanciamento social instituído no país com o fim de conter disseminação da pandemia, *Matutando* surgiu como ação criativa de enfrentamento das consequências da pandemia para a educação. Hoje pode ser considerada uma ação pedagógica, investigativa e extensionista de alto significado social para o campo educacional e para a sociedade em geral. Ao reunir em *e-book* o conteúdo abordado na série, os organizadores ampliam a contribuição do Grupo "Kadjót" ao debate acerca de diversificados temas sociais educacionais/sociais, evidenciando, também, o compromisso social das instituições envolvidas na sua produção e difusão.

Ler em primeira mão os capítulos que compõem este *e-book* foi como revisitar a série, que venho acompanhando como uma rica fonte de conhecimento e de reflexão. Revisitar a série nas páginas do *e-book*

elevou mais o respeito que tenho por esse importantíssimo trabalho, expressão do vigor intelectual crítico de seus criadores, que se lançaram em um movimento de resistência e de enfrentamento nascido dentro da, e motivado pela pandemia da Covid-19. Esta pandemia já se tornou uma experiência humana universal que talvez possa se configurar como uma das mais devastadoras do século 21, quiçá do mundo contemporâneo. Ao ler os 23 capítulos foi inevitável rememorar os quase dois anos desta terrível experiência que, no caso brasileiro, ocorre em um dos momentos em que mais avançam as políticas neoliberais cujo resultado tem sido o aumento das desigualdades e exclusão social. A população brasileira viu-se desamparada politicamente, economicamente, emocionalmente enquanto seus familiares perdiam a vida e o governo banalizava a morte. De imediato veio a correlação com o conceito de necropolítica, por meio do qual Mbembe (2018) mostra uma nova forma de exercício do poder. Trata-se de um poder que se nutre da relação entre política e morte, sendo este poder um elemento inerente ao avanço do neoliberalismo e à reprodução do capitalismo em profunda crise no contexto contemporâneo. Nesse contexto, a necropolítica se exerce como "o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (Mbembe, 2018, p. 5). Ainda que o autor não tenha remetido tal conceito à pandemia da Covid-19, pode-se entender que tal pandemia foi um grande laboratório de aprofundamento da necropolítica. A política da morte tornou-se claramente evidenciada durante a pandemia quando, cotidianamente, passou-se a assistir às tomadas de decisão políticas que, a rigor, foram se configurando como decisões acerca de quem pode viver e quem deve morrer, e como a morte deve ocorrer, tal como descreve Mbembe. Em um exercício de ampliação do conceito de Mbembe, seria possível incluir a morte não só de corpos-psiques humanos marginalizados e excluídos por diversas razões historicamente desenvolvidas, mas também a morte da democracia, a morte da natureza, a morte da verdade, a morte da ética, da civilização, rumo à barbárie... Me vi admitindo que o conceito de necropolítica é inequívoco para o atual momento histórico da humanidade e do Brasil.

Em meio a tanto sofrimento e morte tratados de forma banal e naturalizados, *Matutando* representou uma aposta na possibilidade de revigorar nossa reflexão, fortalecer a capacidade de pensamento crítico e propositivo, compreender de forma mais profunda o caótico período pandêmico, mas pensando globalmente a sociedade, a vida, a educação, para além da pandemia. Um papel importantíssimo da série

é acentuar mais o fundamento da racionalidade, da ética, da sensibilidade, da esperança, como instrumentos da luta não violenta a ser continuamente travada em busca da transformação social e da emancipação humana, sobretudo por meio da educação.

Matutando: diálogos formativos articula o diálogo aberto entre público e pesquisadores cujo trabalho intelectual científico, pedagógico, artístico, tecnológico, político e educacional vem contribuindo para fortalecer e recriar a capacidade humana de superação das contradições sociais, sobretudo aquelas que afetaram quase que de forma devastadora a educação escolar, a escola, os professores, os estudantes, as famílias. Tudo aquilo que antes da pandemia já era um desafio abissal, durante a pandemia multiplicou-se a ponto de nos aparentar como algo intransponível. Nos 23 capítulos do *e-book* encontramos as análises destes pesquisadores sobre diversificados aspectos do fenômeno pandêmico, articulando-se com o contexto anterior à pandemia e projetando-se para além dela. As análises críticas se fazem acompanhar de linhas de ação assertivas no enfrentamento e superação das consequências da pandemia de Covid-19 e, sobretudo, das várias pandemias que nos assolam, no sentido metafórico, como a pobreza, os vários tipos de exclusão social, a destruição da natureza, a violência, o retrocesso civilizatório, etc. A cada capítulo, o chamamento inicial ao tema abordado e natureza das questões apresentadas vão levando o leitor a um movimento progressivo de compreensão crítica dos impactos da pandemia na educação e na sociedade, mas também das conexões deste impacto com a estrutura do capitalismo em crise no mundo contemporâneo.

Os convidados são pesquisadores de diversificadas orientações teóricas e que têm distintos objetos de investigação. O traço que os une é a maturidade intelectual e acadêmica e o fato de serem reconhecidos por seu trabalho nacional e internacionalmente. Entre a diversidade temática que perpassa o conjunto dos capítulos, pude identificar três temas recorrentes: a relação entre as contradições sociais no capitalismo contemporâneo, que produz e mantém as desigualdades sociais e educacionais; a própria pandemia de Covid-19 como fenômeno social e político e não apenas natural e o aprofundamento das fragilidades e precariedades da educação brasileira no contexto pandêmico. Esses três temas, ao serem tratados pelos convidados, vão se desdobrando em subtemas e compondo, metaforicamente, um mapa dos desafios que a sociedade e o campo educacional e científico vêm enfrentando como consequência da pandemia de Covid-19.

Mais do que possíveis e necessárias respostas, *Matutando* nos proporciona, por meio da sua sistemática de organização e dos conteúdos enfocados, um conjunto de questionamentos de perpassam aspectos filosóficos, políticos, éticos, estéticos, históricos, técnicos e tecnológicos que desafiam nosso pensamento e nossa ação para criar alternativas. Assim, vai subsidiando os sujeitos da educação em cada contexto que se encontram, em cada escola de Ensino Fundamental ou Médio, em cada família, em cada instituição de Ensino Superior, em cada curso de Pós-Graduação, em cada grupo de pesquisa, na construção das alternativas. Ademais, se estabelece como uma referência crítica de elevada qualidade intelectual e científica para todos os que se interessam pela defesa da educação a partir de bases sociais democráticas e emancipatórias.

Os temas são diversificados e ricos e os diálogos com os convidados vai trazendo à tona posições teórico-políticas e éticas requeridas mediante os abalos propositalmente provocados à educação escolar em nosso país atualmente, inclusive de forma oficial por meio das políticas educacionais. O fio condutor da organização temática dos capítulos traça o movimento de apreensão crítica da realidade social e educacional anterior à pandemia, estabelece conexões com o período pandêmico, traz à tona a descrição da realidade educacional no nosso pais para professores, estudantes e famílias no contexto pandêmico, provocando no leitor a necessidade de refletir sobre qual o sentido de cada aluno multiplamente excluído da educação escolar (exclusão política, material, cultural, científica, intelectual, etc.) e cada professor multiplamente expropriado e heteronomizado por meio do trabalho pedagógico na forma que vem sendo imposto. Enfim, os diálogos travados nos capítulos alimentam nossa inteligência e nossa sensibilidade, fortalecendo o propósito de construção da dignidade humana, de garantia dos direitos humanos, de fraternidade, solidariedade, democracia, justiça social, defesa do bem comum, cuidado e preservação de todas as formas de vida.

Cada leitor fará sua própria análise sobre a contribuição deste *e-book* e elaborará suas próprias conclusões sobre a cooperação que oferece. Minha análise é de que, neste momento histórico da sociedade brasileira em que ganham notoriedade a mentira trajada de verdade incontestável, as práticas de silenciamento, ocultação de informações, inversão e deturpação das ideias e dos fatos por meio das alcunhadas “narrativas”, que não passam de falsas verdades ou pós-verdades,

vindas principalmente do meio político oficial e dos segmentos sociais conservadores e autoritários, é fundamental proporcionar amplo acesso ao pensamento crítico elaborado e fundamentado epistemologicamente, firmado em dados rigorosos, em depoimentos transparentes daqueles que estudam e investigam o complexo e multifacetado fenômeno que é a educação e a formação humana. O *e-book Matutando: diálogos formativos*, ao proporcionar acesso a um diálogo com tal qualidade cumpre relevante papel pedagógico, social, ético e político.

Aos organizadores, meu veemente elogio. Aos leitores, meu desejo de que os diálogos presentes em cada página provoquem a necessidade de lutar em favor de um projeto de educação que, em vez de aniquilar a essência humana, proporciona o desenvolvimento humano pleno e em sua máxima potencialidade.

Goiânia, 20 de dezembro de 2021.

Dado oficial de 618 mil mortes por Covid-19 em 19/12/2021.

REFERÊNCIA

MBEMBE, Achille. *Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

APRESENTAÇÃO

MATUTANDO: DIÁLOGOS FORMATIVOS

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Joana Peixoto
Júlio César dos Santos

"*Matutando: diálogos formativos*" é um projeto criado por um grupo de professores do Instituto Federal de Goiás (IFG) que se mobilizou para oferecer alternativas formativas a seus estudantes de Licenciatura quando as aulas presenciais foram suspensas em todo o Brasil em creches, escolas, universidades e demais instituições de ensino superior, como medida para conter a propagação da Covid-19.

É, então, que os(as) professores(as) Jackeline Império Soares, Joana Peixoto, Júlio César dos Santos e Luciene Maria Bastos articularam-se em torno da proposta de oferecer ações formativas acessíveis aos estudantes das Licenciaturas do *Campus* Goiânia, neste contexto de suspensão do calendário escolar por tempo indeterminado. Queríamos estabelecer contato com as turmas neste momento de distanciamento social, estabelecendo diálogos e desenvolvendo atividades educativas.

A primeira alternativa foi a distribuição de material impresso para a criação de um processo de interação dialógica em torno de temas relacionados às disciplinas que estavam sob a nossa responsabilidade. Os temas, conteúdos de ensino, enfim, o conceito subjacente ao projeto formativo era importante, mas o suporte foi uma preocupação fundamental porque precisávamos estabelecer um processo de comunicação entre professores(as) e estudantes distanciados fisicamente.

A internet – por intermédio de suas diversas ferramentas e aplicativos – colocava-se como uma das alternativas mais evocadas naquele momento. Compreendemos, todavia, que o suporte midiático principal não poderia ser a Internet, visto que a maioria dos estudantes de instituições de Ensino Superior de escolas públicas não possuem

computador e um pacote de dados que permita as operações mínimas necessárias para o ensino e a aprendizagem, tais como a comunicação síncrona, a visualização de arquivos em vídeo ou a transferência de arquivos, que demandam velocidade de processamento de dados e capacidade de memória ampliada.

Além disso, estávamos cientes que a grande maioria de nossos(as) estudantes acessam a Internet pelo celular, dispositivo que não atende ao conjunto das necessidades formativas do Ensino Superior, como a leitura e a escrita de textos que envolvem conceitos e argumentação reflexiva, por exemplo.

A partir da concepção de que a educação é um direito inalienável de toda a população e, tendo em vista o fato de que o acesso à Internet, pela maioria dos estudantes, não oferece a qualidade necessária para permitir aprender por meio da educação a distância, esta proposta buscou, entre os recursos disponibilizados institucionalmente, meios formativos que atendessem a uma parcela maior dos estudantes.

Cientes de que a população brasileira tem maior acesso a canais de rádio e de televisão aberta em suas residências, propusemo-nos a constituir um projeto formativo a ser veiculado por estes canais. A colaboração institucional entre o IFG e a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE) permitiu a constituição de um projeto formativo veiculado pela TV UFG – emissora de televisão educativa da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A abertura deste canal mais abrangente de comunicação nos permitiu ampliar o conceito deste projeto formativo. Propusemo-nos, assim, a promover o debate, não apenas de tópicos relativos às disciplinas com as quais trabalhávamos na Graduação, mas de temas da educação, sempre em relação ao contexto pandêmico.

Nasceu, então, o projeto de ensino "Saberes Inter/Transdisciplinares", em sua ação nominada "Diálogos Formativos: educação em tempos de pandemia". Neste projeto propusemos o Programa "Matutando: diálogos formativos", um dispositivo de formação aberta visando a oferecer uma alternativa formativa aos(às) estudantes dos cursos de Licenciatura do IFG, bem como ao público em geral, por meio de um canal de televisão aberta. Um dispositivo com o objetivo geral de discutir temas emergentes do contexto da pandemia de Covid-19, tomando como fundamentos os tópicos ou conceitos básicos das disciplinas pedagógicas que compõem as matrizes curriculares das Licenciaturas.

Este projeto materializou-se no formato de um programa semanal de entrevistas com a duração de 30 minutos, transmitido pelo Canal digital 15.1 em sinal aberto (UHF), pelo canal 21 da NET e 15 Gigabytes HDTV e com transmissão simultânea pelo canal na plataforma YouTube da Diretoria de Educação a Distância do IFG (YouTube da EaD IFG).

Cada entrevista tem a mediação de um(a) do(a)s docentes responsáveis pelo projeto e a participação de um(a) convidado(a), profissional da educação e/ou pesquisador(a) que se dedica ao tema, abordando um conceito que serve de base para a discussão realizada. Ao final da entrevista são apresentadas indicações de leitura para aprofundamento e continuidade nos estudos sobre a temática dialogada.

O primeiro momento organizacional do programa ocorreu de 7 de julho a 31 de agosto de 2020, com os professores supracitados do IFG. Em razão da continuidade da pandemia, no momento de franca expansão das contaminações e mortes em nosso país e no mundo, viu-se a necessidade de continuarmos em isolamento social. Tal decisão imputou a expansão das atividades para todo o segundo semestre de 2020 e, com isso, a necessidade de alteração e ampliação da equipe que constituía a curadoria do Programa. Assim, a equipe responsável pela curadoria do programa foi alterada e integrou-se aos dois docentes da equipe anterior (professores Joana e Júlio), o trabalho da professora Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, da UFG.

Neste momento, o programa assume as bases teóricas do *Kadjó*t – Grupo interinstitucional de estudos e pesquisas sobre as relações entre as tecnologias e a educação, para discutir a educação em tempos de pandemia. A partir de então, além de se institucionalizar como projeto de ensino do IFG, foi também instituído como projeto de extensão na UFG e na condição de atividade formativa aberta do *Kadjót*.

Por meio dos projetos de ensino e de extensão, são realizadas inscrições que permitem um mapeamento de inscrita(o)s ou não inscrita(o)s que participam do *chat* no canal do YouTube.

A configuração/formatação do programa *Matutando: diálogos formativos* se efetiva em séries temáticas. A cada série os participantes podem fazer inscrição via formulário disponibilizado via *e-mail* ou na descrição de vídeo do canal no YouTube e, ao final, podem solicitar certificação para a atividade extracurricular. Os *feedbacks* dos participantes

tanto no *chat* quanto nas respostas ao formulário final para certificação, contribuíram para delinear as novas séries e temas para os episódios que as compõem.

Em razão da manutenção do isolamento social e do compromisso de realizar programas semanais, a equipe responsável pela curadoria do programa se expandiu e se efetivou a partir da 4ª série de programas. Agregaram-se à equipe dois outros membros do *Kadjó*t – a professora Daniela Rodrigues de Sousa (docente da PUC/Goiás) e o professor Jhonny David Echalar (docente da Seduc/Goiás), e assim, este grupo passou a ser composto por 5 (cinco) integrantes responsáveis pela curadoria – escolha, contatos e elaboração de roteiros com a(o)s convidada(o)s e pela mediação dos diálogos/entrevistas.

A maioria da(o)s inscrita(o)s são estudantes e docentes de cursos de Licenciatura e de cursos de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* nas áreas de educação e do ensino, mas pudemos identificar participantes de diversas áreas de formação, estudantes de Ensino Médio, estudantes de cursos de Graduação em distintos campos do conhecimento. Além de docentes, contamos também com a assistência de trabalhadores da educação básica, como bibliotecário(a), merendeiro(a) e auxiliar de serviços gerais.

Quando esta apresentação foi escrita, em novembro de 2021, o programa *Matutando: diálogos formativos* havia realizado 15 séries com 62 episódios inéditos e 11 reprises, disponíveis na *playlist* Matutando do canal EADIFG no YouTube. Até 31 de dezembro de 2021 completaram 16 meses ininterruptos de programa, organizados em 16 séries com 67 episódios inéditos e 11 reprises, totalizando 78 programas exibidos.

Neste livro reproduzimos 22 entrevistas das cinco séries iniciais que compõem o Programa *Matutando: diálogos formativos*, a saber: 1ª série – Educação em tempos de pandemia, 2ª série – Reorganização do calendário escolar e trabalho remoto, 3ª série – Trabalho remoto: condições para o ensino e a aprendizagem, 4ª série – Arte, cultura e tecnologia e 5ª Série – Pesquisa, extensão e formação humana. Elas foram realizadas no período de 7 julho a 25 de dezembro de 2020. Cada entrevista foi transcrita, revisada e autorizada para publicação pela(o)s convidada(o)s e mediadore(a)s.

Cada um dos diálogos/entrevistas constitui um capítulo deste livro, conforme é possível ver no índice, seguidos por um capítulo final no qual são tecidas algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido neste período como um todo, porque afinal – MATUTAR É PRECISO!

CAPÍTULO
1

EDUCAÇÃO, TEMPO LIVRE E NOVAS ROTINAS DE PRODUTIVIDADE[1]

Luciene Maria Bastos
Marcos Aurélio Fernandes

Dada a ideia de que a suspensão do calendário escolar sugere a possibilidade de um tempo livre, no programa de hoje discutiremos a raiz originária desse conceito e sua relação com a escola sob um olhar histórico-filosófico. Entendendo a educação como a humanização de cada novo ser, em cada povo, a cada época, num contexto histórico que mantém a vida em comunidade, justifica-se nossa preocupação com a vinculação, cada vez mais intensa, da educação e da escola ao útil, ao instrumental, deixando de lado sua natureza e sentido. Aristóteles já nos chama a atenção de que a formação do homem não deveria se limitar a ensinar apenas o conhecimento útil, mas também deveria se dedicar à formação para a "*skholé*", o ócio, palavra que ganhou o significado de tempo livre.

Qual a relação entre a ideia de tempo livre e a escola? Como pensar essa relação num contexto de isolamento social que passa a exigir novas formas de produtividade?

Para dialogar sobre essas questões, convidamos o professor Marcos Aurélio Fernandes.

Luciene Maria Bastos

Professor Fernandes, como filósofo e intelectual que pensa a educação em nosso país, eu gostaria que o senhor falasse sobre o sentido da palavra grega *skholé*, para que desse termo derivasse a nossa palavra escola.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 17/7/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/7cT_JHZhiX8

Marcos Aurélio Fernandes

Olá, boa tarde, saúdo a todos e a você, Luciene.

Bem, a nossa palavra da língua portuguesa escola deriva da palavra latina *schola*, que, por sua vez, provém da palavra grega *skholé*. Assim, o nome escola atesta uma proveniência histórica e s*kholé* é com efeito a ideia fundante da escola.

Desde a confraria de Pitágoras, dedicada às musas, a academia de Platão, o liceu de Aristóteles, até a fundação das universidades na Idade Média, a escola fora concebida como comunidade dedicada ao ócio. O ócio é a experiência inaugural da escola. Ele é uma superação da dinâmica do negócio.

A linguagem, nas línguas gregas e latina, atesta que *skholé* e ócio têm um modo de significar e uma significação positiva. Já os seus antônimos, *a-skholia* e negócio têm um modo de significado e uma significação negativa. Mas qual o critério para isso?

É que o ócio é o trabalho criativo, o negócio é o trabalho que conta com aquilo que já está dado e constituído, com os processos e recursos já disponíveis. Na mera produção de coisas novas e a inovação de recursos, ainda não a criatividade. Criatividade não é criar coisas novas. Criatividade é criar novas dimensões para as coisas surgirem e aparecerem.

O ócio é um trabalho exigente, mais exigente do que o negócio. É o trabalho de se dispor a receber novas forças de constituição de mundo e de invenção de novas coisas. O fato de a escola ser fundada sob a égide das musas, nos recorda que o trabalho da escola e na escola é fundamentalmente o trabalho para se dispor da livre criatividade. É o trabalho do ócio.

Aristóteles, na Ética a Nicômaco, retoma uma sentença do poeta Píndaro, que diz: "O sentido do trabalho, do negócio é alcançar o ócio". Na política ele põe o ócio como eixo de toda a realização humana. O ócio não é somente um tempo livre, é o tempo que cultiva e celebra a liberdade, é um tempo que predomina e não há lógica do útil, da segurança e do controle, do "dou para receber em troca", como no tempo do negócio. É um tempo em que se descobre e se cultiva a importância do desútil, pedindo a licença para usar uma palavra aqui do poeta Manoel de Barros.

Do desútil é que brotam as forças originais e originárias da existência humana. O útil é bom, mas é um bem instrumental, um meio para. O desútil é a bondade daquilo que é fim em si mesmo. O desútil é a vida em sua gratuidade, o brincar, o jogar, o festejar, o criar, o poetar, o pensar, o cultuar, o contemplar… tudo isso pertence à dimensão do desútil. É o reinado da criança, nas palavras de Heráclito. Mas nos tempos modernos o princípio se inverteu, o ócio passou a servir ao negócio, foi dissolvido e absorvido pelo negócio, com isso a educação também perdeu sua orientação fundamental.

Luciene Maria Bastos

Muito interessante a sua fala, professor, pois ela nos faz compreender que a relação entre a educação e a *skholé*, o chamado tempo livre, é uma relação intrínseca de cuidado com o desnecessário, a liberdade, o digno… e isso é fundante da escola.

Bem, a situação de pandemia e a suspensão do calendário acadêmico, se por um lado sugere a ideia de um tempo livre, por outro traz a exigência de conhecimento e de utilização das novas tecnologias no nosso cotidiano. Como o senhor vê essas novas rotinas impostas pela pandemia, em relação ao professor e aos alunos? Quais seriam os limites dessa realidade?

Marcos Aurélio Fernandes

A pandemia veio reforçar um processo que já estava em curso e que é característico da modernidade, isto é, a tecnicização do mundo. A técnica se nos impõe como uma ótica de uma produção total.

O que é uma produção total? Total é a produção que se empenha em produzir o controle, o controle de todos os processos de produção. A informatização como processo histórico instaura o estágio em que no centro de tudo está a preocupação com a segurança do controle de todo o real, por meio do controle da informação. Com ela se instaura a vida social digitalizada. O virtual, com isso, passa a ser um meio, o elemento em que vivemos de modo predominantemente a vida real, com se diminuísse toda a distância, de tempo e de espaço. Técnicas de produção, e processamento de imagem, de som, de movimento e composição produzem o mundo marcado pela simultaneidade e pela onipresença.

A regência da técnica com isso parece ser sem volta e sem reservas. O mundo invade as nossas casas, em toda parte e a todo momento, e as nossas casas também são expostas ao mundo. Esta vida no mundo técnico tornou-se uma condição necessária para a sobrevivência, mas ela não é suficiente para uma vida em liberdade. O trabalho foi reduzido a um mero negócio e ao mero labor. Instaurou-se a ditadura do desempenho e do resultado, este trabalho se tornou móvel e remoto, está em toda parte a todo tempo. O tempo se confundiu com a velocidade, já não se tem a paciência de dar tempo ao tempo e de gostar da lentidão. Ora, não há crescimento e amadurecimento histórico humano sem lentidão. A técnica sonhou com o mundo sem terra. Ora, para o homem o avesso do errar no mundo técnico é o de habitar poeticamente a terra.

O poético aqui é a dimensão da poesia, dos seres e do ser, bem como a da linguagem de suas obras. É a dimensão da criatividade inesgotável da vida. É a paisagem da surpresa, da espera do inesperado. É o país da gratuidade, aquilo que Guimarães Rosa chamava de "a terceira margem do rio". É de lá que vêm as musas, às quais a primeira escola no Ocidente foi dedicada por Pitágoras de Samos. Seremos capazes – esta é a pergunta – seremos capazes de fazer a revirada da errância no mundo técnico para o habitar na terra poética?

Luciene Maria Bastos

Bom, professor, entendo que o grande perigo do trabalho e do estudo remoto é a subsunção do humano ao virtual, em uma diluição completa da fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Esse é um cuidado que precisamos ter.

Professor Fernandes, na pergunta final eu gostaria de retomar a ideia da *skholé,* do cuidado com o desnecessário, com a liberdade em relação à lógica da produtividade e do interesse. Como é que o senhor entende que a concepção grega de *skholé* pode nos ajudar a refletir sobre essa realidade da pandemia e, também, pós-pandemia?

Marcos Aurélio Fernandes

Então, nós vivemos em um mundo chamado da produção total. Total é a produção que pretende produzir tudo e todos, em toda a parte e a todo momento. É a produção que quer, inclusive, produzir as condições do próprio produzir. O caráter de totalidade dessa produção se impõe como totalitário, à medida que a produção técnica se torna a preocupação exclusiva e o único critério de julgamento de toda a decisão humana.

Trata-se de uma produção desafiadora e exploratória da terra. Ela perturba os vínculos imemoriais entre o homem e o seu mundo, a cultura por um lado e a terra por outro. Impõe o sonho de uma vida humana produtiva, cheia de desempenho dos técnicos eméritos pragmáticos, no mundo sem enraizamento na terra.

A pandemia trouxe uma grande crise sanitária na civilização planetária. As crises econômicas e políticas em curso se agravaram ainda mais. Vejamos o nosso país. Mas talvez, ainda, nos mantenhamos cegos para uma crise mais radical, a crise ética. Não se trata de uma crise ética, nem da crise de uma ética, é a crise da própria ética como tal. Nessa crise, o homem não persegue fins espirituais, mas apenas metas e objetivos funcionais dentro do sistema mundo. Os meios acabam se tornando absolutos, os fins desaparecem do horizonte.

Em virtude disso, o homem vive desenraizado, apátrida. Falta-lhe o *ethos*! O que é *ethos*? *Ethos* é a morada. É a paz de um abrigo para a essência do homem. É ali onde o homem se abriga na liberdade de sua essência. O homem errante, aventureiro, explorador e conquistador dos nossos dias, carece de um *ethos* para sua essência. Ele pretende ser o senhor da natureza e o controlador do sistema mundo, mas esta pretensão pode-se tornar o tormento de Tântalo, que padece pelo excesso, ou do rei Midas, que transformava tudo em ouro, mas impossibilitava a vida de ser vivida.

É que a essência do homem é o cuidado. Ser homem é estar submetido à voz que o chama a ser cuidador do ser. Duas sentenças gregas nos advertem para isso: a primeira é a dos antigos sábios gregos: Periandro, diz “cuida do todo”; a outra sentença grega é do poeta Píndaro e ela diz: “vem a ser a cada instante como és, tendo aprendido com a experiência de viver”. Essas duas sentenças no fundo dizem o mesmo, é que o homem só vem a ser como ele é, só vem a ser homem humano na medida em que ele vai aprendendo com a experiência de viver. E viver é para o homem, sempre, a cada instante, o desafio de aprender a cuidar de tudo. Ou melhor, aprender a cuidar do todo. Para o homem, viver é aprender a viver, cuidando do cuidado de tudo. Podemos acrescentar a essas duas sentenças, uma terceira: “conhece-te a ti mesmo”. Conhecimento não é, aqui, domínio objetivo e técnico sobre o real (saber = poder). Nesta sentença, “conhece-te a ti mesmo”, não está em jogo isso. O apelo aqui é o apelo para ser, para viver e não para dominar e conquistar. O apelo para ser é o apelo para tornar-se homem humano, esse homem que essencialmente já somos, aprendendo com a vida,

isso é aprendendo a cuidar do sentido do todo e de tudo. Conhecer, no "conhece-te a ti mesmo", então, significa "conascer", com sentido do todo com ser.

Uma quarta e última sentença que gostaria de lembrar, é uma que aparece nos diálogos de Platão – "cuida da morte". Não se trata aqui de algo extravagante. É que eu cuidando da vida para o homem ser mortal, implica sempre cuidado da morte. E o cuidado da morte nós podemos entender em dois sentidos: o cuidado que o homem tem com a morte, seja opondo-se a ela, seja assumindo-a, e o cuidado que a morte tem com o homem.

Talvez a pandemia tenha nos dado uma sacudida, nesse sentido. Nós, homens dessa civilização planetária, tão eficientes e cheios de méritos em nosso poder, somos mortais. A morte é a despedida do real, que está no horizonte de nosso saber e de nosso poder. Enquanto tal, a morte acena para o mistério da realidade, ela mesma, que não é nenhum real e que não se esgota em uma realização da natureza ou do homem. Ela é assim o baú do nada e a cordilheira protetora do mistério de ser.

A crise atual é fundamentalmente uma crise do habitar humano, devido ao seu desenraizamento da terra. A terra para os homens e os viventes, a casa comum. Em grego a palavra casa é *oikós*. De *oikós* vêm três palavras importantes, hoje: economia, ecologia e ecumênica. A crise atual é ecumênica, isto é, ela reúne todos os povos num único e mesmo destino, não há separação entre os povos, embora haja desigualdade entre os povos.

Somos hoje mais do que nunca uma única família humana, sofrendo as mesmas vicissitudes e encarando os mesmos desafios, o que requer a solidariedade e a fraternidade universal. Nós ainda somos errantes sobre a Terra, mas quem sabe deixando de nos preocupar apenas com a produção e com o consumo, aprenderemos a gerir uma economia que seja, também, ecológica e ecumênica.

O habitar humano é sobre a terra e sobre o céu. A pertença ao céu e à terra é um traço da essência humana que, como acenamos antes, é um cuidado. Habitar é, pois, para o homem salvar a terra, deixar a terra ser terra, na plenitude de seu vigor; é também acolher o céu com o céu, é além de tudo cuidado dos outros, de nós mortais.

A pandemia despertou em nós este senso de corresponsabilidade uns pelos outros, mostrando como estamos ligados uns aos outros em toda a terra. É, por fim, aguardar dos deuses, isto é, as manifestações e cintilações do sagrado, do divino, do extraordinário, do maravilhoso, enfim, do mistério. Ora, o cuidado desse todo que reúne mortais e imortais, céu e terra, só nos é possível à medida em que nós temos o sentido da *skholé.* Ou seja, o senso do ócio, da dedicação à dimensão que não é do negócio, a dimensão do poético, da liberdade.

A educação tem sido uma capacidade do homem para poder, o poder. Isso é necessário, mas não é suficiente, é preciso aprender a poder o não poder, e aprende-se o não poder acolhendo-se a finitude humana, não como uma finitude de desgraça e sim como uma finitude agraciada. Talvez os desafios que o momento da pandemia e do pós-pandemia nos trazem seja uma interpelação ao vermos que, para além das ações de produzir e controlar e mandar, há uma recomendação para cuidar do todo, de cuidar uns dos outros. Escutar e corresponder a essa interpelação seja talvez o que pode nos tornar hoje homens humanos.

Luciene Maria Bastos

Neste diálogo discutimos a relação histórico-filosófica entre a educação, a formação do homem e o conceito grego *skholé* ou tempo livre. Refletimos, então, que a natureza da escola se vincula ao que é útil ao fazer humano, uma vez que, lembrando o professor Vítor Paro, "o homem se constrói como humano histórico, pelo trabalho", mas a escola não pode se limitar a isso. Sem negar a importância da tecnologia na vida humana, a formação do homem não pode se restringir ao útil, instrumental, ao fazer.

Vimos que a educação é essencialmente formação humana para a liberdade, para valorar o que é desútil, digno, belo e ético. Enfim, a escola é, por excelência, livre do negócio.

INDICAÇÕES DE LEITURA

FERNANDES, Marcos Aurélio. Skholé: o sentido fundante da escola. *In:* COELHO, Ildeu Moreira. *Escritos sobre o sentido da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 33-58.

FERNANDES, Marcos Aurélio. Técnica, pensamento, paideia: uma meditação cairológica. *In:* COELHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia. *Universidade, cultura, saber e formação.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 47-86 (Série: As dimensões da formação humana).

CAPÍTULO
2

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA[1]

Jackeline Império Soares
Maria Margarida Machado

A educação como um direito de todos, que deve ser gratuita, laica e de qualidade social; é pensar a educação como um todo. Quando falamos da educação básica – Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio – a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada para as pessoas que não puderam concluir ou nunca acessaram a escolarização, tenham a oportunidade de formação e assim, consigam concluir a escolarização.

A EJA está regulamentada e é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996. No entanto, olhando para o atual cenário de saúde e educação pública, cabem os questionamentos: Essa modalidade de ensino está mesmo assegurada em tempos de pandemia? Há uma consolidação de políticas públicas para essa modalidade de ensino? Como fica a situação da EJA em uma realidade que deve sustentar o calendário escolar e o calendário acadêmico? Quais as garantias de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil?

A EJA aparece na legislação a partir da LDB de 1996, como modalidade da educação básica. E de lá para cá não são poucas as alternativas e possibilidades de instrumentos legais para regulamentar essa modalidade como uma política pública. Nós podemos destacar as diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos (DCNEJA), aprovada no Conselho Nacional de Educação (CNE) e atualizada em 2010. A EJA está presente no financiamento do Fundeb, o fundo que garante o funcionamento da educação básica pública. Além desses documentos,

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 24/7/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/UBKQL2oKucY

há elementos importantes da Educação de Jovens e Adultos presentes no Plano Nacional de Educação (PNE), que tem vigência até 2024 e, também, nos planos estaduais e municipais de educação.

Então, diante desse cenário de políticas públicas, podemos afirmar que do ponto de vista da regulação, há muito o que se defender na Educação de Jovens e Adultos, o problema é quando essa educação voltada para trabalhadores acaba tendo, dentro da gestão, uma indivisibilidade, enquanto prioridade na política educacional.

Nós vivemos em um país em que as condições econômicas desiguais fortalecem a falta de acesso e permanência na educação. A oferta da escolarização dos trabalhadores é insuficiente e incompatível com a realidade dessas pessoas que precisam ter o direito à educação garantido. Há hoje três milhões e meio de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entretanto a população que não tem educação básica há 15 anos e não está matriculada em uma estratégia de ensino são 75 milhões de brasileiros. Ou seja, o próprio sistema educacional vem produzindo uma demanda constante, pois são muitos os adolescentes em processo de escolarização e que não retornam para o processo de formação.

Com isso, há o entendimento que não basta ter as políticas públicas e suas devidas regulamentações, é preciso ter o interesse do estado na oferta e em políticas de permanência. É preciso mobilização social reivindicando a educação de jovens e adultos, ofertada pelos municípios, Estados e rede federal; é necessário que as escolas e o currículo dialoguem com a realidade dos trabalhadores, pois, segundo nosso patrono da educação, Paulo Freire, a escola deve ser espaço de encontro entre leitura de mundo e leitura da palavra.

Essa reflexão nos leva a compreender aonde as políticas públicas não avançaram para assegurar ação pública e nos deixar em alerta sobre essa luta permanente, bem como perceber qual a importância e o lugar da modalidade EJA na formação dos futuros professores.

Quando o professor se forma para atuar na educação básica, ele precisa ter em mente que, ao entrar no sistema de ensino, sobretudo no ensino público, não há garantias do nível de atuação em que esse professor recém-formado irá lecionar, se na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio ou na EJA. Por isso, é de extrema importância que

esse professor em formação tenha acesso a metodologias que incluam a diversidade geracional da EJA. Para isso, essa modalidade de ensino precisa ser tema fundamental nos cursos de formação de professores.

A EJA na grade curricular dos cursos de formação de professores tem a função necessária de preparar os futuros docentes para formar os adultos trabalhadores que estão inseridos no mundo do trabalho há algum tempo, logo, as políticas de formação de professores devem atentar para as especificidades dessa modalidade de ensino. Não no sentido de reduzir o ensino dessa modalidade em disciplinas, mas que possa ser compreendida em sua totalidade, ou seja, mesmo o futuro professor passando por formação nos cursos de Licenciatura, o acesso à formação continuada deve fazer parte da realidade formativa.

Lutar pela existência da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é lutar constantemente por uma melhor formação dos professores, formá-los para a realidade que os alunos são trabalhadores-estudantes e vivenciam realidades diversas em suas casas, bairros, trabalho, etc. São trabalhadores-estudantes que se encontram com trabalhadores-professores e juntos permanecem em sala de aula construindo o conhecimento de forma coletiva.

O Fórum EJA do Brasil e o Fórum Goiano de EJA, este último presente no Estado desde 2002, têm papel fundamental para auxiliar no processo de formação continuada de quem atua na modalidade EJA. Trata-se de um movimento de pesquisadores-professores, educandos, sindicatos, associações, Organizações Não Governamentais e movimentos sociais organizados na defesa da EJA como espaço de reflexão que atende trabalhadores-estudantes desde a sua alfabetização, passando pelos ensinos Fundamental e Médio, incluindo estratégias de educação integrada à educação profissional.

Apesar das barreiras que essa modalidade tem enfrentado, os cursos de Licenciatura possibilitam o acesso a materiais didáticos, propostas pedagógicas presentes no Fórum EJA como suporte à prática docente, essenciais para garantir o processo de aprendizagem dos trabalhadores-estudantes.

Além de todos esses obstáculos já mencionados para assegurar a modalidade EJA, o cenário de pandemia iniciado em março de 2020 devido ao coronavírus (Covid-19), obrigou as Secretarias de Educação, de todos os níveis e modalidades de ensino, a suspender os calendários escolares e acadêmicos. Com isso, a realidade dessa modalidade

de ensino em tempos de pandemia se encontra ainda mais instável, elevando a complexidade de garantias via políticas públicas. Em 2019, no Brasil, essa modalidade contava com 240 mil docentes, dos quais 95% da rede pública. Desse total, podemos mensurar que um terço desses profissionais de educação foram contratados em regime de contrato temporário, e com a realidade de suspensão dos calendários escolares e isolamento social, boa parte desses contratos de trabalho foram suspensos pelas Secretarias de Educação. Essa realidade evidencia pelo menos duas realidades: a primeira é a sobrecarga de trabalho dos profissionais de educação que permaneceram ativos (efetivos e/ou contratados), uma vez que a retomada das atividades escolares de forma remota foi adotada por quase todas as Secretarias de Educação, e o descaso com a profissão docente por parte do Estado, dado que se trata de um período em que os profissionais de educação deveriam ser assistidos por políticas públicas emergenciais.

Do ponto de vista do trabalhador-estudante, a suspensão do calendário escolar afetou a noção de semestre escolar que tanto estávamos acostumados, e sendo a matrícula da EJA semestral, ainda não conseguimos fazer um balanço de quanto a pandemia afetou essa modalidade de ensino. Nesse contexto emergencial que gerou e ainda gera tantas incertezas para a educação pública, sobretudo para a Educação de Jovens e Adultos, o fechamento de um semestre letivo passou a significar a permanência (ou a não permanência) do aluno matriculado, bem como a instabilidade do profissional da educação que atua nessa modalidade, pois muitos professores foram remanejados para outros turnos de trabalho, objetivando a atuação em outras etapas e modalidades de ensino. Não podemos nos esquecer do caso da educação em instituições de privação de liberdade: o ensino praticado nessas instituições foi profundamente afetado com o fechamento de turmas e transferências de professores.

Essa realidade nos mostra que além dos problemas cotidianos enfrentados pela educação pública e pelos profissionais da educação, o atual cenário de pandemia e a ausência de políticas que assegurem o pleno funcionamento do ensino – ainda que remoto – resultam em incertezas de trabalho, além da quebra de vínculo entre professor e aluno, essencial para a garantia do processo de ensino e aprendizagem e para a garantia de pertencimento ao espaço escolar. Outro cenário

importante para assegurar a matrícula do estudante que também é trabalhador foi o cenário de desemprego que se aprofundou no país após a pandemia.

Consideramos que apesar de válidas as estratégias de ensino remoto via plataformas digitais, uso de aplicativos, retiradas de materiais impressos nas escolas, adotadas pelas Secretarias de Educação, são insuficientes para validar a conclusão do semestre letivo. Não suficientes, ações como essas e convocações para realização de provas presenciais foram praticadas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás e denunciadas pelo Fórum Goiano de EJA no Ministério Público e no Conselho Estadual de Educação. É preciso haver a preocupação em não normalizar práticas de redução das atividades escolares que não garantem o processo de aprendizagem.

Muitos municípios, como é o caso do município de Goiânia, têm entendido que é importante manter o contato com os estudantes, medida necessária para a manutenção das matrículas, assim como preparar os profissionais de educação para essa nova realidade que estamos vivendo com formação tecnológica. Entretanto, também é necessário observar que os nossos estudantes são pertencentes à classe trabalhadora, muitos deles não dispõem de condições econômicas necessárias para acompanhar o ensino remoto, pois lhes faltam aparelho celular, computador, notebook, Internet de boa qualidade, bem como condições sociais, pois dentro de suas casas não há luminosidade e isolamento acústico adequados, tão importantes no processo de aprender.

A ausência dessas garantias se estende para o bom desenvolvimento do processo de ensinar, muitos professores também não apresentam condições para o trabalho remoto, movimento que intensifica o esgotamento docente, resultando em adoecimentos em massa. Para considerar adotar o ensino remoto, é preciso verificar se há as devidas condições de acesso (estudantes) e desenvolvimento (professores) e, infelizmente, essa não é a realidade que está posta. Antes mesmo de pensar na garantia e efetividade dos projetos político-pedagógicos desenhados para o ano letivo de 2020, é preciso pensar e agir em favor da vida.

Não é tarefa fácil garantir o pleno desenvolvimento escolar em tempos de pandemia, entretanto aceitar medidas que banalizam todo o processo que envolve ensinar e aprender é questão importante para

não fortalecer uma escolarização acelerada. Precisamos cada vez mais do apoio de toda a sociedade para garantir que a modalidade EJA permaneça nos espaços escolares, pois se trata de uma modalidade construída por meio de muita luta e resistência por parte dos profissionais da educação para garantir políticas públicas de oferta e de permanência dos jovens e adultos trabalhadores brasileiros.

INDICAÇÕES DE LEITURA

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. *Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil.* 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Portal dos FÓRUM EJA. Disponível em: http://www.forumeja.org.br

CAPÍTULO
3

FINALIDADES DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA[1]

José Carlos Libâneo
Joana Peixoto

O calendário escolar e a adoção de aulas não presenciais colocam em questão qual o papel social da escola e as finalidades da educação. As escolas de Educação Básica suspenderam suas aulas como medida de isolamento social para conter o contágio pelo coronavírus e a maioria delas, seguindo orientações oficiais, têm investido em aulas não presenciais com o uso da Internet. Isso coloca em questão o acesso dos professores e dos estudantes às tecnologias digitais em rede, o tipo de apropriação dessas tecnologias para o seu uso em atividades de ensino e aprendizagem, as condições de estudo em casa. No final das contas, tudo isso nos leva a pensar nos valores e finalidades da educação pública. Qual a função da escola pública nesse momento? Qual o papel dos professores neste contexto?

Para conversar sobre isso, convidamos o professor José Carlos Libâneo, intelectual brasileiro com grandes contribuições da didática e ao debate sobre a função da escola pública. Muito conhecido no meio acadêmico no Brasil e na América Latina, os textos do professor Libâneo são objeto de estudo e referência em cursos de diversos níveis de formação de professores, mas o professor Libâneo, em seu engajamento e luta em defesa de uma escola pública como direito universal é, também, muito conhecido por professores das escolas públicas de todo o país, que reconhecem nele uma voz que defende a importância do seu trabalho.

Joana Peixoto

Você estuda há muito tempo a questão da escola pública, então, vou começar já te perguntando: Quais são as finalidades e funções da escola? Qual é o papel dos professores?

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 31/7/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/8Z85ZaRaX0Y

José Carlos Libâneo

Obrigado, Joana e a sua equipe, pela oportunidade de discutir essa questão tão importante sobre a escola pública, com os professores e estudantes das Licenciaturas, nesse momento tão dramático da educação brasileira e da educação goiana.

Então, falar da finalidade da escola, Joana, é a mesma coisa que fazer a pergunta: Para que servem as escolas? Passe essa pergunta a uma professora, a empresários, a mães, a políticos, aos dirigentes do sistema educacional e você terá respostas muito diferentes. Então, essa é uma questão importante, porque as finalidades definem a visão do sistema educacional. Elas apontam para as intencionalidades e valores que uma sociedade adota para a educação dos seus cidadãos.

Eu quero dizer, então, que os professores precisam ter muita clareza sobre as finalidades que eles adotam para si próprios na escola. Eles têm de ter uma clareza dessas finalidades, porque isso tem a ver com o seu trabalho, com a sua relação com os alunos e até o que esperar deles. Então, eu compartilho com muitos outros colegas pesquisadores e professores que a finalidade mais importante da escola é a formação humana dos alunos, por meio da aprendizagem dos conhecimentos produzidos pela humanidade e do desenvolvimento de capacidades humanas, começando pela capacidade de pensar e a capacidade de formar conceitos.

Essa função não deve ser privilégio da classe média ou da classe alta, a escola é um direito de todos. Eu digo mais, ela é o direito, principalmente, das camadas mais pobres da população, pois essa classe tem na escola talvez a única chance de poder usufruir desses conhecimentos e utilizá-lo na sua vida para desenvolver as suas potencialidades intelectuais.

Preciso dizer uma coisa importante, também, a definição de finalidades educativas para escola é sempre política, ideológica e estão ligadas aos diversos interesses das várias classes e grupos sociais que existem na sociedade.

Então, hoje, no mundo todo há duas visões de finalidades da escola contrapostas: a visão neoliberal e a visão progressista.

A neoliberal, que é esse currículo instrumental de resultado, baseado em testes, visa à capacitação para atividades produtivas exclusivamente. É a visão pela qual a função das escolas é preparar as crian-

ças e jovens para o mercado de trabalho, forma exclusivamente para o ingresso no sistema produtivo e fazer os alunos se pensarem enquanto integrantes do mercado.

A visão progressista visa muito mais. Ela visa à emancipação humana, ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas. Então, a função da escola é assegurar aquelas condições e meios para que as crianças e jovens tenham uma formação científica, cultural e ética, que desenvolvam a sua capacidade de pensar e atuar na formação na vida familiar, na vida cultural, na política, de forma participativa, crítica e transformadora. Eu chamo isso de uma escola voltada para o desenvolvimento humano.

Então eu entendo, Joana, que boa professora, bom professor é aquele que ajuda os alunos a crescerem e se desenvolverem como pessoas, facilitando-lhes a aquisição de habilidades básicas, tanto de tipo intelectual quanto pessoais, como a autoestima, a autonomia e a sociabilidade e, também, a socialização de valores coletivos, valores solidários para o exercício da cidadania.

Joana Peixoto

Então são dois projetos em disputa, né!?! Considerando isso e trazendo para nossa realidade bem presente, ontem, dia 30 de julho de 2020, foram computados 9.377 óbitos pelo coronavírus, mais de mil mortes por dia. Apesar disso, nas últimas semanas, as Secretarias Estaduais de Educação têm elaborado o protocolo de retorno das aulas presenciais. Qual a sua opinião sobre isso? E sobre a adoção de aulas remotas com utilização da Internet? Como conhecedor que é das condições reais das escolas públicas brasileiras, como é que você vê professores, estudantes e seus familiares nesse contexto de pandemia?

José Carlos Libâneo

Então, Joana, eu quero falar primeiro dessa tragédia que está assolando o mundo todo que é propagação da Covid-19, quero falar, principalmente, da desolação e do sofrimento que atingem as vidas brasileiras, nesse momento. Você falou sobre o índice de mortes por dia e em quatro meses, nós temos mais de 100 mortes (em nosso Estado?). Uma tragédia humana frente a qual nos vemos no governo desumano, omisso, sem o projeto para a saúde pública, educação, e cujos efeitos negativos, lastimavelmente, atingem principalmente a vida da população de baixa renda, que como a gente sabe, são setenta por cento (70%) da população brasileira.

As notícias do nosso Estado, como você está dizendo, e vários outros Estados, é para a volta às aulas presenciais em setembro. Quero dizer às mães, aos professores, aos alunos – não vamos aceitar o retorno às aulas presenciais, até acontecer o controle total da contaminação. A escola é muito importante, o aprendizado é muito importante, as interações sociais entre as crianças são importantes, as atividades físicas são extremamente importantes, mas, neste momento, juntar as crianças na escola é uma ameaça à vida.

A vida de criança, a vida de mãe, a vida de professora, a vida de funcionários, a vida da comunidade… Todas importam! O que os médicos e os técnicos de saúde entendem por distanciamento social? Eles dizem evitar o contato pessoal próximo e manter dois metros de separação para quaisquer encontros prolongados. Vocês que me ouvem, acham que as crianças darão conta de segurar a sua afetividade, sem correr para abraçar os coleguinhas quando as aulas retornarem? E que garantias temos que o governo tomará as providências na escola para a proteção da saúde das crianças, dos professores, dos funcionários e reduzir os riscos do contágio?

Seria necessário que a escola se adaptasse muito bem a essa situação de distribuição de carteiras, de limpeza, de demarcação de espaço para circulação e ida aos banheiros, por exemplo, de condições adequadas de higiene, das máscaras, de reposição de equipamentos… São requisitos que todos sabemos que as escolas não têm. E há, também evidentemente, a questão pedagógica, que é tão importante quanto a questão sanitária: Como é que nós vamos manter nas escolas o clima necessário para o estudo? Como vamos lidar com a motivação das crianças já afetadas emocionalmente com toda a situação?

Não sendo possível as aulas presenciais, o que fazer? As aulas remotas são sem dúvida uma saída para uma situação de excepcionalidade, mas nós estamos vendo os problemas. Professores foram pegos de surpresa, não tiveram preparo para isso. As famílias não sabem como ajudar seus filhos em casa, o material didático não tem atrativo e muitos alunos também não aprenderam a autonomia necessária para estudar. Além de tudo isso, conforme vários estudiosos do assunto, incluindo o seu grupo de estudo, Joana, lidar com as aulas remotas exige equipamentos e banda larga funcionando e que são condições que as famílias de baixa renda não têm. 81% dos alunos da educação básica estão na escola pública.

As autoridades precisam ter serenidade, bom senso e senso de responsabilidade para tomar decisões. Eu acho, então, que a decisão mais sensata é o cancelamento do ano letivo, como atividades *on-line* para as crianças, não aulas para não ter o controle de frequência e sem avaliação convencional. Em resumo, o momento para o nosso país, para nossa cidade, é o de priorizar a vida, a saúde e a segurança dos alunos, dos professores, dos funcionários e suas famílias. Entendo, Joana, que juntar as crianças e jovens nas escolas é um imenso risco. Vamos acreditar nas pesquisas dos profissionais que conhecem de perto o assunto de saúde pública, como infecção direta e de transmissão de vírus.

Joana Peixoto

Professor Libâneo, diante da pandemia você considera que mudou o papel da educação e da escola pública? Você tem reafirmado a importância da defesa de uma escola socialmente justa. O que caracteriza, mesmo, uma escola socialmente justa?

José Carlos Libâneo

Todo mundo está assustado, as crianças sem aulas e as mães sem saber o que fazer com elas em casa. As professoras e professores tendo de lidar com plataformas digitais, preparar atividades *on-line,* etc., com tudo isto, Joana, vem um monte de gente dizendo que a escola jamais será a mesma, que temos que buscar os paradigmas.

É verdade sim que vivemos numa situação de excepcionalidade, que a epidemia está trazendo novos desafios para as formas de funcionamento das escolas, outras formas de ensinar, sem dúvida, e uma atenção maior com valores como solidariedade, atenção ao meio ambiente, visão mais regrada do consumo, etc. Mas eu não penso que vão mudar a finalidade da escola e o papel dos professores.

Vejam bem, a pandemia nos trouxe duas coisas muito importantes: uma é a valorização da escola e a imprescindibilidade de se ter a professora, o professor. Como diz Vygotsky: é na escola que as crianças vão aprender os conteúdos científicos, sendo o professor que faz a mediação entre os conhecimentos e os alunos. A gente já sabe que com as aulas remotas, todo mundo achou falta da professora, as mães e os alunos, especialmente. Então, isso tudo mostra que a escola é o lugar imprescindível para a conquista do conhecimento e desenvolvimento das capacidades humanas de todos.

Nós ficaremos por algum momento neste tema após a pandemia, mas se Deus quiser, não sabemos por quanto tempo, mas o tema das finalidades da escola e o papel do professor vão continuar os mesmos.

Para refletir sobre o papel da escola e dos professores é que eu tenho que falar da escola socialmente justa. Essa questão da escola socialmente justa tem relação, evidentemente, com justiça social na escola. Quer dizer, é pensar na organização escolar e no funcionamento pedagógico da escola pública, onde estão matriculados os filhos dos 70% da população brasileira pobre. Então, a questão é: O que deve ser a escola justa para essa população, numa sociedade profundamente desigual como a nossa? Para mim e muitos colegas que compartilharam comigo isto, a escola socialmente justa é a que oferece as melhores condições físicas, materiais, organizacionais e pedagógicas para o desenvolvimento das potencialidades humanas de todos, levando em conta as desvantagens sociais e escolares, decorrência das posições sociais e materiais de origem dos alunos.

Penso que há duas condições para uma escola socialmente justa: a primeira é que a escola possibilite a cada aluno o máximo de aproveitamento das suas potencialidades, para que eles possam se desenvolver, como pessoas e com base no currículo comum; a segunda é ligar o currículo do trabalho pedagógico com as condições sociais, culturais e materiais concretas de vida dos alunos. O espanhol Sacristán faz uma boa síntese: uma escolarização igual para sujeitos diferentes. Isso seria o princípio de uma escola justa.

Nesse momento eu não daria conta de detalhar como é que isso deveria funcionar na prática. Como eu gosto de dizer: a gente estuda, elabora teorias, mas nós temos que ter um olhar focado na prática.

Eu penso em quatro aspectos básicos de uma escola justa: 1. o que deve ser o currículo para os alunos da escola pública? Um currículo com os conteúdos necessários para a formação científica, mas aberto às diferentes culturas; 2. o segundo aspecto é como devemos trabalhar pedagogicamente na escola de modo a ligar os conteúdos às condições sociais, culturais e materiais concretas da vivência desses alunos; 3. o terceiro aspecto é como é que a gente articula o currículo, o trabalho pedagógico e a diversidade sociocultural e 4. o quarto, que é básico e fundamental, deve considerar como organizar o ambiente escolar,

as formas de organização e gestão que promovam motivação para o estudo, as condições de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos visando à preparação da vida social.

Então, prezadas professoras, professores, estudantes das Licenciaturas e todos os que me ouvem, enquanto pensamos a escola socialmente justa, vamos fazer a nossa parte. Vamos nos impregnar de solidariedade humana, de responsabilidade social e ética voltando o foco para a responsabilidade com as pessoas, para o cuidado com as pessoas, o cuidado conosco mesmos, com as crianças, com as famílias, os funcionários, a vizinhança. Vamos recusar o retorno às aulas presenciais, nesse momento, ainda que mantendo na medida do possível não aulas, mas atividades remotas. Aulas presenciais, colegas, somente quando as condições de saúde pública permitirem visando à preservação da vida, da saúde, da segurança das crianças, das professoras, dos funcionários e das suas famílias.

Joana Peixoto

No programa de hoje abordamos alguns conceitos para compreender o movimento educacional contemporâneo e a importância do trabalho do professor. O professor Libâneo nos ajudou a compreender que os objetivos da educação não mudam tanto, mas apenas se acentuam algumas das finalidades educacionais da educação pública. Os critérios para a construção de uma escola socialmente justa incluem o atendimento à diversidade sociocultural, por meio de um ensino voltado para o desenvolvimento humano.

INDICAÇÕES DE LEITURA

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa,* São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. *In:* LIBÂNEO, José Carlos; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; ROSA, Sandra Valéria Limonta (org.). *Em defesa do direito à educação escolar:* didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: UFG, 2019. p. 33-58.

CAPÍTULO
4

INCLUSÃO DIGITAL VIA AMBIENTE ESCOLAR[1]

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

As escolas estão preparadas para oferecer suporte técnico e pedagógico para estudantes e professores que, neste momento, estão vivenciando as aulas remotas. E os professores e estudantes, estão digitalmente incluídos? Esse é o assunto do nosso programa de hoje.

Em razão do distanciamento físico imposto pela medida de conter a propagação da Covid-19 desde março de 2020 as instituições de ensino suspenderam as suas atividades. Uma das orientações governamentais para manter o vínculo com os estudantes e lhes oferecer atividades formativas tem sido a adoção de aulas com uso de tecnologias digitais em rede. Para que essas aulas aconteçam é preciso que estudantes e professores disponham de Internet, computadores, formação e acompanhamento didático-pedagógico. Enfim, que o material de ensino seja adaptado ao trabalho remoto sem tecnologias adequadas, estudantes e professores certamente serão excluídos nesse processo.

Para falar sobre a adoção de aulas com uso de tecnologias digitais como forma de organizar o calendário escolar, convidamos a professora Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, docente do Departamento de Educação em Ciências no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, ambos da UFG.

Júlio Vann

Nossa primeira pergunta para iniciar a nossa conversa, nosso diálogo, professora Adda? Quais têm sido as orientações governamentais brasileiras no que diz respeito ao calendário escolar no contexto da pandemia da Covid-19?

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 7/8/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/1kia0fyExdg

Adda Echalar

Júlio, para a gente iniciar essa nossa prosa, esse nosso matutar para falar em calendário, algumas questões acho que antecedem essa regulamentação. E é necessário que a gente entenda primeiro que vivemos uma pandemia, que a gente aceite essa realidade, não naturalizando. Aproveito para deixar o meu forte abraço a todos os brasileiros que, infelizmente, perderam seus familiares ou que passaram por um momento de angústia entre a contaminação e o exame.

Precisamos, antes de pensar na escola, pensar em calendário escolar e processos, entender que vivemos uma crise sanitária mundial aliada a uma crise política, a uma crise econômica e a tantas outras questões no nosso país.

O governo federal a partir das resoluções da Organização Mundial da Saúde, de outras diretrizes internacionais que estão estudando esse momento que vivemos, que é a pandemia, construiu alguns regulamentos, resoluções, pareceres, recomendações, para regulamentar, criar uma estrutura que permita ao estudante, ao professor e aos agentes escolares não se contaminarem, então, é para diminuírem o contato já que a Covid-19 é nova e estamos estudando e entendendo como ela funciona.

Temos uma regulamentação mais recente que cria normas de biossegurança e retorno às atividades, mas, em especial ao calendário escolar, ele está autorizado para que ocorra de forma mais intensiva com o uso das tecnologias digitais, e mesmo as analógicas, até o final do ano. Na esfera estadual nós temos uma resolução que, também, autoriza todas as redes, seja ela particular ou pública, para que a gente possa trabalhar esse uso intensivo de tecnologia enquanto não é possível retornar às aulas presenciais por conta do alto grau de contágio da Covid-19.

Júlio Vann

Então, professora, nós sabemos que a escola é um espaço vivo, de convivência para estudantes, professores, funcionários, a comunidade em geral. Tudo isso foi afetado e muito pelo uso de tecnologias nas atividades escolares que é o que nós estamos vendo: professores e alunos tendo que se utilizar de uma série de ferramentas na rede de computadores, tanto para produzir quanto para realizar tarefas e tudo mais. E isso, claro, provocado pelo contexto de pandemia que

nós estamos vivendo e agora nós estamos falando em retorno. Muitas orientações, muita gente, muitas notícias falando em retorno. Como é que você analisa a possibilidade que está colocada de aulas presenciais já no próximo mês de setembro?

Adda Echalar

Ao meu ver como professora e pessoa que está dentro da escola, uma escola de Ensino Superior e que acompanha a escola da educação básica por meio dos estágios, das atividades vinculadas à iniciação à docência, com alguns familiares, meu marido inclusive é professor da educação básica, bem como minha cunhada, ex-alunos, etc., é uma insanidade pensarmos, sequer cogitarmos, um retorno presencial no momento em que estamos com alta de contágio pela Covid-19 e com a falta de mecanismos de saúde pública para conter esse risco de contaminação. É, de fato, algo insano, desnecessário e que coloca a vida de todos os profissionais da educação e estudantes em risco. Temos uma Câmara dos Deputados, Senado, uma série de instâncias que estão fazendo reuniões por meio das tecnologias e que pensam em regulamentar o oposto de suas ações. Eles se protegem, protegem as suas vidas, e pensam em regulamentar o retorno às aulas presenciais na escola, não por questões pedagógicas e formativas, mas em função da pressão pelo lucro de empresas e conglomerados.

A escola é viva, é gente em movimento. A escola é socialização, escola é contato. Infelizmente, o que vivemos é a impossibilidade desses contatos diversos, o que é ruim porque a escola é isso, mas não é o momento de termos outra atitude que não o isolamento.

Então, precisamos repensar essas questões de uma forma muito séria. Não dá para colocar as nossas crianças em risco, nem os nossos estudantes da Graduação e da Pós-Graduação em um momento em que ainda não temos respaldo sanitário, de saúde pública para retornar presencialmente.

A escola não possui condições estruturais, nem com todo o álcool em gel do mundo é possível conter a contaminação pela Covid-19 havendo aglomeração de pessoas de modo tão substancial como acontece na educação. Tem uma *hashtag* que está nas redes sociais e eu faço uso dela: #AVidaÉUmaSó.

O conteúdo e todo processo escolar a gente recupera, a vida não. Depois dela perdida não dá para poder se lamentar, chorar, porque, infelizmente, ela foi perdida. Então, o que precisamos agora é resguar-

dar vidas, resguardar as pessoas, e, infelizmente estamos nos aproximando de 100 mil mortos só no nosso país, só pela contaminação pela Covid-19. Então, para mim é uma condição inviável. Tenho dois filhos e a minha resposta é muito clara para esta questão: meus filhos não retornam à escola presencialmente até que a gente tenha condições sanitárias e de saúde pública para tal.

Júlio Vann

Há muita preocupação, muita controvérsia, muita pressão de ambas as partes. Nós temos visto, inclusive, questões que talvez necessitem um pouco mais de informação para os pais para que eles tenham uma posição mais clara a respeito de como agir em relação aos seus filhos, por que expor os seus filhos. Essa é uma questão, nós queremos que nossos filhos retornem às escolas. É claro, não queremos que eles percam o ano escolar, mas daí a expô-los a um risco desnecessário é uma outra coisa.

E aí, muitas escolas estão adotando o ensino remoto e, nessa perspectiva, nós temos que a implantação de atividades remotas exige condições dos estudantes e professores, determinadas condições. Quais seriam essas condições do ponto de vista técnico, por exemplo?

Adda Echalar

Pensando tecnicamente nós precisaríamos superar uma condição *sine qua non* do sistema econômico que nós temos, que são as desigualdades sociais. Tal superação permitiria a todos e todas terem o direito de usufruir dos seus direitos, das condições materiais produzidas historicamente por essa sociedade, como o computador, a Internet de boa qualidade, os espaços de orientação didático-pedagógica, *softwares,* etc. Toda produção humana faz parte do seu direito social de viver com qualidade.

O brasileiro paga os seus impostos e tem direito a fazer uso, a se apropriar dessa produção humana e são necessários elementos além do técnico, mas o técnico em nosso país já é um grande limitador. Nós temos dados do Comitê Gestor de Internet, do Inep, do próprio MEC, que comprovam que dada a imensa desigualdade social que nós temos, nem 50% dos lares brasileiros possuem uma Internet de qualidade, uma Internet cabeada. No Estado de Goiás, por exemplo, esse índice cai para 44% dos lares. Temos que pensar que além da Internet e do computador, são necessários *softwares* específicos. É preciso que as pessoas

saibam usar, então é importante que tenhamos o aparato técnico, que está ou deveria estar garantido em nossos direitos constitucionais, mas precisamos também caminhar para os aspectos didático-pedagógicos.

Júlio Vann

Estamos matutando sobre inclusão digital via ambiente escolar. Professora, se o acesso e as condições técnicas não são suficientes para o ensino de qualidade, o que mais seria necessário?

Adda Echalar

É necessário, Júlio e todos que nos ouvem, que tenhamos um projeto de Estado, um projeto de educação para o desenvolvimento humano. É necessário entender que a ciência é uma produção humana e que todos possuem o direito de acesso e apropriação a ela. Que ela se constrói de forma sistemática, é produzida historicamente por pessoas que são habilitadas e formadas para tal e que sabem fazer a pesquisa. Estamos aí intensamente pesquisando a Covid-19, como já pesquisamos *chikungunya*, pesquisamos a dengue e tantas outras doenças que acometem nossa sociedade.

No processo de ensino e aprendizagem precisamos de um projeto de educação que não seja de governo, mas que seja de Estado e para o desenvolvimento humano. Então, necessitamos pensar nas questões didático-pedagógicas que constituem o fazer profissional do professor.

Precisamos atentar para a organização do trabalho pedagógico, o que que eu leciono, para quem eu leciono, por que eu leciono e como eu leciono. O como é consequência desse processo de organização e tem como base o conhecimento científico, a ciência, o fazer coletivo. Precisamos avançar sobre as questões técnicas e tecnológicas, como já vinha falando, mas nós não as temos garantidas para todos e todas. Precisamos tê-las e avançar as didático-pedagógicas, articulando e construindo um projeto de Brasil que seja diferente do que nós estamos aí. Que ele seja efetivamente emancipador, porque o que nós temos é negacionista, obscurantista e a gente precisa avançar, mas essa tem que ser uma defesa da sociedade, do nosso país.

Júlio Vann

É, eu acho que é muito claro que as questões pedagógicas e as questões técnicas estão associadas, elas estão imbricadas aí e dentro de um projeto de educação que possa conferir a uma grande parcela

da população que tem na escola um dos poucos meios de ter uma mobilidade social, por exemplo. Me diga um pouco, professora Adda. As suas reflexões nos ajudaram a compreender um pouco do grande desafio educacional que nós estamos vivenciando nesse momento, nos trazendo a ideia de inclusão digital via ambiente escolar porque uma grande parcela da população só vai ter acesso a essa inclusão digital no ambiente escolar.

Na sua pesquisa, o *Programa Um Computador por Aluno*, você fala de inclusão excludente, o que é muito instigante. Você poderia explicar um pouco mais sobre esse conceito para nós, por favor?

Adda Echalar

Quando falamos desse direito social que é o direito à inclusão digital, isso se vincula a uma discussão que é recente, que é oriunda de um processo humano, o desenvolvimento da tecnologia. As tecnologias em rede são recentes, elas datam por volta das décadas de 60, 70, em especial o período de 70 no mundo, e no Brasil, da década de 90 para cá. Então, é um processo muito recente e que é necessário incluir o sujeito porque vivemos numa sociedade de classes. Em outro sistema econômico que fosse mais justo, equitativo para todos e todas, a inclusão talvez já estivesse efetivada e naturalizada.

Na sociedade de classes, a sociedade do capital, a exclusão é uma condição básica e *sine qua non* para manutenção da sociedade em que vivemos e é par dialético dos processos de inclusão. Então, precisamos sempre incluir os sujeitos e essa inclusão se dá a partir de métricas.

Começamos a falar sobre inclusão digital na década de 90 por meio de uma dicotomia entre os chamados "inforricos" e "infopobres", quem tinha o acesso a essas tecnologias e quem não tinha. Ainda temos visto muito no nosso país, como eu já apresentei os dados técnicos de forma simples, só 44% do povo goiano tem computador com Internet de qualidade em sua residência.

Então, numa sociedade do capital todo processo de inclusão pressupõe princípios excludentes e ao excluir deixou, na verdade, dificultou e/ou impossibilitou que aquele sujeito brasileiro, aquele ser humano, tenha acesso ao seu direito. A questão é que não basta identificar quem são os excluídos, os dados já mostram quem são, mas sim a razão deles serem excluídos.

A inclusão excludente coloca em questão o conceito, por nos colocar a pensar o porquê que os sujeitos estão excluídos. O estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2015 prova que países, considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que investiram intensamente nas Tecnologias da Informação e Comunicação, não tiveram resultado imediato na formação dos seus estudantes na apropriação da língua portuguesa, da língua nativa do seu país, do raciocínio matemático e da compreensão de ciências. Por que isso? Porque não basta só ter as tecnologias digitais, é preciso uma proposta que tenha fundamento didático-pedagógico e esteja vinculada à diminuição das desigualdades sociais.

A desigualdade educativa está muito articulada às desigualdades sociais. Então, a gente precisa entender o mundo em que a gente vive, não negar o que nós vivemos e aproveitar essa compreensão de mundo para poder crescer. Isso é essencial, em especial porque vivemos hoje num mundo que valoriza a pseudociência, as *fake news*, um mundo negacionista. Temos ainda governantes que falam que a Covid-19 é uma "gripezinha", com praticamente 100 mil mortes no nosso país. É preciso superar os princípios do protofascismo que estão aí nos rondando a todo momento e entender que a sociedade de classes é um grande limitador para que todos e todas tenham os seus direitos assegurados, inclusive o de ser incluído digitalmente.

Júlio Vann

Talvez seja essa uma das razões que as pessoas, às vezes, não acreditam muito nessas condições que nós estamos aqui colocando porque parece tão absurdo, no momento da história do mundo, nós estamos em 2020 e ainda escutamos discurso negando a ciência, negando a pesquisa e coisas assim que nos dizem muito claramente o que é que está acontecendo.

Nós teríamos muito ainda para falar, professora, sobre isso porque esse é um tema que vai percorrer, ainda, todo esse semestre possivelmente até mesmo o ano que vem, porque as aulas remotas vão estar aí muito presentes na nossa vida nesse momento e esse tema, a sua fala, nos ajudou a pensar um pouco mais sobre esse momento e as implicações que essa situação tem trazido para a educação, que é o nosso caso. Nós agradecemos. Sentimos que tenhamos de terminar, mas agradecemos a sua presença aqui conosco.

Adda Echalar

Agradeço a oportunidade de discutir um tema que já é meu objeto de estudo há quase uma década. Estou sempre à disposição. É necessário agradecer muito ao seu convite Júlio, à equipe do IFG e da UFG que estão aí nessa bela parceria que viabilizam o compromisso do *Kadjót*, grupo de pesquisa do qual fazemos parte, pela escola pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente justa.

INDICAÇÕES DE LEITURA

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. *Formação docente para a inclusão digital via ambiente escolar:* o Prouca em questão. 2015. 148 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

KUENZER, Acácia Zeneide. Da dualidade assumida à dualidade negada. *In: Educ. Soc.,* Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 1.153-1.178, out. 2007.

CAPÍTULO
5

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO *ON-LINE*[1]

Cláudia Helena dos Santos Araújo
Joana Peixoto

Desde março de 2020 adotamos o trabalho remoto como uma estratégia para manter o vínculo com os estudantes. Podemos dizer que trabalho remoto é o mesmo que Educação a Distância? Ou, independentemente do termo utilizado, o que é importante levar em conta nesse processo? Estamos começando agora a segunda entrevista da série que está matutando sobre a suspensão do calendário escolar do trabalho remoto diante do quadro de pandemia de Covid-19, quando Estados e municípios brasileiros adotaram o isolamento social para conter a velocidade de propagação do coronavírus. Por essa razão, com as aulas suspensas, foi implantado o sistema emergencial de aulas não presenciais atendendo às necessidades de ensino dos estudantes. Entretanto, este sistema não poderia modificar totalmente o processo de ensino e aprendizagem. Seja qual for a modalidade adotada é preciso observar aspectos na organização do trabalho educativo. Que aspectos seriam esses? É sobre isso que vamos matutar no programa de hoje com a professora e pesquisadora Cláudia Helena dos Santos Araújo.

Joana Peixoto

Inicialmente, você poderia comentar sobre algumas situações vivenciadas nas escolas, nas universidades brasileiras a partir do trabalho remoto?

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 14/8/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/-3rljw-J7Jc

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Joana e nossos colegas amigos do Matutando, é complexo trazer um panorama do ensino nas escolas, nas instituições educativas e nas universidades brasileiras durante esse processo de adoção do ensino não presencial, educação a distância, trabalho remoto, seja qual for o nome adotado. No entanto, é importante buscarmos exemplos e entender como se dá o processo educativo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, compreender de que forma as escolas estão reagindo à implantação do ensino remoto, também chamado de emergencial.

É importante pensarmos de que maneira os professores estão sendo tratados nesse processo, qual é a visão do estudante, como os estudantes e os professores estão percebendo seu processo de ensino e aprendizagem, bem como considerar como as famílias estão lidando com essa situação. São momentos atípicos, inclusive chamados por muitas pessoas de "novo normal", sendo que, na verdade, são situações com as quais estamos tendo de viver nesse novo cotidiano. Tal ação no ensino tem se revelado, cada vez mais, como uma tônica de que a educação não é para todos, lamentavelmente, por meio da exclusão, acentuando o fato de que nem todos têm equipamentos, acesso à Internet e recursos tecnológicos. Isso vem reforçando a questão da desigualdade educacional e social. Como o Matutando trouxe, aqui, na semana passada com a professora Adda Echalar, tratando da inclusão excludente: é importante dizermos qual a perspectiva que se tem de inclusão hoje nas instituições. Estamos vivendo um momento que conta com o sistema de ensino não presencial, de uma forma geral, tentando tratá-lo como se fosse presencial. O Brasil não estava preparado para viver isso, mas é necessário pensarmos ações para isso – desde que a sociedade, os nossos estudantes e professores, servidores, não estejam expostos ao risco, ao contágio. É importante perceber, também, nessa questão da adoção do trabalho remoto, a exclusão na questão da linguagem e como ela está sendo observada nos diversos níveis de ensino e nas distintas populações que temos. Não se trata, com essa adoção do ensino remoto emergencial, de realizar uma transposição de conteúdo, mas de pensar o conteúdo em uma reorganização curricular, repensando a matriz curricular.

Joana Peixoto

Você traz essa questão da desigualdade, das condições desiguais de estudantes e professores. De que forma isto intervém e deve ser levado em consideração no planejamento e na organização do trabalho educativo?

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Todo esse cenário que estamos vivendo pode remeter a uma situação de desigualdade, inclusive a uma situação de improviso – que é o que estamos percebendo hoje na educação. Diante dessa situação, é importante observar a necessidade de organizar o trabalho educativo, de ofertar condições ao professor de trabalhar e aos estudantes de estudar. O professor é quem organiza o processo de ensino e aprendizagem, precisa ter tempo hábil para planejar suas aulas, para selecionar material, compreender seus objetivos de ensino, expectativas de aprendizagem, de modo que o trabalho intencional educativo, o qual somente o professor tem condições de planejar, esteja de acordo com o tema a ser trabalhado. É necessário que se observe o tema da aula, os objetivos, os conteúdos, as formas de ensinar, a metodologia que será realizada e, durante todo esse processo, a avaliação dos estudantes, de forma qualitativa e diagnóstica. Estamos em um quadro de urgências e emergências, mas o fato de vivermos nesse cenário não significa que tenhamos que tornar a educação precarizada. Estamos ouvindo muito a seguinte frase: "Feito é melhor que perfeito". Não! Esse cenário não justifica trazer uma educação sem garantia de qualidade, um ensino que não forme o pensamento científico e, principalmente, que não oferte condições de trabalho aos servidores, aos professores das instituições educativas.

Não podemos perder a intencionalidade da educação, o planejamento pedagógico, uma aula realmente planejada e que garanta que o professor tenha tempo de elaborar e pensar os materiais didáticos. É, também, importante problematizar as questões da pandemia em momentos da aula, como uma possibilidade de se pensar o currículo, adequar os recursos que os estudantes possuem, ou seja, nem sempre eles têm condições de acessar vídeos longos e com tamanho muito elevado; questionar a formação, como ela acontece em distintos espaços, na zona urbana e na zona rural, com a população quilombola e com a população de campo. Enfim, é necessário pensarmos como tal desigualdade está se acentuando, de que forma ela reforça a necessida-

de de alcançarmos um ensino pedagogicamente planejado, que garanta a função social e observe as finalidades do processo, a intencionalidade educativa.

Desse modo, não podemos perder de vista a ideia de uma educação de qualidade, em que o professor possa pensar a partir dos elementos do trabalho pedagógico, garantindo o objetivo, conteúdo e método de ensino, bem como os recursos pedagógicos que podem ser tecnológicos ou não. Mas, ressalta-se que as tecnologias não representam a garantia da realização escolar.

Joana Peixoto

Professora Cláudia, sobre a necessidade de se considerar as desigualdades sociais e econômicas – entre estudantes quilombolas, do campo, de pensarmos também em estudantes e professores da zona rural, da zona urbana, das cidades no interior e da capital – tais desigualdades já existiam antes mesmo da pandemia, não é mesmo!?

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Com certeza, a desigualdade social, econômica, entre tantas outras, sempre existiram. E, também, a desigualdade no campo educacional em relação ao professor que atua na zona rural e na zona urbana. Sempre existiu! A questão é que lutamos na contramão disso, de não permitir que a desigualdade se estabeleça pela ausência de condições de trabalho dos professores, de estudos para os estudantes, de aprendizagem para as famílias. O que está acontecendo agora, e de forma muito explícita enquanto uma anomalia, é a naturalização da desigualdade, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Ou seja, isso gera um discurso assustador de "precisamos aceitar o que for, precisamos continuar a vida". Estamos ouvindo muito essa frase sobre "continuar a vida" em razão do "novo normal", e isso não se justifica. Não justifica, pois diante de um cenário de mais de 100 mil mortes, de mais de 100 mil vidas ceifadas, permitimos que a nossa educação seja privatizada, que empresas comecem a criar um mercado cativo de forma a adquirir equipamentos tecnológicos, ou ainda permitem que utilizemos alguns dos seus recursos e acreditemos que seja o ideal para o campo da educação entrelaçada ao campo da eletrônica e da informática. Essa semana, inclusive, saiu uma pesquisa afirmando que as vendas de equipamentos eletrônicos aumentaram mais de 60%, ou seja, há muitas famílias

que estão se esforçando para adquirir esses dispositivos para que seus filhos continuem tendo condições de estudar, de prosseguirem com os estudos não presenciais e de participarem das aulas.

Podemos, também, falar em professores que estão adquirindo estes equipamentos para continuarem trabalhando, sendo uma situação que fortalece ainda mais a desigualdade.

Você ouve, muitas vezes, "Eu vou estudar ou eu vou comer?" Será que nós temos fôlego para tudo isso!? Estas são as condições objetivas e subjetivas de trabalho que garantem esse dilema, de pensar a educação e o processo de ensino e aprendizagem nesse cenário sem condições adequadas de trabalho. E sim, tudo isso é desigualdade!

Joana Peixoto

Quero destacar da sua fala a importância que atribui ao trabalho do professor. Na sua tese, você aborda esse tema ao focar na organização do trabalho educativo na educação *on-line*. Poderia falar mais sobre a formação do professor para trabalhar a distância?

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Sempre vou destacar a importância do trabalho do professor. Ele faz a educação nas distintas dimensões, reconhece o contexto histórico e cultural do espaço em que trabalha, das escolas, das instituições educativas e das universidades brasileiras. Busca fazer ensino, pesquisa e extensão com escassos, poucos ou nenhum recurso. A ausência de recursos não deve ser aceita e tampouco naturalizada. O professor tem seu direito de realizar a formação continuada garantida em seu horário de trabalho, de uma formação associada à sua área de atuação. Na formação para trabalhar a distância temos, ainda, uma formação precarizada, aligeirada e insuficiente. Ressaltando que isso não é culpa do professor, não podemos culpabilizar o professor pelo aligeiramento das formações em função de insuficiência de recursos e de rarefeitas políticas públicas educacionais. As formações para o trabalho docente que utilizam as tecnologias, hoje, garantem um uso tecnicista dos recursos tecnológicos, mas não garantem a compreensão dos elementos da organização do trabalho pedagógico como a mediação e a interação nas aulas, sendo insuficientes na medida em que ensinar e aprender são atividades que requerem preparo e planejamento.

O que precisamos levar em consideração é a organização da aula na educação *on-line*, a partir dos temas, dos objetivos, dos conteúdos e dos métodos de ensino em contexto histórico-cultural atual, como também dos estudantes, da comunidade escolar, visto que esse planejamento *on-line* precisa observar o espaço da gestão, a dimensão político-pedagógica, o tempo de aula, a avaliação, o currículo e a reorganização curricular. Nós podemos problematizar a questão da pandemia nos distintos conteúdos escolares e é importante que os estudantes e famílias tenham consciência da importância da educação, do trabalho e da formação do professor. Lamentavelmente, ainda percebemos que a atual formação docente permanece no campo do instrumentalismo e do tecnicismo, do ensinar utilizando recursos tecnológicos. Assim, de fato, nós precisamos compreender como essa formação realmente pode se dar de modo a garantir a função social da educação, a formação do pensamento científico e a adequação ao trabalho pedagógico na educação *on-line*.

É importante também pensar que a organização do trabalho pedagógico está ocorrendo em um ambiente virtual de gestão de aprendizagem e, nesse ponto, não se trata de ser um repositório de conteúdos. Um ambiente de gestão de aprendizagem não é um local em que colocamos o material didático, livros, atividades, mas é um espaço de formação e de aprendizagem dos nossos estudantes; e quem realiza isso é o professor, desde que tenha condições objetivas e subjetivas de trabalho.

O coletivo de professores precisa ser ouvido ao tratar das situações de trabalho e formação de docentes para atuar na educação *on-line*. Precisamos de políticas de Estado que valorizem o trabalho docente. Ouso dizer que quem está na linha de frente da educação é o professor. Ressaltamos a importância de formar nossos professores não somente para utilizar tecnologias, *softwares*, aplicativos, mas para compreender o processo pedagógico e o que é fazer educação na educação a distância. Precisamos dar voz aos professores, Matutando. Eles têm condições e espaço de fala.

Joana Peixoto

Professora Cláudia, nosso tempo aqui é limitado, então agradecemos muito a sua disponibilidade para compartilhar conosco sua compreensão sobre o trabalho do professor, a organização dos processos de ensinar e aprender com tecnologias. Muito obrigada.

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Agradeço e queria deixar aqui um pensamento da Clarice Lispector: “O nosso primeiro dever é estar bem, acredite nisso. Peço-lhe por tudo”. Então, agradeço estar no Matutando. Desejo que possamos matutar cada vez mais o sentido de uma educação de qualidade. Obrigada.

INDICAÇÕES DE LEITURA

ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; PEIXOTO, Joana; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. O trabalho pedagógico na educação a distância: mediação como base analítica. *Revelli*, v. 10, p. 273-297, 2018.

ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; PEIXOTO, Joana. Docência *on-line:* trabalho pedagógico mediado por tecnologias digitais em rede. *ETD*, v. 18, p. 404-417, 2016.

ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; OLIVEIRA, Natalia Carvalhaes de; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. Educação e tecnologias: intensificação da inclusão excludente em tempos de pandemia. *Revista Plurais,* v. 10, p. 1-15, 2020.

CAPÍTULO
6

O TRABALHO DOCENTE COM USO DE TECNOLOGIAS[1]

Daniela Rodrigues de Sousa
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

O que os professores têm feito no seu trabalho nestes tempos de isolamento social e de ensino remoto? O que muda no trabalho do professor quando utiliza Internet e recursos digitais? Fique conosco para conversar sobre essas questões.

Essa é a terceira de uma série de quatro entrevistas com pesquisadores que estudam as relações entre as tecnologias e a educação. Temos matutado sobre o que tem acontecido nas escolas e universidades durante a pandemia da Covid-19, desde que o regime especial de aulas não presenciais foi adotado para evitar a velocidade de propagação da doença.

Na primeira entrevista conversamos sobre a inclusão digital via ambiente escolar. Na entrevista seguinte matutamos com a professora Cláudia Araújo, do IFG, sobre as condições necessárias para a organização do ensino e a dinâmica da aprendizagem dos estudantes em processos de educação *on-line.*

Em nosso bate-papo de hoje vamos falar mais um pouco sobre o professor nesse contexto pandêmico com a professora Daniela Rodrigues de Sousa, da PUC Goiás. Discutiremos o trabalho docente com o uso de tecnologias. A professora Daniela é doutora em Educação e integrante também do grupo de pesquisa *Kadjót*.

Adda Echalar

Professora Daniela, o trabalho do professor inclui muitas atribuições e possui várias dimensões. Como você caracteriza o trabalho docente?

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 21/8/2020 pela TVUFG. Disponível em: https://youtu.be/StSCrREwz9Q

Daniela Rodrigues

Inicialmente é importante lembrar que o trabalho docente é trabalho, o expediente que faz com que o homem transforme o mundo natural em mundo humano e, ao mesmo tempo, se humanize. Como elemento humano, o trabalho representa uma ação histórica e, historicamente, com o advento da propriedade privada dos meios de produção, adquire uma face que muda a sua essência. Além de ação criativa do homem sobre o mundo que o humaniza, o trabalho passa a ser expediente de alienação.

Assim, na sociedade capitalista, o trabalho também é uma ação de alienação e, no caso do trabalho docente, distancia o professor do produto do seu trabalho, do processo produtivo, da humanização de si mesmo e do reconhecimento do outro. O que eu quero dizer é que o trabalho docente materializa todas as contradições do modo de produção capitalista.

Outro ponto importante é que o professor pertence à classe trabalhadora, mesmo que muitas vezes não reconheça esse pertencimento, talvez porque, majoritariamente, o produto do seu trabalho seja imaterial. Quando falo de produto imaterial, significa que é um produto que não posso pegar, não é um objeto físico. Embora o produto do trabalho docente seja em grande parte imaterial, e talvez por isso mesmo, ele é muito complexo. O professor trabalha com outras pessoas (o aluno, seus pares, as pessoas que produzem o conhecimento historicamente acumulado) e com o conhecimento.

Trabalhar com o conhecimento exige algumas especificidades do trabalho docente. Primeiro, o professor precisa de um acúmulo teórico; segundo, ele precisa de contato, de partilhar com seus pares; terceiro, ele trabalha com a socialização do conhecimento e, por último, ele trabalha com a renovação desse conhecimento porque o conhecimento é uma explicação provisória da realidade, ou seja, o professor trabalha com pesquisa também. Além disso, ele trabalha com tomadas de decisão, ou seja, posturas críticas em relação a esse conhecimento. E tudo isso precisa ser contextualizado. Então, o que eu quero dizer é: embora em uma sociedade capitalista tanto o professor quanto o produto do seu trabalho sejam identificados como mercadoria, eles não são simplesmente produtos. São processos, processos complexos.

Outra coisa que eu quero dizer sobre essa especificidade do trabalho docente é que ainda que ele tenha muitas rotinas práticas, ele não é essencialmente, não é só um trabalho prático. Embora o professor utilize também de conhecimentos técnicos, ele também não é só um trabalho técnico. O trabalho docente é predominantemente um trabalho intelectual. E o trabalho intelectual, embora tenha rotina, embora envolva reproduções, ele também tem um alto grau de criação e esse alto grau de criação envolve tomadas de decisão. Então, as tarefas embutidas no trabalho docente, planejamento, elaboração de atividades, avaliação, esse compartilhar com os pares, tudo isso envolve rotina e também um alto grau de criatividade.

Adda Echalar

Professora, você deixou muito claro que se falamos da educação como prática social, o trabalho que o professor realiza é de ordem intelectual, logo não é uma mera rotina de rotinas e procedimentos, como você bem reforçou. O que muda no trabalho do professor quando utiliza tecnologias digitais em rede?

Daniela Rodrigues

As tecnologias digitais em rede não são inovadoras em si. Ouvimos falar do uso de tecnologia na educação como o ícone da democratização do conhecimento, aquilo que vai facilitar o acesso das pessoas à informação, que vai facilitar os processos de ensino e aprendizagem. Porém a tecnologia em si não realiza nenhuma dessas transformações.

A tecnologia que nós usamos hoje é resultado de um processo histórico, afinal, o homem cria e usa as tecnologias desde que ele é homem. O homem se diferencia dos animais porque produz e utiliza instrumentos. Então, desde o começo, desde que ele pega uma concha e cava a terra, ele já está desenvolvendo e utilizando tecnologia. A tecnologia de hoje é resultado de um amadurecimento histórico desse processo tecnológico. Então, ela não é inovadora e não é neutra.

Ela não é neutra justamente por ser construção humana. A inserção da tecnologia na educação, do jeito que tem sido realizada, tem nos apontado para o atendimento das necessidades da sociedade capitalista neoliberal produtivista.

Inclusive, esse discurso da neutralidade vem a calhar para os ideais neoliberais, porque quando analisamos a tecnologia só pela sua dimensão técnica, ou seja, quando reduzimos a tecnologia às funções técnicas dos aparatos tecnológicos, ocultamos a sua dimensão política, a sua dimensão econômica, a sua dimensão social, e aí ela parece neutra, natural ou automaticamente benéfica para a sociedade.

O que a gente percebe a partir dessa visão é uma transposição de lógica. A gente vê a transposição da lógica de mercado, da lógica econômica e da administrativa para a lógica da educação. É claro que a educação é tangenciada por essas lógicas, mas elas não podem substituir a lógica educativa.

Para o professor usar a tecnologia ele tem de se apropriar dela e o professor se apropria da tecnologia em diferentes níveis. O nível de apropriação depende do tipo de aparato tecnológico ao qual o sujeito tem acesso e do tipo de ação que ele realiza com a tecnologia. Vamos falar do tipo de aparato tecnológico. O que nós temos visto é que os professores têm aparatos tecnológicos defasados e limitados, então isso traz um nível de apropriação menor, uma dificuldade de apropriação plena da tecnologia, e o tipo de ação que ele tem realizado também resulta em uma apropriação parcial desse processo.

O que a gente percebe é que o sentido que o professor atribui à tecnologia está se distanciando, exercendo uma relação de exterioridade, com o significado social que têm as tecnologias para as instituições que estão interessadas nesta implantação. Leontiev denomina o distanciamento entre o sentido pessoal e o significado social de desintegração da consciência. Ou seja, o professor utiliza as tecnologias em rede com a consciência desintegrada. Do jeito que está sendo feito, essa tecnologia está diminuindo a autonomia docente.

Nós estamos vendo os interesses das empresas na tecnologia e disso a gente precisa desconfiar. Então, o problema não é a tecnologia em si, mas o que ela tem veiculado e o que temos visto é que ela está divulgando planejamentos padronizados, conteúdos pasteurizados, além de apoiar as avaliações externas em grande escala.

Adda Echalar

A professora Daniela acabou de nos esclarecer que a natureza do trabalho do professor não se altera radicalmente com o uso das tecnologias, mas aparecem muitas questões importantes a serem levadas em conta, não é mesmo?

Com a adoção do regime especial de aulas não presenciais iniciado em março de 2020, tanto na rede privada quanto na rede pública de ensino na educação básica e na educação superior, fica a pergunta, professora Daniela: O que mudou no trabalho do professor?

Daniela Rodrigues

Olha, Adda, para começar, esse trabalho remoto, que pode ser chamado de trabalho *on-line*, trabalho a distância, pode receber várias denominações, é considerado um regime excepcional, mas não podemos esquecer o seguinte: ele foi imposto. Então, só de ele ter sido imposto já é um problema porque o professor não teve tempo e nem condições de discutir sobre essa adoção, essa implementação. Não teve condições de resistir, de subverter, de transformar as formas desse jeito de trabalhar.

O diferente nível de apropriação dos professores está fazendo com que alguns professores sejam funcionários das máquinas, eles estão se submetendo às metodologias que são permitidas, aos limites que a máquina lhes impõe. Alguns professores têm dificuldades de acesso à Internet; alguns tinham um plano de dados que não cobria todo o tempo de aula e tiveram de adquirir um novo plano de dados; alguns não têm computador e utilizam só o celular para dar aula, para corrigir trabalho, para planejar – e, às vezes, é um *smartphone* que não é tão moderno. Essas barreiras tecnológicas existem.

Ouvimos muito os professores reclamarem do aumento do número de horas de trabalho, porque não se levou em conta as especificidades do trabalho a distância. A princípio imaginou-se, eu penso, que ia fazer uma transposição do trabalho presencial para o trabalho a distância e não é assim. As metodologias são diferentes, o planejamento é diferente. Então, o professor está tendo que replanejar, eles têm que reorganizar toda a sua rotina, o seu conteúdo e isso tem gerado um aumento muito grande de horas de trabalho e nós vimos os professores que terminaram o semestre exaustos, lembrando que esse aumento do número de horas não significa que aumentou o salário deles. Então, como sempre, a tecnologia, de acordo com a teoria do mais valor-relativo, nunca é benéfica nesse sentido. Ela nunca gera ganhos para o trabalhador, pelo contrário, ela intensifica a sua exploração.

Outra coisa são as dificuldades comuns ao *home office*: o professor teve de organizar em tempo recorde o espaço adequado na casa dele, a iluminação, se preocupar com os barulhos domésticos, teve que

dar aula junto coma sua família. Então, se ele tem filho pequeno e este também não está indo para a escola, o filho pequeno está lá, junto dele. Teve uma pesquisa que revelou alguns dados que mostram que as mulheres pesquisadoras produziram menos nesse tempo de pandemia. Isso, por quê? Porque a mulher comprovadamente se envolve mais com o trabalho doméstico e com o cuidado com os filhos. Ela teve o espaço de trabalho invadido, o tempo de casa e o tempo de trabalho estão se misturando e isso tudo se somando ao sofrimento da pandemia. Todos estamos sofrendo, afinal as pessoas estão morrendo e os professores também têm parentes adoecidos, têm amigos que adoeceram ou morreram. Ou seja, além desse sofrimento que a população toda está passando, o professor sofre com a precarização das condições de trabalho e com a exclusão dos alunos, porque muitos destes também compartilham dessa dificuldade de acesso tecnológico. Outro ponto importante é que um fenômeno educativo tão complexo foi restrito ao cumprimento do calendário escolar, isso, entre outros fatores, diminui muito a autonomia do professor.

Adda Echalar

Sua fala perpassa outras entrevistas que já fizemos aqui no Matutando e você aponta que o ensino não presencial com a intensificação do uso de tecnologias digitais tem acirrado a exploração do trabalho do professor. É isso? Fala mais para a gente sobre isso, o que você pode acrescentar sobre essa afirmação.

Daniela Rodrigues

Olha, Adda, sim. O trabalho a distância acirrou a exploração, o sofrimento, a precarização das condições de trabalho docente. Primeiro, vamos lembrar que o trabalho docente é precarizado desde sempre, porque historicamente os professores ganham baixos salários, é desvalorizado profissionalmente. Do final da década de 90 para cá, houve um acirramento da submissão do trabalho docente à lógica, aos interesses do mercado e dos organismos internacionais.

Depois do golpe de 2016, a coisa se precarizou de verdade. O último governo tem precarizado, cada vez mais, as condições de todos os trabalhadores, inclusive dos professores. Um bom exemplo é o do ensino a distância que tem sido inescrupulosamente ampliado. Falo do ensino a distância precarizado, não estou falando de qualquer ensino a distância. Falo desse modelo que tem sido ampliado principalmente

para a formação de professores. A formação a distância dos professores, feita por instituições privadas, não é só mais uma modalidade, é uma estratégia de formação, do tanto que ela vem se expandindo. Então, o professor vai perdendo o direito de ter sua formação presencial em universidades e instituições públicas e de qualidade.

Outra coisa que a gente precisa pensar é o que está por trás das plataformas gratuitas que pertencem a grandes conglomerados empresariais. O que está por trás dessas plataformas que são oferecidas gratuitamente para os professores utilizarem? No mínimo, essas empresas têm acesso aos nossos conteúdos, a gente perde a privacidade, mas a gente sabe que existem outros interesses, nós estamos falando de uma sociedade de classes antagônicas. Então, esses conglomerados empresariais não compartilham dos nossos interesses da classe trabalhadora.

Se o professor se beneficiar de alguma forma, é só um elemento do contraditório, é um efeito colateral. Essas estratégias têm concretizado uma tendência que já vinha se enraizando, que é a formação aligeirada, superficial e empobrecida teoricamente para o professor. Além disso, a educação também se concretiza como uma possibilidade de enriquecimento das empresas privadas. Se nós vamos fazer o ensino a distância, nós precisamos fortalecer os *softwares* e as plataformas públicas, Moodle, MOOCs, pois, pelo menos por princípio, elas têm um compromisso com a democratização e emancipação.

Precisamos pensar em como a tecnologia foi implantada em outras profissões. Vamos pensar aqui: *rappi, uber, ifood*, por exemplo. O que eles têm em comum? Um sistema tecnológico bem estruturado. Nessas empresas, o trabalhador é invisibilizado, individualizado, perde sua condição de classe, o trabalho é precarizado, flexibilizado… Já estamos vendo isso acontecer com os professores, nós já temos o professor uberizado, aquele professor que está à disposição da instituição e não tem garantias, por exemplo, em relação à sua carga horária ou ao seu salário. No Estado de São Paulo já tem professor horista na rede pública. Então, eu acho o seguinte, essa educação, do jeito que está sendo feita, tem sim acirrado e enfraquecido o professor como classe trabalhadora que é.

INDICAÇÕES DE LEITURA

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. *Educação e Pesquisa,* São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.

SOUSA, Daniela Rodrigues de. *Tecnologia na mediação do trabalho docente:* contribuições da teoria histórico-cultural. 2019. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2019.

CAPÍTULO
7

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA USO DE TECNOLOGIAS[1]

Denise Cristina Bueno
Joana Peixoto

Desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia e que o ensino remoto tem sido adotado como um recurso para oferecer ensino aos estudantes, os professores têm sido alvo da atenção do governo, dos sistemas de ensino e dos familiares dos alunos. Os professores precisaram adaptar as aulas e o material didático para um suporte via Internet. Então, é muito importante que os professores estejam preparados para fazer essa adaptação, importante que eles recebam formação.

Desde os anos 70, no Brasil, já existiam políticas de formação para preparar os professores para utilizar as tecnologias envolvendo ações de capacitação no trabalho docente. E hoje, como tem sido realizada a formação dos professores para o uso de tecnologias? É sobre isso que nós vamos matutar no programa de hoje com a professora Denise Cristina Bueno.

Joana Peixoto

Então Denise, na sua pesquisa de Mestrado você faz uma investigação bem detalhada sobre as políticas de tecnologias e educação no Estado de Goiás. Você pode fazer uma síntese da trajetória dessas políticas?

Denise Cristina Bueno

A pesquisa aponta que as políticas públicas em geral no Brasil se pautam em políticas econômicas que estão em curso no Brasil e no mundo. Então, antes de falar dessas trajetórias das tecnologias e educação, quero pontuar que as tecnologias sobre as quais estamos falando

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 28/8/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/vt0tXzyYWJQ

são as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entre as quais temos o rádio, a TV, o computador, o celular, o *tablet*, lembrando que elas não são produzidas de forma neutra. Em outras palavras, não são imparciais, não são autônomas, elas também não são autossuficientes, como é colocado na sociedade. Elas fazem parte de um processo de criação, de produção humana que é construída historicamente. As tecnologias são portadoras de sentidos que se transferem automaticamente para os usos. A evolução das tecnologias na verdade é evolução do homem enquanto ser que as constrói historicamente.

Então, voltando à questão das políticas para uso de tecnologia, nós temos o marco inicial que foi nos anos 70 até os anos 90. Cria-se um documento "Subsídios para a Implantação do Programa de Informática na Educação" – MEC/SEI/CNPq – recomendando que as iniciativas deveriam estar vinculadas às universidades como forma de construir conhecimentos técnico-científicos que pudessem ser compartilhados pela comunidade acadêmica, tendo como decorrência a necessidade da criação de centros multiplicadores de recursos humanos, denominados de centros-pilotos. Foi criada uma Comissão Nacional de Informática na Educação, e também houve a integração do MEC com uma Secretaria Especial de Informática, que foi criada nessa época. Surgiram também agências financiadoras, como Finepe e a própria Embratel na época. Depois disso, a ênfase maior da inserção dessas tecnologias que, no momento, era o computador, foi a formação para o professor, por meio dos programas Formar 1 e o Formar 2, que eram cursos de especialização para a formação de professores. Essas formações eram oferecidas em parceria com as universidades, como a Unicamp, os Institutos Federais, a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a PUC/Rio, a PUC/São Paulo, entre outros.

Nos anos 90 foram criados programas para uso dessas tecnologias. Então, a ênfase também foi dada para a TV e o rádio. Criaram-se os programas: TV Escola, Rádio Escola, o Educom, o próprio Planinfe, que era um programa de instalação de laboratórios. O ProInfo também foi criado depois com essa finalidade de distribuição de equipamentos, ele foi mudando e veio o ProInfo Integrado e UCA, Um Computador por Aluno.

Concomitantemente foi elaborado um importante projeto, que é a criação dos Núcleos de Tecnologia, os NTEs, em vários municípios brasileiros. Eles tinham o objetivo de dar suporte técnico-pedagógico para incorporar as tecnologias na educação.

Então, isso tudo foi feito concomitantemente, mas com a trajetória e a mudança já na virada do século 2000 até a presente data há uma submissão das próprias políticas. Nós já estamos vivendo um momento em há um discurso em que as máquinas já estão sendo superadas, que nós já nos apropriamos desses equipamentos. Uma falácia. Ainda precisamos de formação continuada com vistas à superação da lógica da racionalidade técnico-científica instrumental, que tanto afeta o fazer pedagógico, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas institucionais. Isso exige formação tanto técnica quanto pedagógica com vistas na didática.

Por outro lado, há um discurso que diz que os jovens sabem usar as tecnologias, de que eles já sabem tudo. Esse é um discurso raso, não passa de uma noção ingênua que desconsidera as condições concretas e subjetivas desses jovens.

Joana Peixoto

Muitas dessas Tecnologias de Informação e Comunicação que você citou não foram criadas no meio educacional e nem diretamente para o meio educacional. Você fez uma consideração muito interessante de que essas tecnologias estão subordinadas a interesses econômicos, que elas não são autônomas, que a tecnologia não é neutra. Você poderia falar mais um pouco sobre essa ideia de tecnologia?

Denise Bueno

Sim. É importante nós pensarmos sobre tecnologia e compreender em que processo de produção está inserida. A disseminação dessas tecnologias na sociedade não é autônoma. Isso quer dizer que não é o bastante a vontade de fazer transformação social, que a gente julga necessário que vai acontecer. Precisa-se considerar as condições materiais, como que o homem se organiza, como é feita a produção. Isso tudo é criado por leis, costumes, isso a gente pode chamar de modo de produção para satisfazer as nossas necessidades, são as condições materiais. Isso tudo é desconsiderado na medida que há uma produção. Pois é na produção das tecnologias que condições materiais e subjetivas são desconsideradas, não se julga necessário. Então, não

estou dizendo aqui que estou negando a tecnologia, ao contrário, ela é extremamente importante para a educação, para a sociedade como um todo. É necessário considerar o processo e os obstáculos em que ela é colocada quando é criada sob o jugo do capital. Não se trata apenas de desenvolver tecnologias de qualquer custo para compreender o seu sentido. É preciso que a gente considere o contexto que nós estamos vivendo, lembrando que essas TICs são construídas e produzidas pela indústria e é na forma de produção, porque olha só: é nas indústrias que se produzem máquinas para produzirem outras máquinas que produzem as máquinas que manipulam as nossas necessidades. Temos de estar atentos para perceber a forma como são construídas; elas condicionam historicamente como nós vamos exercer diante da sociedade.

É difícil compreender esse raciocínio, mas é preciso fazer esse exercício de forma científica, estudando, aprofundando sobre o tema. Poucos estudos são ofertados nessa área de Educação e Tecnologia não só no Estado de Goiás, mas no Brasil. Acredito que o grupo *Kadjót* sai à frente quando faz esse tipo de análise na utilização concreta dessas tecnologias e como elas geram certo aperfeiçoamento na educação, porque temos de lembrar que as tecnologias de que estamos falando não foram produzidas para a escola, não foram produzidas para a área educacional, elas são inseridas, elas não são produzidas. Então, elas possuem finalidades distintas. Um exemplo é o celular, que é para se comunicar. Devo dizer que as tecnologias estão descontextualizadas da área da educação, não foram feitas nem produzidas para isso. Nós, os seres humanos, no caso os professores, os estudantes, quem trabalha na área da educação precisamos recontextualizar como isso é utilizado e perceber as suas implicações diretas. O que acontece quando nós não fazemos essa análise profunda? Há um esvaziamento, um apagamento do trabalho docente, da didática, da forma como nós trabalhamos.

Joana Peixoto

Muito interessante as suas considerações. A gente pensar assim: o professor para usar a tecnologia, ele precisa, de fato, saber utilizar, manipular, manusear essas tecnologias. Mas ele precisa compreender também, como você está explicando para a gente, a forma como essa tecnologia é produzida, a maneira como essa tecnologia é distribuída, as condições nas quais essa tecnologia chega na escola e, além de tudo,

como ele vai adequar então toda essa circunstância, todo esse aparato, todas essas funcionalidades que a tecnologia nos oferece para organizar o trabalho que ele realiza com os estudantes.

Pelo nosso diálogo até aqui com a professora Denise está ficando muito clara a importância da formação de professores para o uso das tecnologias. Nesse momento, no qual o Estado de Goiás adotou o regime especial de aulas remotas como uma alternativa para a organização do calendário escolar, pergunto para a professora Denise: Que formações as redes têm oferecido e como você analisa essas formações?

Denise Bueno

Estamos ofertando cursos para desenvolver habilidades curriculares na prática, para uso das plataformas de comunicação. Nós observamos também plataformas de ensino híbrido. Nós estamos vivendo um momento de *lives*, alguns chamam de *webinários*, reuniões. Eu tenho observado que as redes de ensino têm ofertado esse tipo de formação. As redes também fazem uso de plataformas de ensino, de Educação a Distância (EaD) e plataformas que podem proporcionar o ensino híbrido. Porque, às vezes, a gente acha que o ensino híbrido só pode acontecer em plataformas de EaD, mas ele pode ocorrer em plataformas de comunicação mais simples, no entanto em momentos presenciais.

Joana Peixoto

Explica para nós o ensino híbrido. O que é isso?

Denise Bueno

O conceito pode combinar como momentos presenciais e *on-line,* que são articulados entre si compreendendo um aprendizado. Porém, cabe ressaltar que o ensino híbrido não é a mesma coisa que o ensino remoto emergencial, instaurado nas escolas em resposta à pandemia. Nada mais é do que combinar diversas plataformas, como filmes, rádio e televisão, por exemplo; quando pedimos que os estudantes assistam a um filme e, na aula seguinte, tenho um debate sobre o filme. Então, o ensino híbrido tem essa ideia. Sempre trabalhamos com diferentes plataformas para que o processo de ensino se concretize de forma mais intensa, nada que já não era feito. A grande questão é que os nossos estudantes não têm acesso a essas plataformas e ficam prejudicados.

No momento também são ofertados alguns cursos, que os próprios professores têm solicitado para as redes. Mas esses cursos são voltados para o uso dos recursos de uma forma mais técnica: como vou fazer uma *live*, como vou fazer um vídeo, como vou produzir esses vídeos, como vou utilizar determinadas plataformas de comunicação.

Certamente a minha análise é que são cursos aligeirados, mas isso não é de agora. Acirrou-se por ocasião da pandemia. Mas esses cursos aligeirados já acontecem na sociedade brasileira há muito tempo. Há um discurso de que nós já estamos sabendo tudo sobre tecnologia, não precisamos mais aprender.

Joana Peixoto

E a duração desses cursos? Você está falando que são aligeirados?

Denise Bueno

São cursos que duram de 2 a 180 horas, depende muito da necessidade de formação e dos interesses de cada rede de ensino. Temos ressalvas a serem feitas sobre os cursos de formação de professores, mas é o que nós temos para o momento. Lembrando que esse tipo de formação não é diferente de outras formações de épocas anteriores. Talvez um pouco mais precário hoje, mas é uma tendência mundial. Precisamos ter muito cuidado com a questão da formação de professores. É preciso que a gente considere alguns aspectos que não podem faltar na minha análise. São aspectos técnico-operacionais, didático-pedagógicos e até mesmo as políticas ideológicas. Precisamos compreender, por exemplo, que a dimensão técnica sob o prisma do capital trouxe uma ilusão de que vai reduzir o nosso trabalho. É ilusão: as nossas necessidades vão ser todas sanadas e vão ser todas atendidas. Isso não pode ser garantido. Na dimensão didático-pedagógica não podemos deixar de pensar que a prática não se separa da teoria. A gente precisa pensar que os elementos pedagógicos não podem faltar, os elementos didáticos como os objetivos dos planos de aula, para que serve esse objetivo, o que eu quero alcançar com esse objetivo, como eu vou trabalhar, qual a minha metodologia, inclusive a avaliação não pode ser desconsiderada nem nesse processo. Então, é pensar também no estudante, o que ele tem que aprender, qual conteúdo vai contribuir para a formação humana dele. Os professores devem trabalhar nesse sentido, nesse período, então, mais ainda, repensar esses

elementos didáticos. E na dimensão política e ideológica, nós estamos baseados em uma ideia de que os professores precisam apenas ser instrumentalizados, vamos ensinar a prática, administrar uma formação que leva a uma lógica massificadora.

Joana Peixoto

Tem um aspecto interessante que você está dizendo que os cursos são usos de ferramentas, de aplicativos e, para isso, os professores precisam de um computador, do celular, de um *tablet*, de uma conexão à Internet. Como é o acesso desses professores a esses recursos?

Denise Bueno

Algumas redes conseguem fazer esse levantamento através de reuniões, de preenchimento de questionários. Criação de plataformas prontas com conteúdo e atividades. Estava observando em alguns painéis de monitoramento, um compilado de informações e isso gerou um relatório analítico das escolas. Outras redes de ensino já preferiram deixar as escolas optarem pelo formato de atividades e aulas em que pudessem escolher e planejar suas aulas remotas. Inclusive em um dos relatórios analíticos que está disponível, consegui observar que 90% dos nossos professores têm acesso a algum tipo de recurso e esse mesmo sistema tem analisado que o acesso dos estudantes chega a 70% de acesso a algum tipo de equipamento.

As redes têm ofertado programas na televisão por exemplo, com aulas para os Ensinos Médio e Fundamental. Não me deixa esquecer de falar das grandes empresas de tecnologias e comunicação que, nesse momento, poderiam contribuir ofertando pacotes de banda larga, equipamentos como computadores, *tablets*. Por que não estão fazendo isso? Ao contrário, os preços estão lá em cima.

Joana Peixoto

Então vocês estão vendo que essa questão da formação de professores para o uso de tecnologias nesse momento de trabalho remoto traz questões não tão distintas daquelas que nós já enfrentávamos antes desse momento da pandemia. Então a professora Denise nos esclarece questões muito importantes e a gente fica com muitas questões, muitas perguntas, com a vontade de compreender muito mais esse assunto e agradecemos muito a sua presença aqui, Denise.

Denise Bueno

Eu que agradeço o convite, quero convidar a todos para revisitar as gravações do programa Matutando que tem por objetivo dialogar com os profissionais da educação e toda a sociedade, do que estamos observando agora e para que possamos buscar transformar esse momento e aproveitar, tirar o que for de melhor dele para que a gente possa continuar nosso trabalho, com ou sem pandemia.

Joana Peixoto

Muito bom! Nossa entrevista de hoje foi com a professora Denise. Então, a gente compreendeu um pouco dessa trajetória das políticas públicas voltadas para a formação de professores, das condições nas quais se encontram os professores e as nossas escolas.

INDICAÇÕES DE LEITURA

BUENO, Denise Cristina. *Educação e tecnologia no Estado de Goiás:* o projeto formativo de professores multiplicadores do Programa Nacional de Informática na Educação na Concepção dos Formadores. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BUENO, Denise Cristina; ECHALAR, Jhonny David. Políticas públicas para uso de tecnologias na educação em Goiás: um resgate de memórias. *In:* ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose Mary Almas de (org.). *Ecos e repercussões dos processos formativos nas práticas docentes mediadas pelas tecnologias:* a visão de professores da rede pública da educação básica do Estado de Goiás sobre os usos das tecnologias na educação. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016. p. 21-44. Disponível em: https://sites.google.com/site/grupokadjotgoiania/producoes/capitulos. Acesso em: 12 ago. 2021.

MORAES, Raquel de Almeida. A política de informática na educação brasileira: do nacionalismo ao neoliberalismo. *Linhas Críticas,* v. 5, n. 9, p. 7-30, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2750. Acesso em: 12 ago. 2021.

CAPÍTULO
8

TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE[2]

Sandra Valéria Limonta Rosa
Maria Valeska Viana

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 levou as escolas a adotarem o trabalho remoto como meio e estratégia para continuarem ofertando ações formativas aos seus estudantes, o que provocou e tem ocasionado muitos desafios para professores e professoras.

Maria Valeska Viana

Eu sou professora e diretora de políticas de educação básica e superior da Pró-Reitoria de Ensino do IFG (2019). A pandemia de Covid-19 trouxe muitas mudanças para o trabalho das professoras e professores, para a vida dos estudantes e seus familiares. E também, certamente, para o trabalho dos gestores educacionais. O programa Matutando Diálogos Formativos, com o objetivo de refletir sobre as questões postas na educação em tempos de pandemia, apresentará cinco episódios com o tema: trabalho remoto, condições para o ensino e aprendizagem, em que serão explorados os fundamentos, os conceitos e as condições para o ensino e a aprendizagem neste momento de excepcionalidade. Hoje vamos dialogar sobre um conceito muito importante para os campos da Formação de Professores e da Didática, que é a transposição didática. Neste momento em que é solicitado aos professores e professoras que façam uma readequação curricular a partir de seus planos de ensino, é fundamental conhecermos um pouco mais sobre transposição didática.

Para falar sobre esse tema convidamos Sandra Limonta, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG e líder do grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Docente e Educação Escolar – Trabeduc.

[2] Diálogo transmitido ao vivo em 4/9/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/wvw5mgsVL1w

Sandra Limonta

Este momento é muito importante, de reflexão, de análise e de pensar o trabalho pedagógico nesta situação de pandemia. E não só pensar e refletir, mas também elaborar formas de ação para que a gente possa realizar mesmo na Educação a Distância, mesmo no ensino remoto, um trabalho de qualidade.

Maria Valeska Viana

Professora Sandra, para ministrar os conteúdos os professores devem organizar o processo de ensino e aprendizagem a partir de estratégias e atividades que deverão proporcionar a apropriação desses conteúdos pelos estudantes. A isso podemos chamar de transposição didática?

Sandra Limonta

O conceito de transposição didática é um conceito bastante importante e ao mesmo tempo ele tem uma certa complexidade que se faz necessário compreender um pouquinho. Eu trabalho com esse conceito e tenho feito pesquisas sobre o ensino escolar e ao mesmo tempo trabalho com os conceitos de trabalho pedagógico, trabalho didático e transposição didática, principalmente a partir de dois autores que depois as pessoas que estão assistindo vão ter acesso à bibliografia que eu vou citar agora, que é o Chevallard, um livro que ainda não está publicado em Português, mas em Espanhol, mas é de fácil acesso, de autoria da Nereide Saviani, irmã do nosso queridíssimo professor Saviani; outro livro muito interessante dela que eu recomendo a leitura para todos os professores e professoras e que pode contribuir bastante para pensar o trabalho pedagógico neste momento, é o livro Saber Escolar, Currículo e Didática. A transposição didática é um processo de transformação do conhecimento científico e do conhecimento cultural em conhecimento escolar. Para esses autores a escola não ensina os conhecimentos científicos, culturais, artísticos e filosóficos no estado puro, mas há um processo de transformação do conhecimento em conhecimento escolar. Isso não é simplificar, não é reduzir o conhecimento, mas é uma questão epistemológica mesmo. Como a gente transforma esse conhecimento em seu estado puro em conhecimento escolar isso passa por uma transformação histórico-social em que vão sendo incluídos novos conhecimentos, retirados outros, ou amplia-se uma determinada parte das disciplinas escolares e isso tem a ver com

políticas, com o desenvolvimento das próprias Ciências, com os novos conhecimentos que vão chegando e vão sendo incorporados ao conhecimento científico, enfim, a palavra é transformação. E nessa transformação do conhecimento humano em conhecimento escolar vão sempre estar integradas numa relação, naquilo que eu vou ensinar, as finalidades, por que esse conhecimento, por que não outro, por que neste momento. E a didática, o como ensinar, que atividades, que forma de exposição, que materiais vão ser necessários para ensinar esse conhecimento, também vai fazer parte disso que a gente chama de transposição didática. Em síntese, a transposição didática é a transformação do conhecimento humano em conhecimento escolar e essa transformação, além de ser uma revisão epistemológica, dos conceitos, dos conhecimentos, é também uma transformação que é construída pelas finalidades e pelas formas de ensinar, pela didática. Eu acho importante também mencionar que o trabalho pedagógico é concretizar com os alunos a transposição didática na escola. Esse encontro tão maravilhoso entre os professores, os alunos e o conhecimento é também produção de conhecimento. Esse encontro do professor, dos alunos e do conhecimento na escola também leva à (re)elaboração de novos conhecimentos. E muitas vezes não nos damos conta, mas o professor percebe que tem aluno com dificuldade ou que eles começam a cansar, o professor reelabora às vezes naquele momento mesmo da aula e ele transforma a transposição didática no momento mesmo da realização do trabalho pedagógico. Então eu quero lembrar isso, realizar o trabalho pedagógico, concretizar a transposição didática é também produção de conhecimento. Os professores vão reelaborando e elaborando novas finalidades, novas formas de ensinar, vão revendo os conteúdos escolares ao longo do ano e também os conhecimentos socioculturais dos alunos, das comunidades escolares, isso também vai perpassar a prática viva do professor. Então a transposição didática é o trabalho pedagógico vivo, o professor, a professora, os estudantes vão sempre reelaborar, repensar o currículo, as finalidades e a didática.

Maria Valeska Viana

Nós professores e professoras fazemos transposição didática e não sabemos, interessante! Então, professora, nós podemos afirmar que a transposição didática envolve contextualização do conhecimento. A experiência do estudante e a intenção didática do professor, ou

seja, pensarmos na relação entre conhecimento, professor e estudante. Neste momento de reformulação dos planos de ensino para o ensino remoto, isso vai exigir dos professores uma outra organização didática?

Sandra Limonta

Vai, com certeza, e é mesmo um momento muito difícil para nós, é um problema de saúde pública muito sério que o país passa e acabou de nos trazer esta condição de trabalho e ensino em que nós estamos agora. Então vamos refletir um pouco sobre a transposição didática neste contexto, boa parte da elaboração da transposição didática já vem pronta para o professor e essa é uma situação que temos que acompanhar sempre de muito perto, as orientações curriculares. Recentemente tivemos uma grande reforma curricular no nosso país, que é a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e a reforma do Ensino Médio, e as redes municipais e estaduais, a partir dessas grandes orientações curriculares oriundas do Ministério da Educação, vão constituir os seus currículos, as suas propostas e seus projetos pedagógicos em nível de rede. E no Brasil, em muitas redes municipais e estaduais, as unidades escolares têm o seu Projeto Político-Pedagógico, então, boa parte da transposição didática do currículo, da seleção dos conteúdos, das finalidades educativas e até mesmo da didática, das formas de ensinar, já vem de certa maneira pré-preparada para o professor. Eu quero lembrar que tudo isso vai dar um rumo para o trabalho pedagógico do professor e temos sempre que analisar, questionar, resistir, reelaborar no plano do trabalho individual concreto em sala de aula, de acordo com a compreensão e a possibilidade do professor de fazer essa reelaboração. E a gente sabe que também existe uma pressão grande da rede para que os professores e as professoras sigam os currículos escolares e os livros didáticos. Eu entendo que nesse momento da pandemia tem também um acirramento do processo de exploração do trabalho pedagógico do professor com as atividades remotas, mas contraditoriamente, abriu-se um espaço, no meu entendimento um pouco maior do que aquele espaço que temos no cotidiano da escola, para a gente interferir na seleção dos conteúdos e na elaboração das formas com que vamos ensinar os conteúdos. Um pouco mais de liberdade do livro didático ao mesmo tempo representa a necessidade do professor de reelaborar, buscar outras formas, buscar vídeos, por exemplo, uma vez que o trabalho com o livro didático de forma remota precisa ser repensado, ele se transforma. Novas formas

de buscar o conhecimento vão sendo incorporados, o uso das tecnologias, novas formas de comportamento na aula remota com as crianças, com os adolescentes do Ensino Médio, com os adultos do Ensino Superior. Isso é muito difícil, reelaborar o que já estava em boa parte pronto e o professor trabalha em cima de currículos, finalidades e às vezes até de proposições de ensino que já dão certo rumo para o seu trabalho e isto certamente vai exigir mais do professor. Então é como se os conteúdos, as finalidades e as formas de ensinar que constituem esse movimento vivo da transposição didática estivessem recebendo um novo tratamento agora da parte das professoras e professores. Isto também é produção de conhecimento, de autoformação e ao mesmo tempo a gente tem de ter cuidado para não "fetichizar" demais as tecnologias e achar que as tecnologias suprem essas necessidades de reelaboração do currículo e das formas de ensinar. E outra coisa também é o tempo de trabalho, já tem até pesquisas informando que os professores têm trabalhado mais em casa e no ensino remoto.

Maria Valeska Viana

Nunca foi tão importante conhecermos as finalidades do nosso trabalho, a finalidade dos conteúdos com os quais trabalhamos. Com a redução dos dias letivos para o cumprimento do calendário acadêmico tem-se orientado os professores que façam uma seleção de conteúdos, considerando aqueles mais fundamentais ou essenciais para a formação do estudante. Quais instrumentos são necessários aos professores para que possamos realizar esse trabalho de forma que não minimizemos o processo de aprendizagem?

Sandra Limonta

Eu tenho pesquisado o ensino e o trabalho pedagógico na escola a partir da Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano, eu creio que muitos professores e professoras que estão nos assistindo conhecem um pouco dessa teoria, as obras de Vigotski, Luria e Leontiev. Na Teoria Histórico-Cultural, a aprendizagem dos conceitos científicos na escola é considerada uma das atividades mais importantes do processo geral do desenvolvimento do homem, não só intelectual, mas da própria personalidade humana. A apropriação dos conceitos científicos, culturais, filosóficos e artísticos é, para essa teoria, fundamental para o desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo nós temos que lembrar que esses conceitos científicos que compõem, que constituem

os conteúdos escolares, ou melhor, o conhecimento escolar, não são uma cópia do conhecimento da disciplina de origem e também não é a simplificação, a redução no sentido de vulgarizar, de tornar mais fácil o conceito. Então tem uma complexidade aí, não é a cópia, mas também não é apenas a redução ou a simplificação dos conteúdos e conceitos. Mas, sem dúvida tem uma correspondência entre a disciplina escolar e a disciplina científica que deu origem a esse conhecimento escolar. Nós vamos sempre estar diante da necessidade de rever e reelaborar essa sistematização dos conteúdos e essa sistematização é isso mesmo: a seleção, a inclusão, a exclusão, a reelaboração de partes do conteúdo, de conceitos que o professor compreende como sendo os mais importantes.

Maria Valeska Viana

Embora o desenvolvimento de cada aluno seja singular, numa mesma turma ou sala, eles compartilham condições comuns para a aprendizagem. Já é bastante desafiador para o professor organizar o ensino em sala de aula presencial que atenda a todos e a cada um. Como fica isso em trabalho remoto, professora Sandra?

Sandra Limonta

Eu acho essa questão bem interessante, a singularidade de cada um de nós para aprender alguma coisa nova e a situação comum, no sentido de que é uma situação coletiva, comunitária de estarmos em comunidade com as outras pessoas e com o professor e nessa situação comum da sala de aula, na transposição didática o professor objetiva que todos compreendam, participem, se interessem sobre o assunto, façam as atividades que ele propõe, é uma situação muito interessante, é uma situação dialética, a gente pode dizer, de um lado a força do trabalho pedagógico do professor que tende para a homogeneização da aprendizagem de todos, e do outro lado a singularidade, a particularidade de cada aluno, suas dificuldades, os motivos, as disposições para essa ou aquela disciplina. Então, sem dúvida é do conhecimento de todos os professores que os alunos aprendem os conteúdos escolares a partir de sua história pessoal e dos conhecimentos prévios e boa parte dos conhecimentos prévios também são aprendidos nas situações da vida, do cotidiano. Mas eu tenho refletido com a ajuda da Teoria Histórico-Cultural que essas diferenças, essas particularidades de cada um são as forças motrizes internas da aprendizagem, diante das forças

externas que é o trabalho do professor, e na medida em que o trabalho pedagógico vai ganhando um ritmo e o professor vai envolvendo os estudantes ele consegue intervir, ele consegue perceber as diferenças e as dificuldades. E você tem razão, Valeska, no ensino presencial o professor, a professora conseguem às vezes reorganizar o trabalho pedagógico na medida em que essas particularidades dos alunos vão emergindo, às vezes a gente consegue fazer isso numa aula, identifica uma dificuldade e já interfere. No ensino remoto essa possibilidade de acompanhar vai ser diferente, eu penso que propor pequenas atividades com maior frequência talvez seja uma possibilidade.

Maria Valeska Viana

Em suas pesquisas mais recentes a senhora tem trabalhado com as pesquisas do Ensino Desenvolvimental. Que orientações ou pressupostos didáticos dessa teoria podem nos ajudar a pensar a transposição didática e as metodologias de ensino?

Sandra Limonta

A teoria do Ensino Desenvolvimental foi elaborada pelos psicólogos e pedagogos russos Davydov e Elkonin, os mais conhecidos, a partir da Teoria Histórico-Cultural. Esses autores pensaram a realização do ensino escolar e eu vou apontar um princípio didático dessa teoria que talvez, na perspectiva da teoria do Ensino Desenvolvimental de Davydov e Elkonin, os nossos professores e professoras podem não conhecer, mas eles conhecem esse mesmo princípio didático em Paulo Freire, e nos professores Libâneo e Saviani, que trabalham também com esse princípio didático, que é o seguinte princípio: conhecer não é receber do professor o conteúdo em sua forma pronta e acabada, como um conjunto de informações e de definições que os alunos conseguem às vezes reproduzir, mas não conseguem compreender. Então, estudar é uma atividade, uma atividade ativa e criativa a ser realizada pelo aluno, aprender não seria receber de forma passiva os conhecimentos prontos, o nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire, chama isso de educação bancária, muitos autores nossos conhecidos denominam de ensino tradicional. Esse princípio de ensino em que os conceitos e os conhecimentos devem ser aprendidos de forma mais ativa pelos estudantes levou diversos autores da teoria do Ensino Desenvolvimental a pensar que o ensino começa com uma provocação, com uma atividade

que o aluno deve fazer, que no Ensino Desenvolvimental é chamada de tarefa, uma atividade que os alunos devem fazer, uma questão problema, algo desafiador.

Maria Valeska Viana

Nós teríamos muito mais a falar sobre esse tema com a professora Sandra Limonta, que neste curto espaço de tempo colaborou bastante para a gente poder pensar juntos as condições que este momento tem imposto ao trabalho de professoras e professores.

Sandra Limonta

Eu espero ter contribuído de alguma forma para pensarmos sobre o trabalho pedagógico e sobre a transposição didática neste momento de pandemia e de trabalho remoto.

Maria Valeska Viana

Nós matutamos com a professora Sandra Limonta sobre o trabalho de professores e professoras na situação do ensino remoto e os desafios que todos nós temos enfrentado nas condições para o ensino e aprendizagem, destacando a ideia de transposição didática.

INDICAÇÕES DE LEITURA

CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica:* del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique,1991.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública.* 26. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

LIMONTA, Sandra Valéria. *Formação de professores em ensino nas perspectivas histórico-cultural e desenvolvimental:* pesquisa e trabalho pedagógico. Curitiba, PR: Appris, 2020.

SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática:* problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

CAPÍTULO
9

CONDIÇÕES DOMICILIARES DE ENSINO E APRENDIZAGEM[1]

Catarina de Almeida Santos
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

Desde março deste ano de 2020 as escolas fecharam as suas portas e milhões de estudantes em todo o mundo, que antes passavam 5 dias por semana, 4 horas por dia no ambiente escolar, agora estão em casa, em tempo integral. Uma situação fora do comum, que tem afetado fortemente esses estudantes e seus familiares.

Júlio Vann

A crise sanitária que estamos atravessando tem produzido forte impacto sobre diferentes aspectos da vida de estudantes, incluindo suas famílias. Distanciados em suas casas, para continuar seus estudos, acessam textos, vídeos, *podcasts, lives* e todo o material enviado pela escola, principalmente através da Internet. Mas, por questões de acesso, nem todos têm podido assistir às aulas *on-line*. Segundo dados de 2018 da pesquisa do Cetic.Br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Unesco): 33% dos domicílios brasileiros não têm acesso à Internet e, nos domicílios pesquisados que possuem Internet, em 97% deles a Internet é acessada prioritariamente pelo celular. Se ter equipamentos e Internet é uma condição necessária para os estudos domiciliares, é fácil perceber que está longe de ser suficiente. Então, para além da técnica, quais condições são necessárias para o estudo domiciliar?

Para matutar conosco sobre este tema a nossa convidada é Catarina de Almeida Santos, professora associada da Faculdade de Educação da UnB.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 11/9/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/A9vVqSzEYYo

Catarina Santos

É um prazer matutar com vocês sobre este tema tão premente e relevante, num momento que temos o ensino remoto como uma estratégia adotada por todas as escolas do Brasil e do mundo, na tentativa de atender estudantes em todos os níveis de ensino.

Júlio Vann

Nós agradecemos a sua presença, professora! Na atual realidade educacional brasileira nós temos ouvido falar de estudos domiciliares, educação domiciliar, *homeschooling*, ensino remoto, educação a distância, ensino emergencial, que, diga-se, não são a mesma coisa, mas muita gente faz confusão entre um e outro. Professora Catarina, como distinguir estes conceitos, metodologias e modalidades?

Catarina Santos

Então, essa é uma questão muito importante porque a pandemia trouxe essa necessidade da educação fora da escola, fora dos muros escolares. E aí essa "salada" de termos tomou conta da nossa vida, do debate educacional, mas a gente precisa organizar o meio de campo desvendar esses termos. O ensino domiciliar, educação domiciliar ou *homeschooling* é uma modalidade educativa que não existe a figura da escola. O estudante não é matriculado, não existe a figura do professor formal. Então, não tem a instituição de ensino, esse processo é feito em casa, pela família. No Brasil não temos leis nacionais que normatizem essa modalidade educativa, ou seja, não temos essa modalidade no arcabouço legal brasileiro.

Quando falamos em atividades domiciliares, estamos falando de uma forma de fazer com que estudantes que estão matriculados na instituição de ensino que, por algum motivo, num determinado momento, não podem frequentar a escola, possam continuar os seus estudos com a orientação da escola, então ele vai fazer atividades domiciliares. Isso é muito comum, por exemplo, com as alunas grávidas, as estudantes grávidas que estão de licença maternidade, com estudante que está com uma doença infectocontagiosa. O ensino domiciliar foi criado no país na década de 60, quando o Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, garantia tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados. Segundo o artigo 2º do citado Decreto, poderia ser atribuído a esses

estudantes, "como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento". A Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, define que as estudantes em estado de gestação terão direito ao regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, a partir do oitavo mês e durante três meses após o parto. A partir de 2019 uma alteração feita na lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante o atendimento hospitalar ou domiciliar para o estudante que esteja com algum problema de saúde. O artigo 4º – A – garante "o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o poder público em regulamento, na esfera de sua competência federativa".

Quando falamos em Educação a Distância (EaD), nos referimos a uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos, podendo utilizar material impresso, digital, televisivo, radiofônico, áudio, vídeo, de forma *on-line* ou *off-line*. Esse processo pode se dar de forma síncrona quando é necessária a participação do aluno e professor no mesmo instante e no mesmo ambiente – nesse caso, virtual – ou assíncrona, quando não é necessário que os alunos e professores estejam conectados ao mesmo tempo para o desenvolvimento da aula e realização das tarefas.

Para a implementação da EaD as instituições precisam ter credenciamento, possuam regularidade na oferta, as pessoas já se matriculam nessa modalidade, precisam ter na avaliação específica profissionais formados, não só professores, mas vários profissionais envolvidos na produção de materiais e é uma modalidade que no Brasil costuma ser ofertada mais na Educação Superior, em menor escala no Ensino Médio, e na Educação Infantil e no Ensino Fundamental não ocorre.

Assim, o que estamos implementando no Brasil, nesse momento, é o chamado Ensino Remoto Emergencial, que traz característica de outras modalidades, mas que nunca havia sido ofertada no arcabouço legal brasileiro. Foi algo que surgiu com a emergência da pandemia. O ensino remoto da forma como estamos fazendo tem uma característica

muito peculiar, porque estamos transpondo aquilo que se faz em sala de aula para as plataformas virtuais, o que descaracteriza completamente o processo de ensino-aprendizagem.

Júlio Vann

É muito importante fazermos essa diferenciação porque muita gente tem confundido um pouco aí esses conceitos, essas ideias.

Então, o que seria atividade complementar se tornou a atividade principal. Se pensamos na educação como o direito constitucional para todas e todos, nós podemos apontar inúmeras questões que vieram à tona nesta situação de ensino remoto emergencial, o que nos leva a perguntar, professora Catarina, na sua visão, o ensino remoto emergencial está garantindo o direito, ou melhor, o Estado está garantindo as condições para atender o direito constitucional à educação para todas as pessoas?

Catarina Santos

Essa é uma pergunta fundamental, porque quando dizemos que é preciso garantir o direito à educação para todas as pessoas, o primeiro princípio dessa garantia é igualdade de acesso e permanência na escola. O nosso país precisa garantir as condições para que esse direito se efetive, isso tem a ver com a infraestrutura escolar, com os materiais pedagógicos, com educadoras e educadores, alimentação escolar, ou seja, é preciso garantir na escola aquilo que os estudantes, na sua maioria, não têm fora dela: as condições essenciais para que o processo de ensinar e aprender aconteça.

A pergunta que devemos fazer é: Com o processo de ensino remoto, do jeito que nós estamos fazendo, estamos garantindo essas condições? Os dados mostram que mais de 5 milhões de estudantes não estão tendo acesso ao ensino remoto, sendo que esse total é composto, na sua maioria, por indígenas, negros, quilombolas e estudantes do campo. Para que o ensino remoto ocorra o acesso à tecnologia e demais condições são essenciais e esse grupo não está tendo acesso. Quem não tem acesso à tecnologia não tem acesso a outros elementos, como alimentação, domicílios com espaço para estudar, familiares com escolaridade que possam auxiliar no processo, tem contato reduzido com os seus professores/professoras.

Para garantir o direito à educação é preciso olhar as especificidades dos sujeitos do direito. Como é que fazemos para garantir o direito à educação de quem está no campo, do estudante indígena, do estudante quilombola, dos estudantes que estão em localidades ou em residências que não oferecem condições de estudos, de estudantes que estão com fome, em situação de violência? Efetivamente o país não ofereceu as condições para educadoras e educadores, negando, assim, o direito à educação à sua população, das crianças pequenas aos adultos e idosos.

Júlio Vann

No caso, essa situação que nós estamos atravessando veio acirrar essa problemática, não é isso?

Catarina Santos

Certamente, pois a pandemia não inventou as desigualdades, ela só escancarou e aumentou. Se sempre foi na escola que grande parte dos estudantes teve acesso às condições mínimas de aprendizagem, como espaços para estudos, professores, materiais pedagógicos, alimentação e tantos outros, sem essa infraestrutura, por conta da pandemia, o problema aumenta. O acesso à educação, o acesso aos direitos sociais já é muito comprometido no Brasil, mesmo sem a pandemia. O Brasil é um país que tem um histórico de negação do direito. Nós temos no país 70 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica, 11 milhões de pessoas que são analfabetas. E isso não é coisa da pandemia.

Júlio Vann

A maior parte dos estudantes da Educação Básica mora com seus familiares, que, neste momento de distanciamento, podem também estar em casa, realizando seus trabalhos que antes faziam fora de casa, além, é claro, de todas as atividades domésticas. Estudantes mais jovens e das séries iniciais precisam de ajuda para acessar o material de estudo e para realizar as tarefas. Assim, os arranjos familiares incluem também os equipamentos disponíveis, o acesso à Internet, material impresso, e dependem da estrutura física dos domicílios, e outros aspectos que interferem, direta ou indiretamente, nos estudos domiciliares. Professora Catarina, como você analisa esta situação que estamos enfrentando nos domicílios?

Catarina Santos

Então, Júlio, nós falamos anteriormente da questão do direito à educação e das condições para que esses direitos se efetivem. Se na escola tem uma sala de aula em que o estudante pode dedicar aquele tempo a estudar, ele tem um professor orientando, tem materiais disponíveis, é a sala de aula com silêncio necessário, ele precisaria ter isso em casa: ter alguém que o orientasse, ter um espaço disponível para isso, tecnologia disponível. Tudo isso precisaria estar em casa, coisa que nós não temos. Nós temos no país lares monoparentais, grande parte chefiado por mulheres que cuidam de um conjunto de crianças, crianças mais velhas que agora têm que cuidar dos seus irmãos mais novos porque eles não estão na escola. Então é nesse ambiente que elas estão estudando.

Dos 37 milhões de estudantes que nós temos na Educação Básica pública, mais de 23 milhões têm até 14 anos de idade, ou seja, estão na Educação Infantil, séries iniciais do início do Ensino Fundamental, o que significa que precisam de alguém orientando por perto. Mas essas condições não estão dadas, pois grande parte dessas mães sai de casa para garantir o sustento dos filhos, que ficam aos cuidados do irmão ou irmã mais velha.

Do outro lado, temos os professores e professoras que nunca tiveram acesso às tecnologias que precisam ser utilizadas no ensino remoto, porque as nossas escolas não têm essa infraestrutura tecnológica, não tiveram formação e não estão tendo o suporte nesse momento, estão se matando para fazer o que podem, mas têm certeza que não estão conseguindo fazer a contento. Porque os professores tentam, mas não recebem do Estado as condições, as tecnologias, o apoio tecnológico e pedagógico para fazer isso. E os estudantes também estão sem acesso às condições mínimas necessárias para o processo de ensino e aprendizagem. Não têm a orientação, o professor que pega na mão, que ajuda, que recebe o estudante nas diferentes condições.

Júlio Vann

Nós temos centrado muito as discussões em cima da tecnologia e os nossos estudantes principalmente, eles utilizam, por exemplo, o celular, o computador para outros fins, não é? Quando isso vai ser utilizado para o estudo eles enfrentam aí uma série de questões, porque não estão muito preparados para esse tipo de uso da tecnologia.

Catarina Santos

É muito importante que se perceba a complexidade da situação e como ela exige um tratamento, assim, bastante profundo, com estudos e ações mais efetivas para solucionar alguns desses problemas.

Júlio Vann

Professora Catarina, você é membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que tem contribuído muito fazendo a crítica e delineando propostas para o enfrentamento da educação em tempos de pandemia. Este grupo tem publicado manuais, notas técnicas, participado de audiências públicas e promovido debates *on-line*. Qual tem sido a contribuição mais importante desta rede no que diz respeito às condições domiciliares de estudo?

Catarina Santos

A Campanha é uma rede composta por muitas instituições, todas elas vinculadas ao direito à educação ou de ativistas em prol do direito à educação, da Educação Infantil até o Ensino Superior das redes públicas de ensino, ou seja, pessoas que estão lidando com essa realidade. A Campanha começa a pandemia fazendo estudos e publicou o "Guia Covid-19: Educação e proteção de crianças e adolescentes" – para comunidade escolar, famílias e profissionais da proteção da criança e do adolescente,[2] destinado à comunidade escolar, família e responsáveis e profissionais da educação. A partir daí continuamos a fazer publicações orientadas a gestores, professores e pais nos diversos temas da educação, nesse momento de pandemia, a partir de debate em rede e com as redes, inclusive por meio de *lives* da Campanha e seus Comitês, que estão em todas as unidades federadas do país. Nossa luta e incidência, em âmbito nacional e internacional, é em prol da garantia do direito à educação, do controle social, do debate com quem entende educação, com quem faz educação. Participamos de incidência junto com a relatora da ONU para a educação, a Madame Koumbou Boly Barry, construindo documentos que mostram a negação do direito à educação no mundo.

[2] Disponível em: https://campanha.org.br/acervo/guia-covid-19-volume-1-educacao-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes-para-comunidade-escolar-familias-e-profissionais-da-protecao-da-crianca-e-do-adolescente/

Incidimos também na aprovação da Emenda Constitucional n° 108, que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente, e agora estamos trabalhando na lei de regulamentação, que será muito importante para termos recursos e parâmetros de educação de qualidade. Garantir o direito à educação para todas as pessoas residentes no Brasil é a razão de existência da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

Júlio Vann

Uma Campanha, diga-se de passagem, tremendamente importante não apenas nesse momento, mas em todo o contexto aí da nossa história na educação do Brasil.

As escolas estão fechadas, estudantes e professores em casa: trabalho remoto. São muitos os desafios e condições para o ensino e para aprendizagem que precisam ser considerados. A participação da senhora, professora Catarina, no nosso programa de hoje nos ajudou a compreender um pouco mais sobre as situações e condições que envolvem os estudos domiciliares. Foi muito bom poder matutar com a senhora, professora Catarina.

Catarina Santos

Eu espero outras oportunidades para a gente continuar a matutar, aliás, matutar é com a gente mesmo!

INDICAÇÕES DE LEITURA

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Guia Covid-19:* Educação a distância. Disponível em: https://campanha.org.br/covid-19/. Acesso em: 28 jul. 2021.

SANTOS, Catarina de Almeida. *Educação em tempos de pandemia:* o comércio de ilusões e a negação do direito à educação. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. 2020. Disponível em: https://campanha.org.br/analises/catarina-de-almeida-santos/educacao-em-tempos-de-pandemia-o-comercio-de-ilusoes-e-negacao-do-direito-educacao/. Acesso em: 28 jul. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. *Educação em tempos de pandemia:* direitos, normatização e controle social. Disponível em: https://uncme.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/08/Educacao-em-tempos-de-pandemia.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

CAPÍTULO
10

ESTUDANTES E TRABALHO REMOTO: AUTONOMIA EM QUESTÃO[1]

Sebastião Cláudio Barbosa
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 levou as escolas a adotarem o trabalho remoto como estratégia para continuar oferecendo ações formativas. Quais os impactos desta situação na vida dos estudantes? Como eles estão "se virando" para assistir às aulas? Que ferramentas eles estão utilizando para estudar? É sobre isso que vamos dialogar no nosso programa de hoje.

Como temos visto, a pandemia da Covid-19 provocou muitas mudanças para o trabalho de professores, estudantes, pais e mães desses estudantes e, também, para os gestores educacionais. Nesta terceira série de diálogos, o programa "Matutando: diálogos formativos" se propõe a discutir o "Trabalho remoto: condições para o ensino e a aprendizagem".

Os calendários acadêmicos foram reorganizados para atender ao ensino não presencial. No primeiro diálogo desta série as professoras Valeska Viana, do IFG, e Sandra Limonta, da UFG, matutaram sobre transposição didática, deixando claro que não se trata apenas de adaptação na "entrega" dos conteúdos curriculares, mas de compreender a realidade concreta e criar formas de superá-la. A prosa seguinte se deu com o professor Júlio Vann, do IFG, e a professora Catarina de Almeida Santos, da UnB, que dialogaram sobre as condições domiciliares de ensino e aprendizagem.

Quando se fala dos estudantes no trabalho remoto, vem à tona a questão da autonomia e de como estes estudantes estão enfrentando esta situação. Para falar sobre este tema convidamos o professor

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 18/9/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/pTNTHHoOzzc

Sebastião Cláudio Barbosa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG, *Campus* Goiânia) e da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Adda Echalar

Professor Sebastião, nosso programa tem discutido temas relacionados à educação brasileira, diante da pandemia da Covid-19. Estudantes de todas as idades foram atingidos pela adoção do regime especial de aulas não presenciais. Embora ainda não seja possível avaliar os impactos ocasionados pela pandemia, eles já podem ser sentidos.

Sendo o senhor professor da Educação Básica e do Ensino Superior, no seu contato com os estudantes o que tem sido relatado por eles sobre as condições de estudo, as relações com os familiares em casa e o lazer? E os estudantes que trabalham?

Sebastião Barbosa

Olha, tem de tudo nesse "mercado de possibilidades". Tem os que estão se sentindo confortáveis, por contar com todos os meios necessários para participar e assim poder aproveitar pedagogicamente dessa forma remota de ensino. Ter os meios dá conforto para participar. Mas esse "grupo", vamos dizer assim, é minoria, é fato. O que predomina são, legitimamente, os reclamantes, e além destes, e em pior situação, os ausentes. Na verdade, as reclamações e ausências, em geral, representam a nossa história de desigualdade socioeconômica, né? Vivemos um sistema capitalista perverso, concentrador privado das riquezas produzidas socialmente. Aí, já viu! As reclamações por falta de meios adequados para participação predominam. As ausências, quanto mais ocorrem, maior é o sinal de exclusão econômica. O que se percebe é o que se diz corriqueiramente: "a pandemia escancarou a desigualdade".

Os depoimentos são assim: "Eu não tenho computador, nem Internet banda larga em minha casa"; "eu só tenho Internet no celular"; "na minha casa só tem um computador, que é usado por todos"; "minha mãe é costureira e faz muito barulho, o tempo todo. É difícil me concentrar nas aulas, entender as informações"; "minha Internet cai toda hora"; "eu não sei acessar, utilizar esses meios". E os estudantes que trabalham reclamam das "tarefas de casa", da falta de tempo, etc. Tudo muito difícil para eles! E, às vezes, você quer tratar eles como iguais,

num sistema de igualdade, mas eles não são iguais, são diferentes. Eles precisam ser tratados na diferença. Isso é um problema a ser solucionado social, econômica e politicamente.

Adda Echalar

Pelo seu relato, as condições de estudo e de trabalho dos estudantes já se encontravam precarizadas mesmo antes da pandemia. Suas observações nos mostram também as difíceis condições de acesso, por parte dos estudantes, às tecnologias, livros, enfim... materiais de estudo. Na sua visão, o que as instituições educacionais devem oferecer ao estudante nesse momento para o estudo não presencial, domiciliar? Como é que ficam essas tecnologias, professor Sebastião?

Sebastião Barbosa

Bom, superar desigualdades estruturais exige uma revolução que, antes de qualquer coisa, distribua renda. Tem uma coisa de fundo aí. Porque, vamos combinar: a pior das desigualdades é a econômica. Mas como superar desigualdades estruturais, se vivemos sob uma perspectiva neoliberal que, por exemplo, na fala do ministro da Economia, "quer privatizar tudo", estabelecendo cada vez mais precarização no trabalho e desemprego estrutural (que é o explicativo básico na forma capitalista de produzir), e, diminuindo drasticamente a ação do Estado no sentido de promover o bem-comum? Quer dizer, se temos um governo que promove o "se dar bem" individual, privado, em detrimento do "viver bem" social, público, estamos, então, em maus lençóis!

Quanto mais se diminui a ação do Estado, o bem comum vai se tornando uma utopia. De forma que o que se carece é de meios: Internet acessível a todos; computadores, *notebooks* disponíveis a todos; estrutura habitacional que permita um espaço adequado para a realização das aulas "síncronas" e as outras atividades "assíncronas", como se diz agora. São tempos difíceis.

O IFG tem tentado atender a algumas dessas carências, emprestou/distribuiu computadores, criou uma espécie de bolsa para acesso à Internet, por exemplo, mas as carências e demandas são imensas. E, além disso, vivemos tempos muito difíceis em relação ao não incentivo à produção de conhecimento, à disseminação de informações falsas... Está sendo muito difícil tudo que estamos vivendo e isso tem impactado nas pessoas. Você tem uma condição de desigualdade estrutural prévia

e, além disso, você não tem, sobretudo por parte do governo federal, uma sensibilização muito grande com a pandemia e suas demandas por cuidados, auxílios e protocolos sanitários. Tempos difíceis!

Adda Echalar

Professor Sebastião, o senhor fala das desigualdades sociais e das desigualdades educativas, num momento de inclusão excludente, e sabemos que para tentar superar as questões postas pelo senhor é necessário levar em consideração as experiências, a prática social dos estudantes, para que isso se torne efetivamente mais significativo e possa resultar em aprendizagem efetiva. No entanto, este tipo de conhecimento da vida prática não é suficiente para a sua formação. A escola tem um papel fundamental neste processo, de criar condições para esse avanço.

Em sua tese, o senhor fala da importância de articular os saberes populares ao saber sistematizado cientificamente. Qual o papel do conhecimento teórico, desse saber sistematizado, para a formação dos estudantes antes, durante e depois da pandemia?

Sebastião Barbosa

A primeira coisa é o que precede e o que sucede à pandemia, temos de pensar assim, considerando a historicidade. Todo saber importa na produção do conhecimento! Toda prática docente significativa, que aponta para a formação integral do ser humano, dado que somos seres sociais, implica saber escutar, estabelecer, inclusive nos currículos, demandas advindas da vida prática. Muitas vezes os currículos, estabelecidos previamente, viram as costas para a vida prática e não se sensibilizam com as demandas da realidade. Isso acaba se tornando problemático, uma vez que o currículo, mesmo sendo estabelecido previamente, precisa manter-se aberto e atento ao real histórico e à sua dinâmica de incompletude, sempre exigente, como tento demonstrar na minha tese, de "retotalizações compreensivas" para se mostrar como todo.

O conhecimento teórico é básico para a formação científica. O melhor sinônimo para conhecimento teórico é "práxis", pois, quando ele se estabelece na razão, não é meramente uma "ideia", é o "concreto pensado". Todo conhecimento teórico é fruto de experiências vividas, ou próprias ou apreendidas por meio das atividades de estudo. As atividades de estudo são fundamentais para construir esse pensamento

científico, esse procedimento científico, que não pode estar restrito a "cientistas" profissionais, pois que é essencial para o desenvolvimento da vida social. Daí a necessidade de a escola construir um tipo de conhecimento que tem na sua base a cientificidade "práxica".

Talvez a função primordial desse "conhecimento teórico", que eu entendo como "científico", "práxico", seja superar constantemente o senso comum e a falsa dicotomia entre saber "erudito" e saber "popular"; assim como a falsa dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual. Porque a superação do senso comum exige uma vigilância epistemológica constante, uma vez que ele é um "entrão", como se diz lá nas Minas Gerais. O senso comum é "mal-educado", daquele tipo que "não bate na porta pra entrar", vai entrando... Diferente da ciência, que é toda educadinha, vive batendo na porta, mas só entra se deixarem... O senso comum tem mais penetração, ele é transclassista e identificado com as aparências, e quando você menos espera... cai nas suas armadilhas cotidianas! Então é fundamental construir esse conhecimento teórico para uma educação que, sendo o meio de atualização da humanidade, faça jus ao sentido de formação. Como disse um filósofo, certa vez: "A ciência existe porque as aparências enganam".

Adda Echalar

Que maravilha as suas pontuações, professor Sebastião. Tratamos do conhecimento teórico e do conhecimento prático como função da escola para preparar o estudante para ler a realidade, compreender que ela é construída de forma social e coletiva e que, por isso, pode ser transformada.

Ora, isso quer dizer que a educação tem uma dimensão política, não é verdade!?! Os estudantes têm exercido papel importante nos movimentos que lutam pelos direitos sociais. Como historiador e professor que tem afirmado a importância dos estudantes na conquista de direitos sociais, o que o senhor nos acrescenta sobre esta atuação em tempos de pandemia?

Sebastião Barbosa

Os estudantes têm feito muito no sentido da rebeldia, da transgressão e na demonstração de um bom grau de consciência histórica. Muitas vezes, eles estão fazendo o papel de classe, como movimento. Se insurgiram contra o racismo, contra as perversidades protofascistas do atual governo federal. Têm dado uma grande lição, que a esquerda

democrática e popular deve aprender. São tempos difíceis! Eu tenho visto muitas "*lives*" em que os estudantes mostram organização e objetivos democráticos muito claros. Foram muito importantes, por exemplo, em relação à aprovação do Fundeb. A participação deles foi quase que decisiva. Viva os estudantes! Temos que aprender muito com eles!

Como disse Chico César na música "O mel da mocidade": "Os estudantes são lindos, os estudantes estão vindo, ainda mais belos que antes!". Eu concordo com ele.

Adda Echalar

Eu também concordo. Cada vez a gente está precisando mais deles, com sua energia e vitalidade. Embora o desenvolvimento de cada estudante seja singular, numa mesma turma ou sala, eles compartilham condições comuns de aprendizagem. Já é bastante desafiador para o professor organizar situações de ensino em sala de aula presencial que atenda a todos e a cada um.

Na relação de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes é um fator importante para nossa sociedade. O que é feito nas escolas para desenvolver a autonomia dos estudantes? Como isto repercute neste momento?

Sebastião Barbosa

Do ponto de vista hegemônico, pouca coisa tem sido feita... Não é conveniente para a manutenção do "estado de coisas" atual investir em educação, principalmente quando o que se quer é autonomia intelectual dos estudantes. Nessa perspectiva, por um lado, de maneira geral e costumeira, portanto hegemônica, o ensino é muito disciplinar, obediente a currículos preestabelecidos e, muitas vezes, alienados da realidade e da experiência da vida prática dos estudantes. Por outro lado, a autonomia é sempre relativa, é um valor relacional dependente de texto e de contexto. Dessa forma, em se tratando de autonomia intelectual dos estudantes, esse "sentido formativo", vamos dizer assim, exige contribuir para a elevação da capacidade de apreensão reflexiva da complexidade interdisciplinar. Este sentido formativo é, portanto, contra-hegemônico.

O Karl Marx falava uma coisa mais ou menos assim: "No final das contas, tudo é relação entre pessoas", e isso é verdade. O que tem de bom ocorrendo é, então, contra-hegemônico, pois ocorre como iniciativa

de pessoas, de intelectuais orgânicos, poderíamos dizer assim, que atuam no interior das instituições, sobretudo das públicas. É fruto do esforço de grupos de pessoas e coletivos que mantêm projetos integradores, perspectivas interdisciplinares e omnilaterais. Lutam no chão da escola pela construção de Projetos Político- Pedagógicos que contemplam demandas da comunidade. Isso são pessoas, grupos, não são a expressão de uma vontade geral presente nas grandes instituições. Desenvolvem projetos que perpassam o ano, como o "Projeto Sarau" de uma escola municipal em que trabalho. Que é muito interessante, pois incentiva todas as expressões espirituais e artísticas advindas dos estudantes, acolhendo-as sem preconceito e permitindo sua exposição pública.

Ficamos o ano inteiro trabalhando numa perspectiva formativa, preocupados com a autonomia. Mas isso é uma decisão interna, que depende de um coletivo forte que se mantém e muitas vezes enfrenta perspectivas tecnicistas, de gerenciamento empresarial e todas essas coisas que tentam submeter a educação aos critérios de uma "economia de serviços". Quando os coletivos docentes conseguem manter estruturas de decisão e de construção pedagógica democráticas, o resultado interfere positivamente na formação para a autonomia e a participação qualificada.

Assim, o sentido formativo para a autonomia intelectual dos estudantes vai exigir sempre uma boa relação entre pessoas com compromisso ético-político com a democracia! Quando tem isso, as coisas ocorrem, muito em função da ação dessas pessoas e grupos e muitas vezes contra as instituições e a perspectiva hegemônica atual.

INDICAÇÕES DE LEITURA

BARBOSA, Sebastião Cláudio. *A formação integrada omnilateral:* fundamentos e práticas no IFG a partir do Proeja. 2017. 202 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2017. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7074/5/Tese%20-%20Sebasti%c3%a3o%20Cl%c3%a1udio%20Barbosa%20-%202017.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAPÍTULO
11

TRABALHO PEDAGÓGICO: FORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS[1]

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Joana Peixoto

O regime de emergência sanitária, devido à pandemia do novo coronavírus, desencadeou esse mesmo regime também na educação. De uma hora para outra, os professores se viram diante da necessidade de reformular as aulas para atender aos estudantes em casa. Rapidamente eles tiveram de reorganizar todo o trabalho que tinham acabado de começar a desenvolver nas escolas.

Mas, que trabalho é esse? Do que o professor se ocupa antes, durante e depois das aulas? Porque o seu trabalho não se resume a estar numa sala de aula, no horário marcado, transferindo o conteúdo para os estudantes.

Ao falar do trabalho do professor, nós estamos falando de um exercício profissional que não pode ser improvisado. Isso exige determinadas condições e uma formação específica.

Joana Peixoto

Desde o início do mês de setembro nós temos matutado sobre essas condições necessárias para o ensino e aprendizagem não presencial. Nós começamos focando na transposição de conteúdos; em seguida, falamos das condições para o estudo e aprendizagem em casa e, no programa anterior, conversamos sobre o estudante. Hoje, nós vamos voltar a falar sobre o professor para compreender melhor a abrangência do seu trabalho e as demandas da sua formação. A nossa convidada de hoje é a professora Kátia Curado.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 25/9/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/xD-9lP-mIsM

Kátia Curado

Boa tarde a todos e a todas. Joana, é um prazer estar aqui com vocês, eu quero agradecer muito o convite realizado pelo IFG e pela UFG em seu nome e dizer da importância do Programa Matutando, que é uma forma do debate chegar mais próximo aos professores e também de dialogar na perspectiva de tornar o nosso trabalho mais leve e prazeroso.

Joana Peixoto

Kátia, você afirma em seus artigos que a docência não é uma prática espontânea. Então a gente vai começar falando sobre o que envolve o trabalho do professor, que tarefas cabem ao professor, se pensamos na perspectiva da formação humana?

Kátia Curado

Eu entendo que o trabalho dos professores se refere sempre ao encontro educativo. Mesmo agora em tempo de pandemia, é esse encontro educativo entre o ensinante e o aprendente que forma o processo pedagógico e, portanto, a prática pedagógica. E o elemento principal é que essa prática pedagógica se organiza em torno de intencionalidades.

Portanto, a tarefa central do professor é a reflexão contínua e coletiva de forma a assegurar que a intencionalidade proposta seja disponibilizada e efetivada. Mesmo agora, em tempos de pandemia, nós temos que pensar, organizar esse encontro educativo. E o encontro educativo não se resume ao processo de sala de aula, mas ele se resume na construção do conhecimento, na reelaboração do conhecimento a fim de humanizar, de tornar a cada sujeito a possibilidade de conhecer, interagir e, principalmente, intervir no seu mundo pelo conhecimento.

Entendo então que a prática pedagógica garante esses encadeamentos propostos pelas intencionalidades e que só podem ser realizados no sentido da práxis. A práxis configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, e, como conceito, entende-se que se aproxima da premissa que a ação pedagógica é ação teórica e prática, ou seja, intenção e ação. Esse elemento é muito forte, a reflexão do ato pedagógico. Em síntese, eu estou aqui reafirmando que, mesmo nesse momento muito difícil, a aula é um dos processos do encontro

educativo, mas ela não é única, o trabalho pedagógico do professor é bem mais amplo, porque refere-se a compor as intencionalidades de formação do outro.

Portanto, é tarefa do professor, na perspectiva da formação humana, ter clareza do projeto de função da escola e do seu trabalho e essa clareza nós defendemos como uma elevação intelectual e emancipação do homem que se faz presente em cada prática, na escolha do conteúdo, da metodologia e, portanto, nesse momento agora, também precisa ser práxis, a intenção e ação no objetivo amplo para a liberdade humana e emancipação.

Joana Peixoto

Então, você já está começando a conversar com a gente não só sobre o papel do professor, as atribuições dele no contexto regular, mas também nesse momento em que se adota o regime especial de aulas não presenciais. A gente pode dizer que, embora você esteja dizendo para nós que há algumas características da natureza do trabalho do professor que elas persistem, algumas tarefas têm sido colocadas para o professor nesse momento e que fazem parte de um determinado projeto de educação. Que tarefas têm sido atribuídas aos professores nesse projeto?

Kátia Curado

Então, nós precisamos pensar que, mesmo no contexto de pandemia ou fora do contexto de pandemia, mas dentro da realidade que nós estamos vivendo, que é pandemia, nós vamos ter sempre projetos em disputa e por isso que eu coloquei logo na primeira pergunta a necessidade da clareza do projeto a ser colocado em ação, essa é uma tarefa da práxis educativa.

Eu entendo que nós não precisamos discutir os elementos técnicos pedagógicos, os professores conhecem a sua responsabilidade e neste momento estão sobrecarregados com essa responsabilidade, porque agora não é simplesmente pensar a organização da aula, mas ele tem de lidar com instrumentos novos e com dificuldades novas que envolvem questões de classe e de acesso aos meios de comunicação, especificamente o acesso à tecnologia, que não é igual para todos.

Então, fica mais forte ainda o projeto de sociedade em disputa. Eu tenho trabalhado que nós temos um projeto chamado, eu vou denominar de neoliberalismo gerencialista. Por que neoliberalismo geren-

cialista? Primeiro, ele questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política na intervenção estatal e nas relações de produção: é menos Estado para as políticas sociais e mais mercado para o estado.

Isso interfere diretamente no trabalho do professor, principalmente agora, porque o professor tem um tempo mais reduzido, menos direto para promover esse encontro educativo, a sua prática pedagógica e o conjunto do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, esse projeto corre o risco de tornar o papel do professor em um processo de tecnificação, é um termo que eu e a professora Sandra Valeria Limonta usamos num artigo, ou seja, o papel do professor torna-se de um tarefeiro, na vertente de um neotecnicista. Ele se torna aquele que organiza metodologias, conteúdos, mas que não tem autonomia, nem mesmo no processo de construção do próprio currículo.

Esse projeto conforma a formação à ideia de aprendizagens essenciais e compromete a formação dos nossos alunos porque transforma a prática pedagógica num conjunto de categorias, de competências técnicas e que podem ser medidas, controladas e padronizadas.

Então, é muito importante nesse momento da pandemia, principalmente, o professor investir, como eu mencionei na primeira resposta, na clareza de um projeto de educação que seja para a formação humana, emancipador. Essa consciência, ela vai sendo construída nas ações e na reflexão e isso pode ser constituído por uma sólida formação teórica que ajude a compreender a realidade educacional e que faz com que o professor não leve como o seu grande modelo a dependência de projetos educacionais construídos por outros, mas que ele possa sempre compreender os fundamentos do seu trabalho.

Então, temos projetos em disputa, precisamos conhecer esses projetos, principalmente agora, no momento de pandemia, que inclusive o mercado aproveita esse momento oferecendo pacotes, oferecendo cursos, oferecendo *sites* privados e nós precisamos conhecer justamente quem é o nosso público, qual o trabalho pedagógico que se quer desenvolver e para quem eu desenvolvo esse trabalho pedagógico.

Eu acredito muito nos professores da educação pública do nosso país, sei da luta deles e da luta nesse momento. É um momento de incerteza, mas que, no conjunto dessas tarefas podemos construir uma educação ainda com a qualidade socialmente referenciada, buscando atender às necessidades dos nossos alunos da escola pública.

Joana Peixoto

Interessante. Você nos traz uma reflexão de caráter muito amplo, pois estas tarefas que são particulares e específicas ao professor e são interiores à sala de aulas, estão ligadas, na verdade, a uma forma de ver o mundo, de ver a sociedade. Como você está dizendo: projetos de sociedade que estão em disputa.

Você nos explica sobre o trabalho do professor, que esse trabalho é um exercício profissional e a gente lembra então do professor Libâneo, que já esteve aqui conosco no programa e que reforça muito a ideia da intencionalidade da atividade profissional. Então, o que estamos conversando aqui deixa mais clara a necessidade de uma formação profissional para esse trabalho que o professor realiza.

Você já nos deu alguns elementos para compreender o projeto que já estava instalado e que nos parece estar sendo reforçado por esse momento de pandemia, que é esse projeto de neoliberalismo gerencialista, que tecnifica o trabalho do professor, enfatizando as tarefas mecânicas do trabalho docente.

Kátia, vamos falar sobre um projeto capaz de fazer face a esse projeto neoliberalista gerencialista. O que é que seria então um projeto de formação de professores na perspectiva da formação humana?

Kátia Curado

Então, Joana, eu tenho trabalhado e denominado de uma perspectiva da epistemologia da práxis. Esse nome, essa organização, não sou eu que..., mas sistematizo um conjunto de estudos que vem se constituindo ao longo da minha carreira e principalmente na militância dentro da Anfope, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, e que eu convido a todos a conhecerem, a se filiarem. Nós temos trabalhado uma formação com o norte de uma formação emancipadora.

Eu trago a síntese do que seria essa epistemologia da práxis trabalhando com autores nacionais, com autores internacionais e, aqui, rapidamente, eu vou tomar o conjunto de princípios que organiza essa ideia de epistemologia da práxis.

Esse conjunto de princípios eu vou pegar por três eixos: o primeiro eixo é que nós entendemos que, para uma perspectiva na formação humana, eu preciso compreender o trabalho dos professores como trabalho no sentido que é uma atividade, e que essa atividade é

intencional, é criativa e revolucionária. Eu pego esse eixo para entender a atividade docente, o trabalho pedagógico. E, dentro desse eixo, nós vamos tomando como referência a ideia do trabalho pedagógico que é uma noção ampliada do trabalho desenvolvido pelo professor, então, não é só a prática pedagógica, pensando nas suas possibilidades de articulação entre a macroestrutura sociopolítica, o cotidiano da docência nos espaços escolares e é uma concepção do trabalho docente na concreticidade do seu desenvolvimento. Nesse sentido, vamos ter esse primeiro eixo para compreender a questão de uma formação e de uma atuação de professores.

O segundo eixo, eu já falei um pouquinho dele, é o eixo da relação teoria e prática. Então, nós vamos entender essa relação como unidade, numa ação transformadora, como eu já coloquei, e, por último, o eixo da emancipação, que é constituir um pensamento no trabalho pedagógico capaz de transformar a realidade. Assim, nesse movimento na formação inicial e continuada, não se fecha num modelo pronto, nós vamos constituindo esse movimento da formação e no próprio trabalho docente.

Joana Peixoto

Esse projeto que que você nos apresenta é um projeto contra-hegemônico, visto que o projeto que é assumido pelos documentos, pelas políticas de formação de professores, ataca essa autonomia do professor, ataca essa possibilidade de emancipação, nega essa sólida formação teórica que você tem dito que é importante e com o que estamos de acordo.

Minha pergunta é: O que os professores, como você que de fato tem um engajamento, um compromisso, que está lado a lado com esses professores, o que eles podem fazer para resistir a esse projeto formativo que ataca a dimensão intelectual da sua atividade e o caráter profissional do seu trabalho?

Kátia Curado

Então, a gente tem conversado muito sobre isso, né, de como resistir, e pensamos professores no seu cotidiano, nesse momento de pandemia, no momento de isolamento, das atividades em casa. Mas eu vou de forma geral, pensando num projeto amplo, então, acho que o primeiro movimento é se organizar coletivamente na escola, enquanto grupo. É muito importante quando nós falamos de organizar coletivamente na escola, é compreender como esse corpo de professores,

dentro de uma escola – e eu estou chamando de professores o diretor, o gestor – eles precisam se unir em torno de um projeto de educação e de um projeto de escola. Não pode ser um Projeto Político-Pedagógico que não é efetivado, ele não é aquilo que dá unicidade ao organismo da escola, mas precisa construir uma organicidade. Acho que talvez esse é elemento primário, mais importante: se organizar coletivamente na escola em torno dos seus direitos, em torno dos objetivos da educação, em torno dos seus alunos.

Eu não posso pensar que o meu trabalho é a minha sala de aula, o meu trabalho é a educação, o meu trabalho é a elevação desses alunos. Eu acho que é muito importante esse primeiro movimento. E mesmo em tempos de pandemia isso é possível.

O segundo movimento que eu acho muito forte e necessário é nos organizarmos como classe trabalhadora. Precisamos, sim, de Sindicatos fortes. Precisamos mudar esse sentido do Sindicato, para fortalecê-lo, para pensar na classe trabalhadora docente.

Outro elemento que eu também acho que é importantíssimo, é fortalecermos nos conhecimentos teórico-práticos que possam defender um projeto de escola emancipadora. Eu não vou conseguir enfrentar um currículo posto, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), se eu não tiver algum estudo sobre currículo e não conhecer outras possibilidades de currículo. Eu não vou conseguir enfrentar uma proposta de apostilamento nas escolas ou de venda de determinados *sites* ou modelos, se eu não tiver elementos teóricos e práticos que me subsidiem a compreender aquela proposta e contrapor a outras. Eu só vou poder pensar no projeto de escola emancipadora, e volto para o primeiro momento, se eu souber e conhecer o que é emancipação humana, que é essa liberdade, não uma liberdade mesquinha, individual, de acordo com meus interesses, mas é pensar na liberdade humana e, principalmente, na liberdade para a sobrevivência, eu ter condições de sobrevivência igualitária.

Então, esses três movimentos: o coletivo na escola, uma organização de classe trabalhadora e fortalecer conhecimentos teóricos e práticos.

Joana Peixoto

Essas três frentes de atuação que você coloca estão muito ligadas aos eixos daquele projeto de formação que você está propondo, não é? Então, acho que todos eles estão convergindo para afirmar a inten-

cionalidade do trabalho do professor e a necessidade de uma formação intelectual sólida. Estamos, assim, concluindo este nosso diálogo e agradecemos muito a sua disponibilidade para estar aqui matutando com a gente, Kátia.

Kátia Curado

Eu agradeço essa oportunidade. Quero elogiar muito o programa, eu tenho acompanhado o programa, quero convidar as pessoas que estão assistindo a divulgarem o programa. É muito importante que nesse mundo da linguagem, da tecnologia, que nós tenhamos veículos que possam difundir as necessidades, as ideias e o conhecimento sobre a educação e a classe trabalhadora. Fico muito contente de participar, agradeço muito o convite, Joana, e fico à disposição para novos diálogos.

INDICAÇÕES DE LEITURA

FREITAS, Luiz Carlos de. Neotecnicismo e formação do educador. *In:* ALVES, Nilda (org.). *Formação de professores* – pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1998. p. 89-102.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. *Epistemologia da práxis na formação de professores:* perspectiva crítico-emancipadora. São Paulo: Mercado de Letras, 2019.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A (de)formação de professores na base Nacional Comum Curricular. *In:* UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA; Ivânia Paula Freitas de Souza (org.). *Diálogos críticos.* Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Fi, 2020. p. 102-122. V. 2. Disponível em: https://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/ebook-dialogos-criticos-vol-2-reformas-educacionais-avanco-ou-precarizacao-da-educacao-publica/. Acesso em: 27 jul. 2021.

CAPÍTULO
12

MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA OU MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA?[1]

Joana Peixoto
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

Em tempos de pandemia, devido ao isolamento adotado em Estados e municípios para conter a velocidade de propagação do novo coronavírus, estão em curso diversas propostas do prosseguimento de aulas utilizando ferramentas do ensino a distância no ensino básico e no superior.

Estas propostas têm sido discutidas desde o mês de julho deste ano de 2020, quando começamos as séries de entrevistas sobre a educação em tempos de pandemia.

Estamos numa situação excepcional. Pessoas isoladas, fazendo aulas e estudando em casa. Professores e estudantes estão utilizando diversas ferramentas para se comunicar, trocar informações, realizar aulas e avaliações: WhatsApp, aulas gravadas em vídeo, em áudio, material impresso... estas ferramentas mudam as mediações que ocorrem no ensino e na aprendizagem? Podemos falar em mediações tecnológicas? Afinal, o que é a mediação?

Joana Peixoto

Quero dizer da minha alegria de fazer parte deste projeto que pretende democratizar um debate qualificado, criando essa ação formativa por meio de um canal de TV aberto. Quero agradecer ao IFG pela oportunidade de compor a equipe que propõe e coloca em prática o Matutando, e à Fundação TVUFG pela parceria. Agradecer a parceria com você, professor Júlio Vann, com a qual tenho aprendido muito. E à equipe que se juntou a nós neste projeto: as professoras Adda Echalar, da UFG, Daniela Rodrigues de Sousa, da PUC Goiás, e ao

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 2/10/2020. Disponível em https://youtu.be/z15ykRH4NSo

professor Jhonny Echalar, da Seduc-Goiás. E a todos os pesquisadores e professores que aceitaram o desafio de fazer as mediações. Vamos matutar!

Júlio Vann

Vamos começar fazendo referência a uma entrevista anterior, na qual a professora Sandra Limonta, da UFG, falou sobre a transposição didática. A professora nos falou da transposição didática como o processo de transformação do conhecimento científico em conhecimento escolar. Este processo diz respeito à forma de ensinar. Então, a mediação estaria também envolvida na organização do trabalho didático. Como você vê esta questão neste momento em que os professores estão reorganizando o seu trabalho de forma remota?

Joana Peixoto

A professora Sandra nos ajudou a entender o trabalho do professor na transformação do conhecimento científico em conteúdo escolar. Os conteúdos que nós, professores, trabalhamos na escola fazem parte de toda a bagagem de saberes, do conhecimento que foi acumulado ao longo da História e é só por isso que faz sentido que ele seja apresentado aos estudantes. Ocupamos o tempo nosso e o dos estudantes estudando equação de 2º grau, fotossíntese ou o Egito Antigo. Fazemos isso para que os estudantes reproduzam estas informações nas provas e avaliações? Para entrar na faculdade?

Não pode ser apenas isso. Estes e outros conteúdos fazem parte do currículo escolar porque são objetivações humanas, porque objetivam formas de enxergar a realidade humana social, são maneiras de interpretar a realidade; oferecem instrumentos para compreender, para atuar na realidade, dando sentido a nossa existência individual e dando significado social a nossa presença no mundo. Estou me alongando, mas acho importante a gente compreender bem que o conhecimento nos permite compreender o mundo que foi construído até aqui e em que direção pretendemos orientar esse mundo, orientar a sociedade.

No caso do regime especial de aulas não presenciais em razão do distanciamento social necessário para conter o contágio pelo Coronavírus:

- Do ponto de vista do conteúdo, é importante tomar o contexto da pandemia como ponto de partida e de chegada de nossos estudos. Problematizar o saneamento, a disse-

minação de doenças, a distribuição geográfica de doenças causadas por microrganismos patogênicos no Brasil, por exemplo.

- Do ponto de vista do trabalho remoto, com atividades não presenciais, com uso de tecnologias digitais em rede, é preciso considerar o acesso; para isso, devemos exigir o levantamento das condições reais dos estudantes em relação a esse acesso.

Então, além dos saberes, nesta organização do trabalho pedagógico, a mediação é um processo que envolve, por exemplo, as finalidades da educação. O conhecimento ajuda a nos posicionarmos politicamente: Queremos nos colocar em qual projeto de sociedade? Este projeto de sociedade define quais finalidades para a educação?

Os diferentes projetos de sociedade implicam diferentes maneiras de pensar a relação do homem com o conhecimento, em diferentes formas de ensinar e de aprender. Para cada projeto podemos adotar diferentes estratégias didáticas e utilizar distintos recursos ou materiais pedagógicos.

Por isso vejo problema quando a gente fala de uma forma apressada num professor mediador entre o estudante e o conhecimento. Segundo o meu entendimento, nós aprendemos a partir do contato que estabelecemos com o conhecimento, seja na forma de livro, de filme, de música ou de uma exposição oral realizada pelo professor. Aprendemos a mergulhar no universo de conhecimentos produzidos pela humanidade. Embora a gente só alcance uma parte, um pedacinho, desse universo, precisamos mergulhar no mar de saberes para poder conhecer.

Júlio Vann

Quer dizer que você não está falando de uma mediação, como habitualmente escutamos dizer, como uma ponte entre o aluno e o conhecimento. Nós redigimos um verbete para um dicionário, que será citado ao final deste programa, que descreve a mediação. Você pode nos falar então desta maneira de abordar a mediação?

Joana Peixoto

Em termos de senso comum, a gente pode pensar na mediação como uma ação para resolver conflitos. Mas quando se trata do processo de aprender é bastante diferente. Mediar remete à ideia de coisas

que não estão imediatamente relacionadas. Nenhuma ação humana é imediata. E é isso que acontece na relação do sujeito que aprende com o conhecimento.

As formas de conhecimento mais elaboradas não estão imediatamente acessíveis para nós. O que precisamos para acessar, compreender e nos apropriarmos da multiplicação, das funções de 1º e 2º graus? Da relação entre atrito e velocidade de um corpo? Da forma como as populações urbanas ocupam o espaço geográfico? Os gêneros literários? A origem da música barroca? Esses conhecimentos não estão imediatamente acessíveis para a gente.

Para acessar o conhecimento em suas formas mais desenvolvidas, precisamos de fontes que nos permitam acessar as informações gradualmente, de recursos para exercitar ou para testar as ideias que vão surgindo na nossa cabeça, precisamos reconhecer a origem e o percurso histórico do conteúdo, necessitamos realizar exercícios mentais que nos permitam aplicar o conteúdo em operações mentais ou práticas, precisamos de apoio para a resolução de dúvidas que podem surgir. Enfim, o acesso ao conhecimento depende de diversos aspectos e atividades que envolvem o trabalho pedagógico, o ato didático ou o processo de ensinar e de aprender.

Ao falar desta forma, eu estou me baseando numa perspectiva dialética, em contraposição a uma visão estrutural de mediação. Principalmente porque não estou pensando que tem uma separação completa entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Dentro de uma lógica formal, na Pedagogia tradicional, por exemplo, o conhecimento é algo estático, uma produção completamente exterior ao sujeito. O conhecimento é neutro, objetivo e inteiramente disponível para o sujeito, desde que ele tenha as ferramentas adequadas para captá-lo. O objeto do conhecimento está lá, está dado, ele está se mostrando para a gente, basta que eu tenha o microscópio para enxergá-lo, a régua para medi-lo, a balança para pesá-lo... Isso numa perspectiva formal.

Mas não é bem assim. Toda produção humana, seja ela material ou imaterial, como o conhecimento, tudo é fruto do trabalho. A ciência, a arte e a filosofia são geradas pelo processo social de produção das condições de existência. É um processo social, coletivo. Se a sociedade é dividida em classes com interesses opostos, como a sociedade capi-

talista em que vivemos, o conhecimento produzido será marcado pela contradição entre estes interesses. O conhecimento não é neutro e nem imediatamente acessível a todos.

Então, a mediação ou as mediações que ocorrem no processo de ensinar e de aprender não são mediações entre uma coisa e outra, entre partes estanques ou separadas. Mediação não é algo que se interpõe entre o estudante e o conhecimento, não é uma ação particular exercida pelo professor ou por uma tecnologia.

Por isso, propomos a explicação da mediação em sua complexidade: o sujeito, o objeto, o intervalo entre um e outro e o contexto no qual se estabelecem as múltiplas relações entre estes elementos. Dito de outra forma, a mediação inclui a linguagem, a tecnologia, o professor, o aluno, o momento histórico. Todos esses elementos compõem a mediação, mas não é a coisa que media. Essa abordagem exige pensar a mediação como relação e não como coisa ou objeto (Peixoto, 2016, p. 373).

Júlio Vann

Estamos matutando com a professora Joana sobre a mediação como uma relação que envolve os sujeitos da educação e os diversos elementos do trabalho pedagógico: conteúdos, formas de ensinar e recursos didáticos que podem ser as tecnologias. Vamos então nos voltar para o tema deste diálogo: Neste momento de pandemia, no qual as escolas estão utilizando tecnologias digitais em rede como suporte das aulas, nós, professores, temos que nos decidir entre mediação pedagógica e mediação tecnológica?

Joana Peixoto

Como eu estava dizendo, a mediação pode ser vista de uma maneira formal, como algo ou alguém que se coloca entre dois elementos. Por exemplo, a mediação tecnológica seria a tecnologia utilizada pelo professor para facilitar a aprendizagem do aluno; já a mediação do professor (mediação pedagógica) seria aquela por meio da qual o professor mediador se coloca entre o aluno e o conhecimento.

Segundo o que eu estou vivendo como professora, mas também o que posso observar a partir de estudos, pesquisas e relatos de meus colegas e estudantes: na maioria das escolas, o calendário escolar foi adaptado para ser desenvolvido em menos tempo. Nós professores temos menos tempo para desenvolver os mesmos conteúdos e, como

não temos contato físico com os estudantes, precisamos utilizar meios virtuais para apresentar os conteúdos, resolver dúvidas, propor atividades de estudo, acompanhar os estudantes, nos relacionar, nos comunicar com eles e avaliá-los.

Precisamos assim, professores e estudantes, dispormos de equipamentos e de pacotes de dados que nos permitam encontros síncronos, fazer *download* de materiais impressos, em áudio e vídeo. Mas isto não é suficiente, precisamos de local adequado para assistir às aulas e estudar. Se retornarmos aos programas anteriores, poderemos confirmar que poucos dispomos destas condições técnicas e domiciliares.

Tudo isto é necessário, mas não é suficiente: precisamos de uma organização curricular que possibilite trabalhar os conteúdos essenciais, que permitem o cumprimento dos direitos à aprendizagem. Porque a finalidade da educação é a socialização do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas. Essa finalidade permanece, ela se torna ainda mais necessária neste momento que estamos vivendo. Precisamos adequar a nossa forma de ensinar, de avaliar e de aprender aos suportes que estamos utilizando (mesmo que poucos disponham deles).

Vejam como não é possível separar o que é técnico e o que pedagógico neste enfrentamento do regime emergencial de aulas não presenciais. Por exemplo, sabemos que a imagem é uma linguagem sintética. Então, muito adequada ou favorável para introduzir um tema, para realizar uma problematização inicial ou ainda para encerrar uma unidade de ensino. Mas se a abordagem do conteúdo está num momento no qual se espera a análise por parte do estudante, outras linguagens em determinados suportes podem ser mais favoráveis.

Por isto, precisamos exigir das instituições e do governo que façam um levantamento realista das condições de acesso a equipamentos e Internet e que forneçam as condições necessárias aos nossos estudantes. E devemos resistir a este encurtamento do tempo de trabalho com os nossos alunos.

Júlio Vann

O *Kadjót* tem se dedicado a pesquisas que tratam das tecnologias em relação à formação de professores. A questão da mediação aparece como importante nestas pesquisas? Você pode nos falar um pouco sobre estas pesquisas?

Joana Peixoto

Tenho muito prazer em falar do que realizamos e como trabalhamos no *Kadjót*. Somos pesquisadores com formação inicial em diversas áreas, trabalhando em variadas instituições, em diferentes níveis de ensino. Nós estudamos coletivamente, o que quer dizer que pensamos coletivamente, aprofundando e transformando a nossa forma de compreender a tecnologia na mediação do trabalho docente, na formação de professores, na organização do trabalho pedagógico.

Para falar de uma maneira bem sintética, acho que dois aspectos principais nos mobilizam e orientam os nossos estudos:

1. Queremos compreender melhor para criticar, uma forma de pensar e de praticar as tecnologias na educação que chamamos de tecnocêntrica, porque explica problemas e facilidades com base nas funcionalidades técnicas. A perspectiva tecnocêntrica toma as tecnologias como objetos neutros com os quais se pode tudo fazer ou as tecnologias como portadoras de um sentido predefinido. Segundo tal perspectiva, as tecnologias são as causas de todos os males ou são as salvadoras da educação.
2. Outro aspecto que nos interpela é considerar as tecnologias digitais em rede (com as suas inúmeras siglas) como um paradigma educacional. As tecnologias seriam um jeito de ensinar e de aprender que superam a educação tradicional, conservadora, atrasada, obsoleta. E que vão, finalmente, garantir uma educação moderna, colaborativa, interativa, cibercultural, *on-life*, conectada com o nosso tempo!

Para nós, a tecnologia é uma produção humana, fruto do trabalho, produção histórico-social e, por isso, não pode ser vista como um simples instrumento neutro. Então, fazemos um estudo epistemológico da tecnologia. O que significa isso? Estudamos a tecnologia com base nas grandes matrizes do conhecimento. E, quando vamos pensar a tecnologia na educação, recorremos às teorias educacionais que não consideramos ultrapassadas. É assim que nos aprofundamos no materialismo histórico-dialético, na abordagem histórico-cultural e ensino desenvolvimental.

São estas bases teóricas que nos fazem problematizar mediação tecnológica, mediação pedagógica, professor mediador, práticas pedagógicas mediadas pelas tecnologias e chegamos a esta formulação: a tecnologia na mediação do trabalho pedagógico.

Se vocês observarem as pesquisas, as teses e dissertações defendidas e orientadas por pesquisadores do grupo, poderão perceber o caminho que fomos percorrendo para chegar até aqui. Uma trajetória da qual a gente se orgulha.

Júlio Vann

Você tem participado de *lives* sobre educação em tempos de pandemia, destacando que há questões próprias à circunstância que estamos vivendo, mas que muitos dos obstáculos que enfrentamos estão baseados em situações que antecedem a pandemia. A pandemia encontra as escolas públicas em processo de sucateamento e o trabalho do professor em crescente situação de precarização.

Hoje nós matutamos sobre mediação e vimos que há muitos elementos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, incluindo nessa relação professores, estudantes, familiares e gestores em todos os níveis e também a tecnologia que não se limita aos equipamentos. As contribuições da professora Joana foram muito importantes para compreendermos a complexidade e a importância desse tema, não apenas neste momento de pandemia, mas sempre quando se fala em educação.

Joana Peixoto

Aqui no programa Matutando: diálogos formativos, nós temos tratado de temas instigantes, com entrevistados com a visão muito engajada, muito particular e muito aprofundada dos temas que a gente vai discutir. A gente continua matutando por aí!

INDICAÇÕES DE LEITURA

ALMEIDA, José Luís Vieira de; GRUBISICH, Teresa Maria. O ensino e a aprendizagem na sala de aula numa perspectiva dialética. *Revista Lusófona de Educação,* Lisboa, v. 17, n. 17, 2011, p. 65-74. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2365. Acesso em: 4 ago. 2021.

PEIXOTO, Joana. Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação. *Revista de Educação Pública,* Cuiabá, v. 25, n. 59, maio/ago. 2016. p. 367-379. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3681. Acesso em: 4 ago. 2021.

PEIXOTO, Joana; SANTOS, Júlio Cesar dos. Mediação. *In:* MILL, Daniel (org.). *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância.* Campinas: Papirus, 2018. p. 422-429.

CAPÍTULO
13

PLATAFORMAS DIGITAIS PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA[1]

Nelson De Luca Pretto
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

A pandemia da Covid-19 já provocou mudanças no processo educativo e, desde julho, estamos matutando sobre o trabalho docente e o processo de ensino e aprendizagem no contexto do ensino emergencial não presencial. Ela acelerou a inserção de tecnologias digitais na escola, pois as aulas presenciais tiveram de ser suspensas para diminuir a propagação do coronavírus. O processo de ensino e aprendizagem ganhou novos e muitos desafios, em especial em países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil. Neste processo, as redes de ensino adotaram plataformas e aplicativos digitais diversos e, muitas vezes, sem refletir sobre seus impactos a médio e longo prazos. É sobre isso que vamos dialogar no nosso programa de hoje.

Nesta quarta série de diálogos vamos matutar mais e com grandes especialistas, para compreender essas relações e fundamentos de "Arte, cultura e tecnologia" no ambiente escolar.

Começaremos estes diálogos a partir das discussões que fecharam a série anterior, na qual dialogamos sobre o trabalho pedagógico, em seguida discutimos as questões de ensino e aprendizagem e agora vamos abordar as plataformas digitais privadas na educação pública.

Na primeira entrevista da série "Arte, cultura e tecnologia" dialogaremos com o professor e ativista Nelson De Luca Pretto, da Universidade Federal da Bahia, sobre "Plataformas digitais privadas na educação pública".

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 9/10/2020. Disponível em https://youtu.be/QwghOO6IWog

Adda Echalar

Professor Nelson Pretto, em sua descrição você se apresenta como professor, pesquisador e ativista. Em um de seus textos recentes você fala sobre o que é ser um professor ativista. O que pode nos dizer sobre isso: O que é um professor ativista e qual o papel desse profissional na sociedade?

Nelson Pretto

O professor ativista é quase que uma redundância, Adda. Porque todo professor tem que ser ativista, porque ele é um ativista da comunicação, ativista da ciência, um ativista da cultura. Nós temos que ter uma responsabilidade enquanto profissionais da educação de atuarmos publicamente em qualquer que seja o nível da educação.

Costumo sempre dizer que nós, pesquisadores e professores, somos e temos de exercer o papel de intelectuais públicos. Então, como sempre disse, o professor tem de atuar fortemente no seu sindicato. Isso é uma questão quase que inerente à categoria profissional, porque o professor essencialmente tem um trabalho político, e político no sentido pleno da palavra, não político ligado necessariamente a partido e, muito menos, de politicagem. Ele deve ser um ativista porque ele tem que estar permanentemente em contato com a sociedade, não só em contato com seus alunos e alunas, ele tem que ter contato com a sociedade de uma maneira geral.

Porque, afinal de contas, nós somos pesquisadores e, enquanto pesquisadores, a gente tem de contribuir com a construção dessas narrativas contemporâneas, porque se nós não fizermos isso, outros farão.

Adda Echalar

Ainda no campo desse ativismo e deste trabalho intelectual, que é inerente a nossa profissão, em especial, quando a gente quer transformar a sociedade em que a gente vive, você também tem discutido e promovido uma série de reflexões sobre a cultura *hacker*. O que o senhor pode nos falar sobre essa cultura e como ela pode estar vinculada a uma luta de classes no intuito de pensarmos na transformação do mundo.

Nelson Pretto

Pois é, essa é uma grande questão e eu fico muito contente, muito à vontade de comentar isso hoje, exatamente hoje, porque nesta manhã já participamos de uma banca de Doutorado do Alexandre

Aguado, que é um professor do Instituto Federal de São Paulo, defendendo sua tese lá na Espanha, na Universidade Aberta da Catalunha. O trabalho de Alexandre é muito interessante porque ele vai mostrar exatamente quais são as principais características desse jeito *hacker* de ser, que é como eu gosto de dizer. Fico muito feliz porque estivemos sempre muito facilmente como referências teóricas desses trabalhos. Lá no final do ano teremos um outro trabalho, também na Espanha, do Hector Gardó Huerta, que também vai defender a sua tese explicando e analisando o que é quem são esses *hackers*.

Os *hackers* são aqueles que têm uma grande perspectiva de compartilhamento, de solidariedade, de compaixão, eles desafiam a autoridade, têm como elemento fundamental construir as suas tecnologias, construir os seus artefatos, para colocá-los à disposição da humanidade.

O exemplo mais pequenininho, mais simples, que a gente pode dar sobre o que é ser *hacker*, é uma coisa que não sei se vocês já ouviram falar, mas ela se chama Internet [rs].

Já ouviram, né? Pois é! O que é Internet? A Internet nada mais é do que uma construção dos *hackers*. E por que é que a Internet é o maior exemplo da construção dos *hackers*? Porque quando foram descobertos e desenvolvidos os protocolos de comunicação, que fomos logo nos apropriando deles e gerou essa comunicação global planetária, o que os seus desenvolvedores fizeram foi descobrir/desenvolver isso e, simplesmente, não os patentearam. Pelo fato de não terem patenteado, eles disseram para todos que aquelas descobertas eram descobertas da e para a humanidade e, enquanto uma descoberta para a humanidade, ela podia ser apropriada por todo mundo. No momento que é apropriada por todo mundo, objetivamente o que terminou acontecendo é que isso se expandiu de forma vertiginosa e, hoje, explicar o que a Internet é até brincadeira, mas eu, como sou jovem há muito tempo [rs], já fui para a televisão explicar onde ficava o arroba (@) no teclado. Observem que parece brincadeira, mas nós estamos falando de 25, 30 anos atrás, apenas 30 anos atrás.

O problema é que esta nossa Internet está nos sendo subtraída e isso é um grande desafio que nós temos pela frente.

Adda Echalar

Vamos falar dessa subtração da Internet, das questões de usos, utilizações e inserção das tecnologias no trabalho do professor, em especial, num contexto de impossibilidade de retorno ao presencial, uma vez que ninguém quer ficar doente, ninguém quer correr esse risco.

Uma série de questões têm sido veiculadas e, recentemente, foi lançado um documentário chamado *Dilema das redes,* no qual ex-diretores de grandes plataformas e redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Google*, *Pinterest*, entre outros, evidenciaram problematizações sobre a disseminação das informações nessas redes, sua qualidade e a veracidade. Os profissionais que aparecem nesse documentário fazem relatos sobre como os algoritmos controlam e sugestionam o que vemos. Eles tecem discussões, inclusive, sobre esse controle e a questão das eleições. No Brasil, nosso país, está rolando investigações na Justiça sobre as *fake news* e o último processo eleitoral.

O que o senhor pode nos dizer sobre esse modo de lidar com as informações que transitam nas redes em um país tão desigual e com baixa escolaridade como o nosso?

Nelson Pretto

Olha, essa questão, na verdade, ficou muito mais simples falar agora, porque quando alguém nos questiona sobre alguma coisa a gente diz: veja o documentário que você entende um pouco mais. Quase que não preciso falar mais nada…, mas importante dizer que nós, há 25 anos, estamos falando da importância da apropriação crítica, da apropriação desconfiada das tecnologias.

Eu me lembro de 20, 25 anos atrás, fui à Universidade Federal de Goiás, aí na Faculdade de Educação, como professor visitante, para montar toda uma infraestrutura de rede. Estava aí fazendo um trabalho junto com as minhas queridas colegas da faculdade e, desde aquele momento, a gente já dizia uma coisa que era fundamental: nós não queremos a Internet nas escolas, nós queremos as escolas na Internet.

Ou seja, a Internet tem de ser algo que precisa ser apropriado por nós, ocorre que aquela Internet livre, que para nós parecia ser a grande plataforma libertadora, a serviço da contracultura, onde nós iríamos fazer o que quiséssemos, etc. e tal, ela acabou. Como eu disse

anteriormente, ela nos foi subtraída por estes caras que hoje estão dizendo que fizeram isso no documentário. É curioso isso, não é? E, mais do que tudo, é um documentário feito, produzido e veiculado por uma destas grandes redes, que hoje é a Netflix, que é também um problema. Para nós é muito bacana, porque custa pouquinho, a gente vê muita coisa, mas foi assim que o *Google* começou; foi assim, lá atrás, que a *Microsoft* começou.

Então, esse documentário é muito importante, apesar de que ele foi traduzido [*The Social Dilema*] de uma forma que não é muito boa, porque para as redes não há dilema, o dilema é para a sociedade. Eles, os donos das redes, sabem exatamente o que estão fazendo e o que querem fazer. E nós temos resultados concretos da eficiência disso que eles estão fazendo, pois temos como resultado dessa manipulação, nada mais nada menos do que o resultado das eleições nos Estados Unidos e aqui no Brasil atual, ambas frutos desta manipulação.

Obviamente aí a gente tem formas de enfrentar tudo isso, uma forma obviamente é sair das redes, ficar *off-line*, é se desligar de tudo isso. Eu não acredito que isso seja possível, vamos pegar, por exemplo, o caso desse momento dramático que estamos vivendo com mais de 140 mil mortes causadas pela Covid-19. Considerando aqueles como nós, que estão podendo ficar em casa, o fato de termos essas tecnologias nos aproximando foi absolutamente fundamental para que a gente não ficasse maluco, travado dentro de casa. Percebe?

Então, desligar-se das redes é muito difícil e para nós, da educação, nem mencionamos isso, pois sempre defendemos um uso pleno dessas tecnologias, justamente para que a gente pudesse, tendo este olhar desconfiado sobre ela, não caísse facilmente em *fake news*, por exemplo. Para nós, essa formação é fundamental.

Hoje circulou uma, e não sei se deve ter chegado a vocês, mas essas coisas chegam em tudo que é lugar… mas circulou hoje um jornalzinho dizendo que o Papa tirou de circulação a Bíblia porque vai colocar um outro livro no lugar. E, se bobear, daqui a pouco alguém vai começar a distribuir isso: "tá vendo, esse Papa argentino é um absurdo e parará..."

É muito importante para nós termos uma leitura absolutamente desconfiada de tudo que está na rede. Nem tudo que está na rede é peixe. Tem muito peixe falso por ali.

Adda Echalar

Temos várias provocações para continuar a pensar no assunto e gostaria de pedir a você, professor, que sintetize quais seriam os principais problemas que pode nos apontar sobre o uso e da adesão irrefletida às plataformas pagas na educação pública, seja ela a Educação Básica ou a Educação Superior.

Nelson Pretto

Bom, a situação é grave em ambas as situações, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Em cada um dos dois níveis a gravidade se dá por diferentes fatores, tendo sempre o mesmo ponto em comum que é apropriação dos nossos dados, não é?

No caso da Educação Básica, a questão central, mas que é comum a toda a sociedade, é que essa apropriação dos dados se dá a partir da ação dos algoritmos criados por eles. Esse é um problema geral, sem dúvida. Mas no caso específico da Educação Básica, o que você tem de mais grave é que no momento que você coloca uma adesão obrigatória, mandatória, para que todos os professores e alunos da Educação Básica passem a usar soluções à la *Google for Education* ou Microsoft, o que se está fazendo é colocar para essas crianças e para esses jovens que esta é a única alternativa. Isto significa que você vai formar um consumidor cativo para todo o sempre. Imagina o menino de 6, 7, 8 anos, que está utilizando pela primeira vez as tecnologias na escola de forma mandatória – observe que é diferente ele usar em casa, pois ali ele escolhe e negocia com a família, que permitirá ou não usar essa ou aquela solução tecnológica – mas na escola não, na escola ele é obrigado! Isso significa que, quando ele tiver 20 anos, já vai ter vivido 12 anos imerso nessa tecnologia. Ou seja, praticamente naturalizou que isso é a Internet e o computador.

A escola pública virou espaço de propaganda de tecnologias privadas. Isso é uma vergonha, é um absurdo, é inaceitável. Tem um projeto chamado Educação Vigiada [educacaovigiada.org.br] que apresenta o resultado de um mapeamento de toda essa situação de uso dessas plataformas privadas na educação pública, repito, em todos os níveis, esse é um problema grave na Educação Básica e também na Educação Superior.

No nível superior a questão é mais grave ainda, uma vez que imagino que deveríamos ser nós os responsáveis pela formação desses conceitos que deveriam estar centrados na liberdade e não no aprisio-

namento pelos dados. Quer dizer, quando nós da universidade pública passamos acriticamente a aderir a essas soluções, como o projeto Educação Vigiada tem colocado claramente, nós estamos mostrando para a sociedade que, de fato, esse é se não o único caminho, pelo menos o principal, tanto é que estamos adotando essas soluções privadas. Isso tudo, em vez de enfrentarmos objetivamente o desafio de lutar por mais verbas para que a gente possa, efetivamente, ter sistemas públicos, com servidores nos quais a gente tenha governança dos nossos dados, para serem utilizados em nossas universidades públicas.

Adda Echalar

Suas considerações são muito pertinentes, professor, porque elas nos remetem a uma lógica de pensar a educação, que vem sendo apresentada e vendida como mercadoria. Tal ação se converte em um problema no processo formativo, pois retira da humanidade os direitos que a elas são garantidos e a própria humanidade em si, posto que nós começamos a coisificar o humano, começamos a nos tornar efetivamente produto e deixamos de pensar em processo. Essas questões diminuem muito as possibilidades de emancipação social, uma vez que os sujeitos se tornam meros reprodutores. Você falou em 12 anos imersos em uma cultura e como a única possibilidade.

Muitos dos projetos de inserção de tecnologia na escola, tanto no Brasil quanto os orientados pelos organismos multilaterais, em seus documentos, colocam o professor no lugar de produto e de consumidor, numa abordagem tecnocêntrica. Como o senhor nos propõe subverter esse comércio educacional? Nos dê dicas de como burlar o sistema, como *hacker*.

Nelson Pretto

Bom, Adda, nós então voltamos ao começo. Com luta política. Não tem outra, não tem outra alternativa.

Então, no ensino básico, os colegas professores com os seus sindicatos, com os seus coletivos, lutando contra as Secretarias de Educação, contra as prefeituras, para que não adotem essas plataformas e, em estando elas impostas, analisar o que elas representam, tendo esse olhar desconfiado a que me refiro, ajudando na formação dos seus estudantes, não naturalizando essas soluções privadas. Essa ação política obviamente é muito importante, pois muito em breve teremos eleições e isso precisa ser cobrado dos candidatos a prefeitos e verea-

dores. Precisamos saber quais suas posições com relação a tudo isso. Porque não dá para dizer que isso é coisa de *hacker*, que isso é coisa de nossos grupos de pesquisas que são especializados em trabalhar com tecnologia e educação. Não dá para dizer que isso é coisa do GT 16 da Anped. Isso é coisa de cada um e de cada uma, sem dúvida nenhuma.

E o mesmo na Educação Superior, por meio dos sindicatos e das representações nas instâncias superiores das universidades isso tem que ser cobrado. Cabe ressaltar que somos 69 universidades federais e mais cerca de 40 institutos federais, constituindo-se em uma massa crítica muito importante que poderia exercer uma pressão fenomenal com o objetivo de montar grandes redes federadas em que a gente pudesse ter segurança dos nossos dados e soluções criativas livres, que não estivesse na mão de poucos e poderosos, como são esses cinco grandes grupos que estão lá no Vale do Silício. Sobre isso, acabou de sair a listagem dos maiores bilionários do mundo e, como sabemos, grande parte ligada à área de tecnologia.

Então, não é uma luta simples, é uma luta bastante complicada, é uma luta dura, mas que nós precisamos enfrentar. Hoje ela está mais dura porque ao longo desses últimos anos nós não fizemos o dever de casa e deixamos a situação chegar a esse ponto, por conta da pandemia, claro, mas é sempre bom lembrar que nossos grupos de pesquisas vêm apontando isso há muito tempo… Há muito tempo!

Adda Echalar

Com certeza, professor Nelson. Como pesquisadores da área, a gente se encontra nos eventos e sempre muito regados a discussões, temos discutido, falado, publicado, publicizado nas nossas redes, mas ainda temos muito a caminhar.

Teríamos muito ainda para falar com o senhor, mas nosso tempo é curto. Agradeço sua colaboração nas discussões apresentadas e, com certeza, elas nos ajudam a pensar melhor no uso de plataformas privadas na educação pública. Só posso te agradecer, fica aqui um carinho e o desejo de novos encontros, professor.

Nelson Pretto

Eu agradeço muito. É um prazer enorme, muito obrigado Antônio por fazer a interpretação, obrigado a você, Adda. Obrigado a toda a equipe da TV UFG e dos projetos de vocês. Nós, como profes-

sores ativistas, estamos sempre aqui à disposição. Um abraço a todos que estão nos acompanhando ao vivo e aos que vão ver algum dia esse material.

INDICAÇÕES DE LEITURA

MENEZES, Karina; PRETTO, Nelson. Pirâmide da pedagogia hacker: de sonhos coletivos a engajamentos reais. *Revista Teias, Educação Ativista na Cibercultura: Experiências Plurais,* Rio de Janeiro: UERJ; ProPed, v. 20 (Edição Especial – 2019), 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/43382/31267. Acesso em: 29 jul. 2021.

MORAES, Roberto. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. *ComCiência,* Campinas: LabJor; Unicamp, set. 2020. Disponível em: https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/. Acesso em: 29 jul. 2021.

PARRA, Henrique Zoqui Martins; CRUZ, Leonardo; AMIEL, Tel; MACHADO, Jorge. Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do Google Suite For Education. *Rev. Mediações, Dossiê – Vigilância, Controle e Novas Tecnologias*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 63-99, jan./jun. 2018. Disponível em: http://repositorio.unifesp.br/jspui/bitstream/11600/51998/1/32320-158774-1-PB.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

CAPÍTULO
14

ARTE E ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA[1]

Mariana de Cássia Assumpção
Joana Peixoto

A escola é um dos espaços sociais em que ocorrem as maiores trocas e mobilidades de sujeitos de diferentes faixas etárias, portanto representa espaço de maior probabilidade de contaminação em massa, o que indica ser um dos últimos lugares a serem reabertos em países que pretendem controlar minimamente a taxa de contaminação do novo coronavírus.

No entanto, é importante criar e preservar mecanismos que garantam o convívio escolar e as conexões escolares, apesar da distância. Assim como as tecnologias, as diversas linguagens assumem papel importante nesse processo.

Nesta série de entrevistas, o programa Matutando tem dialogado sobre as interfaces entre arte, cultura e tecnologia, sempre com a perspectiva de garantir a educação como um direito universal e a formação humana no seu sentido amplo.

A arte, assim como a ciência, é imprescindível na escola de Educação Básica, que tem como papel fundamental a socialização do saber humano que foi sistematizado ao longo de nossa História. Sem a arte não se completa o processo de desenvolvimento da consciência e, portanto, de humanização dos indivíduos.

Como a arte pode cumprir este papel na nossa escola pública de Educação Básica, considerando a sua estrutura e as condições de trabalho do professor? Devemos falar em educação artística? Ensino de artes? Linguagens artísticas? A arte na escola ganha um papel específico neste momento de isolamento social? Vamos matutar sobre este tema com a professora Mariana de Cássia Assumpção.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 23/10/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/tgro7hgJvo4

Joana Peixoto

Tanto em seu Mestrado como no Doutorado você tem estudado questões relacionadas à arte, que tem sido objeto de ataques e de banalização desde o golpe de Estado de 2016. Qual é o papel da arte na vida humana?

Mariana Assumpção

Aqui eu trato do papel da arte na vida humana a partir da concepção materialista histórica-dialética, que é a fundamentação teórica tanto da pedagogia histórico-crítica quanto da psicologia histórico-cultural. As análises sobre a estética estão ancoradas nas contribuições de György Lukács. Lukács foi um filósofo húngaro, reconhecido como um dos principais estudiosos do materialismo histórico-dialético do século 20. Com uma trajetória intelectual bastante itinerante, Lukács afirma o materialismo histórico-dialético como a sua concepção de mundo e a teoria que guiaria, sobretudo, a elaboração das suas obras *Estética: a peculiaridade do estético*[2] e a *Ontologia do ser social.*[3]

Vale dizer que a *Estética* é uma obra inacabada, a ideia de Lukács era escrever a *Estética* em três partes, mas ele escreveu apenas uma, observando-se que essa única parte está dividida em quatro volumes com tradução do húngaro para o francês e do francês para o espanhol. Podemos, de forma resumida, definir a arte para Lukács como uma necessidade essencialmente humana surgida da relação dos seres humanos com a realidade (relação esta conhecida pela categoria de trabalho). A partir da atividade dos seres humanos sobre a realidade, necessidades de ordem mais abstratas foram surgindo em formas peculiares de expressão: como a arte e a ciência.

---

[2] Obra em 4 volumes: Lukács, Georg. *Estética I:* la peculiaridad de lo estetico. Cuestiones previas y de princípio. Tradução do alemão Manuel Sacristan. Barcelona: Grijalbo, 1966. V. 1.

LUKÁCS, Georg. *Estética I:* la peculiaridad de lo estetico. Problemas de la mímesis. Tradução do alemão Manuel Sacristan. Barcelona: Grijalbo, 1966. V. 2.

LUKÁCS, Georg. *Estética I:* la peculiaridad de lo estetico. Categorías básicas de lo estético. Tradução do alemão Manuel Sacristan.Barcelona: Grijalbo, 1967. V. 3.

LUKÁCS, Georg. *Estética I:* la peculiaridad de lo estético. Cuestiones liminares de lo estético. Tradução do alemão Manuel Sacristan. Barcelona: Grijalbo, 1967. V. 4.

[3] LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I.* Tradução do alemão Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

Lukács, em sua *Estética*, sempre faz um movimento de comparação entre a arte e a ciência, destacando suas semelhanças e suas especificidades. A arte, então, é um reflexo específico do real, um reflexo que não é direto, nem mecânico, mas sim um reflexo intensificado, que evidencia a realidade como produto da atividade humana. A arte coloca em relevo o olhar dos seres humanos sobre a realidade enquanto produtores dessa realidade. A arte mostra o olhar humano diante das suas próprias emoções, seus dramas, seus dilemas a partir de um contexto histórico-social determinado. A arte, em outras palavras, sintetiza, de modo particular, o singular e o universal, fazendo com que o indivíduo que dela se apropria, que com ela estabelece contato possa refletir no sentido de fazer uma crítica à vida e uma crítica a si mesmo e também no sentido de ultrapassar o seu ser tomado individualmente, caminhando na direção de entender que ele é parte de algo muito maior que compõe o gênero humano.

Por isso Lukács diz que a arte é a autoconsciência do gênero humano porque rompe, mesmo que momentaneamente, com aspectos do cotidiano que nos impedem de acessar a realidade em sua essência. Assim, o papel da arte na vida humana é justamente o de fazer, pela via da sensibilidade, com que os indivíduos reflitam sobre a vida, ascendendo a patamares mais elevados de compreensão do real, de modo a instrumentalizar esses indivíduos para uma possível e necessária transformação social. Mas vale dizer que essa capacidade de fruir e produzir arte não nos é garantida no nascimento; aí despontando o papel das relações sociais e, em especial, da escola em favorecer o desenvolvimento dos sentidos e da sensibilidade. No campo da educação, a pedagogia histórico-crítica vem defendendo o ensino das artes, assim como das ciências, da Filosofia, da política em suas formas mais elaboradas de expressão na escola.

Joana Peixoto

A arte não é um reflexo direto e nem mecânico da realidade. Você nos fala que a arte, na vida social humana, é uma arte que evidencia essa realidade como fruto da ação humana. Então, é através dela que acessamos mais do que um indivíduo em particular, o que nos permite participar da formação humana e da formação da consciência. Você já começou a falar sobre isso: nos fale um pouco mais sobre como entender a arte e o papel dela na escola de Educação Básica pública.

Mariana Assumpção

O papel da arte, em geral, e da arte na escola de Educação Básica, é o de desenvolver a sensibilidade e os sentidos para a fruição e a produção artísticas. É possibilitar que os alunos, desde a Educação Infantil, estabeleçam contato com livros, músicas, danças, artes visuais, ou seja, com conteúdos, em um grau de elaboração que não lhes são oferecidos na vida cotidiana e no seu entorno social mais próximo. É fazer com que os alunos experimentem sentimentos e emoções que não são deles, propriamente ditos, mas são do gênero humano. Na escola e na vida a arte tem o papel de levar a compreensão sensível dos dilemas sociais.

Mas, é claro, a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural nos alertam que, do ponto de vista educacional, para que possamos desenvolver a sensibilidade e os sentidos, levando o aluno a fazer uma crítica à vida e a si mesmo, é essencial, enquanto professores e professoras, termos o domínio do conteúdo, da forma e do destinatário (ou seja, ter domínio da tríade, como menciona a professora Lígia Márcia Martins, da Universidade Estadual Paulista, Unesp, *Campus* Bauru).

Isso significa dosar, sequenciar as atividades e saber como transmiti-las em razão da faixa etária dos estudantes e do conhecimento, pelos professores, das carências afetivo-cognitivas que o seu grupo de alunos apresenta. Percebemos, portanto, como a pedagogia histórico-crítica salienta o papel do professor no processo de ensino como aquele que, de posse dos conhecimentos necessários, pode levar seus alunos a aprenderem e se desenvolverem em suas máximas possibilidades e potencialidades.

Joana Peixoto

Segundo o que você nos expõe, a "obra de arte é uma forma de objetivação da subjetividade humana [...] que incide sobre a consciência, suscitando efeitos sobre a maneira como os indivíduos se relacionam, afetiva e cognoscitivamente, com a prática social humana" (Assumpção, 2018, p. 14).[4] Então, seria fundamental que professores e

[4] Assumpção, Mariana de Cássia. *Educação escolar e individualidade:* fundamentos estéticos da pedagogia histórico-crítica. 2018. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

estudantes tivessem acesso à obra de arte, não é mesmo? Como você observa esta questão no mundo contemporâneo? E nestes tempos de pandemia?

Mariana Assumpção

Sim, exatamente. É essencial o acesso às mais variadas modalidades artísticas para que o papel da arte na formação humana se efetive. E aqui neste ponto respondo sobre a questão da arte no mundo contemporâneo, ressaltando, em especial, a ideia de que a pedagogia histórico-crítica não defende o acesso a qualquer tipo de arte como objeto de fruição e de estudo na escola. Existem critérios de seleção e o mais importante está em selecionar conteúdos artísticos clássicos para compor nossos currículos.

O clássico é entendido aqui não como algo tradicional, com conotação de algo obsoleto, mas refere-se àquele conteúdo que, além de perdurar no tempo, sintetiza um contexto histórico da humanidade, resume, de modo enriquecedor, as emoções e os sentimentos humanos, sintetiza, como eu disse em uma questão anterior, o universal e o singular. Mas o que está na ordem do dia, não apenas no campo das artes, mas também no campo das ciências, é a influência cada vez mais intransigente de correntes de pensamento que, sem critérios objetivos e validados, atribuem o caráter de obra de arte a produções pouco elaboradas.

Segundo Lukács, uma obra de arte é tão mais autêntica quanto maior for a sua fidedignidade na representação do real. O que temos nos dias de hoje é uma subjetivação excessiva, que coloca uma venda sobre a relação estreitamente dialética entre objetividade e subjetividade, essência e aparência. Tudo se torna válido, qualquer tipo de expressão sensível, até aquela que está mais próxima ao indivíduo singular e à alienação do cotidiano. Nega-se a objetividade do real, e tudo gira em torno da opinião pessoal do indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Exemplo esclarecedor no âmbito da ciência é a difusão do movimento terraplanista e os antivacinas.

Nesses tempos de pandemia houve um movimento mais reflexivo e introspectivo que resultou na necessidade de apropriação de obras de arte. Muito mais que responder a essa questão específica, eu gostaria de levantar algumas indagações/provocações sobre, por exemplo, se de fato essas aproximações são de obras artísticas genuínas, que cumprem esse papel formador de desenvolver a sensibilidade, de apre-

ender o real em seus aspectos essenciais, ou se cumpre apenas o papel de entreter (o que também é parte da vida), mas sem nenhum objetivo educacional. Ademais, do ponto de vista da educação escolar, nós sabemos, temos consciência das limitações que esse contexto encerra, bem como sabemos que ele escancarou e acirrou a luta de classes.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos não fazer nada. Nos cabe, enquanto professoras e professores, propor atividades e garantir o acesso dos alunos a elas, tendo em mente que a qualidade e a riqueza das atividades não são alcançadas nas suas máximas possibilidades nessa mobilidade. Assim como não são alcançadas em suas máximas possibilidades as experiências e os conhecimentos adquiridos em peças teatrais, concertos, óperas *on-line*, visitas remotas a museus e espaços culturais diversos.

Joana Peixoto

Você nos fala da arte como um campo de disputas, que a arte não é neutra, podendo ser vista sob diferentes perspectivas. Gostaria de voltar à dimensão prática do trabalho pedagógico. É possível pensarmos a arte na escola segundo uma perspectiva de formação humana numa sociedade dividida em classes? Você pode nos relatar experiências didático-pedagógicas da arte na escola na perspectiva histórico-crítica?

Mariana Assumpção

Temos que tratar essa questão a partir de uma concepção dialética da História e da gênese desse fenômeno histórico-social que é a alienação. O conhecimento produzido na sociedade de classes, o conhecimento burguês deve ser objeto de estudo e deve ser apropriado por todos, em especial pelos filhos da classe trabalhadora. É claro que precisamos compreender que a alienação que atravessa a sociedade de classes se reflete nos conhecimentos produzidos e estão presentes nas relações sociais e no trabalho do professor, mas existem níveis maiores e menores dessa alienação e é, justamente, com a seleção dos conteúdos clássicos que garantimos um conhecimento mais próximo à essência do real, ou seja, um conteúdo menos alienado. É possível e é necessário que não apenas a arte, mas também a ciência, a Filosofia e a política estejam na escola. Porque elas são formas de expressão humana que atingiram um patamar de elaboração que se descola, em certa medida, dos aspectos imediatos, fragmentados e pragmáticos do cotidiano, se constituindo como formas de expressão humana mais

afastadas da alienação. Não se trata, em hipótese nenhuma, de conferir à escola um poder quase mágico de transformar a realidade, mas ao mesmo tempo tampouco sem ela essa transformação poderá se efetivar. A pedagogia histórico-crítica ao defender os conteúdos em suas máximas expressões defende também a importância de romper com a alienação.

São muitas as experiências didático-pedagógicas de arte na perspectiva histórico-crítica. Como a Joana disse ao me apresentar, eu falo do lugar de professora pedagoga dos anos iniciais do Fundamental que trabalha mais, especificamente, com a alfabetização e que estudou a Estética como elemento que pode e, de fato, lança luzes para pensarmos a educação escolar. Nessa direção, a utilização de literatura infantil de qualidade é essencial para suscitar indagações sobre emoções, sentimentos, concepções de mundo, tudo, claro, adequado à faixa etária dos alunos. As discussões sobre os conteúdos dos livros podem também se desdobrar no trabalho com a alfabetização. Trabalhei ano passado, por exemplo, com as obras de Toquinho e Vinicius de Moraes para crianças a partir do livro "A Arca de Noé", com poesias e músicas como: O pato, A casa, A foca, As borboletas, etc. Além do contato com obras de arte de qualidade e adequadas, no caso ao 2º ano do Ensino Fundamental, o acesso à poesia, à música e à análise dos seus conteúdos, também é elemento enriquecedor do processo de aquisição da leitura e da escrita pelos alunos. Todas as atividades foram expostas no projeto de extensão coordenado pela professora Célia Sebastiana da Silva, chamado Pipoesia.

Joana Peixoto

Mariana, você é professora dos anos iniciais no Cepae, no qual o trabalho remoto com os estudantes começou no dia 31 de agosto deste ano de 2020. Você pode nos falar um pouco como tem sido esta recente experiência de trabalhar nestas circunstâncias? Como foi o planejamento? Como têm sido conduzidas as ações formativas?

Mariana Assumpção

O ensino remoto emergencial tem sido um desafio para a Educação Básica e o Ensino Superior. Mas falando, especificamente, sobre a Educação Básica no Cepae, ficou decidido no coletivo que, para dirimir os danos causados por esse contexto excepcional da pandemia que amplia e acirra as desigualdades sociais, seria necessário elaborarmos e

ofertarmos roteiros de atividades concernentes, de início, ao 1º bimestre do ano letivo de 2020 a partir da retomada do calendário acadêmico. Os roteiros são disponibilizados no *site* do Cepae e também no próprio Cepae para as famílias que não têm acesso à Internet e/ou a equipamentos tecnológicos de qualidade. Marcamos com antecedência a devolução do roteiro feito e a entrega do próximo. Estamos cientes das limitações dessa modalidade de ensino, mas a opção por atividades assíncronas, em especial para as crianças, visa justamente a caminhar no sentido de garantir o acesso ao material de estudo a todos e todas.

Os planejamentos são feitos periodicamente entre os pares da mesma turma, entre os pares do mesmo ciclo (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental) e nas reuniões de Departamento que acontecem com todos os docentes da primeira fase (1º a 5° anos). Em tais momentos discutimos questões diversas, como as devolutivas das atividades feitas aos alunos, os dilemas da avaliação, casos familiares mais delicados que são tratados nas suas particularidades, assim como os estudantes com necessidades educacionais especiais que estão sob supervisão da Comissão de Educação Inclusiva chefiada pela professora Cláudia Barreto.

As ações junto as famílias acontecem via *e-mail*, reunião de pais *on-line*, ligações telefônicas como medidas para restabelecer e manter o vínculo. Os professores, além das demandas do ensino remoto emergencial, seguem com suas pesquisas e projetos, além das reuniões administrativas, todos adequados ao contexto pandêmico.

Joana Peixoto

Foi muito importante este nosso diálogo. Nos ajudou a compreender melhor o papel da arte e da obra de arte.

Mariana Assumpção

Agradeço mais uma vez o convite. Foi uma experiência enriquecedora e espero ter contribuído dentro dos meus limites e das minhas possibilidades no sentido de trazer reflexões críticas sobre arte e educação escolar no contexto pandêmico.

INDICAÇÕES DE LEITURA

ASSUMPÇÃO, Mariana de Cássia. *Pedagogia histórico-crítica e as relações entre arte e vida na educação escolar.* Curitiba: Appris, 2019.

DUARTE, Newton. *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos:* contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

CAPÍTULO
15

ARTE, CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA[1]

Rita Von Hunty
Jackeline Império

A arte é indispensável para a nossa formação integral enquanto sujeitos históricos e sociais inseridos em sociedade, e deve estar presente desde a primeira fase do desenvolvimento humano. Encontramos no universo das artes uma maneira de construir um conhecimento sólido, por meio da arte-educação, para uma humanidade mais empática, criativa, sensível e que deseja transformar a realidade em um mundo melhor para se viver. Mas de que forma a arte vem sendo interpretada no ambiente escolar e em sociedade?

A arte é historicamente parte da sociedade que construímos e vivemos. Entretanto, para atender aos anseios do modo de produção econômico, a arte vem se tornando mercadoria de valor abstrato para os desejos humanos. A forma como a arte é consumida dentro do sistema capitalista projeta não apenas a sua desvalorização, mas também do artista. Em se tratando da arte trabalhada no ambiente escolar, temos percebido por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas tradicionais o ensino de uma arte que contribui com o empobrecimento do olhar artístico e consequentemente, como resultado desse processo, a alienação humana. Afinal, se a "arte existe porque a vida não basta", como bem afirmou Ferreira Gullar, onde está a formação artística contra-hegemônica que questiona e transforma?

Reflete-se sobre a citação de Van Gogh que diz "a arte é o homem acrescentando à natureza, é o homem acrescentando à realidade, à verdade, mas com um significado, com uma concepção, com um caráter, que o artista ressalta, e aos quais dá expressão, resgata, distingue, liberta e ilumina".

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 30/10/2020 pela TVUFG. Disponível em: https://youtu.be/K3SmAPpD2Io

Pensar essa citação de Van Gogh é levar a reflexão até o trabalho inicial de Karl Marx, enquanto ainda mais jovem, quando escreveu os *Manuscritos Econômico e Filosóficos* de 1844 – um livro composto de uma série de breves ensaios que não necessariamente articulam-se explicitamente entre si, mas que antecipam uma série de temas que serão desdobrados, aprofundados e trabalhados na obra marxiana por assim dizer, mais madura.

Nos *Manuscritos*, Marx está antecipando algumas questões com as quais vai trabalhar com bastante densidade e aprofundamento no livro *O Capital*. Um destes assuntos vai de encontro às questões-problema suprainseridas, que é a alienação do sujeito como um novo fenômeno trazido à tona pelas dinâmicas capitalistas.

Para compreender, é preciso questionar: Qual é esse fenômeno de alienação? É o fato que os seres humanos podem ser alijados, podem ser separados, podem ser segregados das suas produções. Produções no sentido de existir, e a esse contexto Marx recorre em *O Capital*, fazendo-nos pensar em o que nos diferencia do pior dos tecelões ou o melhor dos tecelões de uma aranha; o melhor dos arquitetos e o pior dos arquitetos; o fato é que, antes de erguer materialmente o seu trabalho, antes de corporificar, de materializar o seu trabalho, o trabalhador e a trabalhadora são capazes de erguê-lo em sua mente. Dado central para que a gente pense onde está situada uma das grandes guinadas da Filosofia marxista: caráter de entendimento do ser humano como um ser criativo e trabalhador.

As esferas criatividade e trabalho são indissociáveis. Existe uma predisposição, é pretensão imaginar a arte apartada da esfera do trabalho, apartada da esfera da vida social, apartada da esfera política. Entretanto, há que se reconhecer que durante muitos séculos nós fomos educados para tal. Foram os estudos sobre cultura, na Inglaterra, por exemplo, que o autor Raymond Williams propôs um método de análise da realidade, método de leitura aproximada, uma leitura de perto, na qual o leitor deveria se aproximar de uma obra de arte.

Por exemplo, a literatura utilizada única e exclusivamente para a partir do que estava escrito na página, ou seja, há uma escola de pensamento que nos ensina que quando nos debruçamos sobre a cultura e, portanto, sobre as artes, estamos falando de um reino elevado de luz, em que o melhor dos valores humanos é preservar visões absolutamente aristocratas, excludentes e de certa forma objetificadoras de

uma classe de pessoas. O que nos leva a refletir sobre as imposições de nos fazer achar que determinada classe fosse incapaz de fazer arte, como se o que produzisse fosse artesanato, panfleto, pintura rupestre, tinta em parede e a arte então estaria reservada a esse estrato social, a seres humanos compostos de outra coisa.

Dessa forma, é importante pensar se há a possibilidade de dissociar a arte do trabalho. E, em uma sociedade emancipada, todo trabalhador seria um artista, porque todos os nossos fazeres passam por uma via de solução criativa; de interpretação criativa da realidade. A arte não deve ser interpretada como um produto separado. A arte é o trabalho e os trabalhos são artes. A ideia de separar os dois é conservadora, é reacionária e é exclusória.

Assim compreendendo a função social da arte, é preciso questionar como a escola, principal lócus de formação humana, pode contribuir com o reconhecimento dos mecanismos sociais de um sistema opressor e possibilitar a formação de um artista consciente, liberto e emancipado?

Um artista consciente, emancipado e liberto é um cidadão consciente, emancipado e liberto. E mais, Marx posiciona-se sobre essa questão afirmando a necessidade de construirmos um movimento de identificação com o nosso trabalho, com a nossa profissão. Desconstruir o mundo em que somos conhecidos por nossas profissões, mas sim conhecer as pessoas por serem elas mesmas, sujeitos históricos pertencentes a uma sociedade.

Sobre isso, Marx tem uma contribuição muito importante, na qual ele afirma: “de manhã eu pescaria, à tarde cuidaria dos animais e à noite eu escreveria crítica literária”. É a partir dessa ideia que devemos pensar sobre os rumos da nossa sociedade, pois uma sociedade que forma artistas como se artistas fossem essencialmente diferentes, é uma sociedade empobrecida. Pensando no contexto escolar de formação humana, a escola é fundamental para desenvolver a fruição artística, como também a possibilidade de crítica, de interpretação, de senso estético. Um olhar crítico que fomente criatividade, que instrumentalize para a expressão.

Uma sociedade que não se preocupa com essas questões caminha em direção à barbárie. Devemos ter em mente que a nossa última ferramenta à qual recorremos costuma ser a violência. Quando nos vemos desprovidos de outras ferramentas para lidar com a reali-

dade, recorremos à violência. E talvez um povo, uma população instrumentalizada com a capacidade de falar sobre o que sente, instrumentalizada com a capacidade de expressar, instrumentalizada com a capacidade de produzir e reconhecer beleza, recorreria menos à violência. Essa é uma ideia de porque, agora existe uma ideia de como. E essa ideia de como não acontece se não desmobilizarmos a educação bancária. Então, como as escolas formarão sujeitos emancipados, livres e críticos? Quando as escolas deixarem de ser linhas de produção de corpos dóceis, quando as escolas deixarem de ser aparelhos ideológicos sociais de repressão. Enquanto não conseguirmos uma escola focada em formar seres humanos, não conseguiremos uma educação emancipatória, uma sociedade diferente. Paulo Freire nos fala: "não é a educação que muda o mundo, são as pessoas educadas que mudam o mundo".

A arte é produto da ação humana, resultado do trabalho, da ação do homem, é eminentemente social – nasce na e para a sociedade – e manifesta posições estéticas, éticas e políticas, portanto nunca é neutra. A arte e o artista resistem a uma sociedade que cada vez mais falta com os valores basilares mediados pela educação familiar e escolar: consciência histórica, consciência de classe e consciência das diversidades sociais.

A arte é combativa. A única forma de reexistir, de transformar a nossa existência em resistência é existir duas vezes, é existir através do combate. E de acordo com a nossa realidade atual, podemos nos perceber mais bem instrumentalizados para realizar esse combate quando justamente percebemos, através da consciência, o que estamos vivendo. O artista precisa ser visto como alguém capaz de segurar um espelho para as pessoas à sua volta, porém esse espelho, como todo espelho, pode estar rachado, sujo, opaco, distorcer a imagem, pode ser côncavo, convexo. E então o papel do artista é constantemente refletido. E essa reflexão acontece em duas vias: a primeira é mental, quando está constantemente pensando sobre seu tempo e a segunda via é quando isto se transforma em ação – ação de segurar este espelho e mostrar para as pessoas.

Artistas são pertencentes à classe de trabalhadores preocupados em documentar de forma sensível, de forma estética, os caminhos, os projetos e os históricos das nossas sociedades. Então, como o artista reexiste a esse tempo? Talvez a ideia central seja combatendo esse tempo. Muitos artistas entraram para a História. São artistas que

fizeram algo nos seus tempos e cristalizaram em tela, em roupa, em programa de TV, em peça de teatro, em escultura, são artistas que fizeram do seu trabalho algo para existir e reexistir.

Para aprofundar neste assunto indicamos a leitura de *Mourning for whiteness* escrito por Toni Morrison, autora, mulher negra, vencedora do prêmio Nobel de Literatura norte-americana. Neste texto "Luto pela branquitude", a autora discorre sobre a construção da linguagem do artista, afirmando que é construindo linguagens que reconstruímos as cicatrizes da nossa civilização. É assim que curamos a nossa civilização.

Arte como meio e como fim. Arte que aliena, mas que dependendo da forma como compreendemos a nossa realidade, a arte conscientiza, emancipa. A formação dos sentidos e das sensibilidades humanas é um processo dialético desenvolvido ao longo da história social e subordinado às condições objetivas de cada momento histórico. A efetiva vivência artística, em suas variadas formas, é, sem dúvida, caminho para emancipação e liberdade humanas. A arte é uma das manifestações da vida humana cuja necessidade precisa ser criada nas novas gerações e a escola, sobretudo a escola pública, precisa ser espaço de fortalecimento dessa formação com políticas públicas colaborativas e práticas pedagógicas emancipadoras.

INDICAÇÕES DE LEITURA

TEMPERO DRAG. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCZd-JE8KpuFm6NRafHTEIC-g. Acesso em: 22 jul. 2021.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo.* São Paulo: Unesp, 2011.

CAPÍTULO
16

ARTE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Pollyanna Rosa Ribeiro
Daniela Rodrigues de Sousa

Qual a relevância da arte na vida das crianças? Qual a importância da arte na Educação Infantil? Que preocupações devemos ter em relação ao retorno das aulas presenciais na Educação Infantil?

Estamos vivendo a pandemia da Covid-19. O isolamento social evidenciou a importância da arte, pois, ao aguçar a sensibilidade, a criatividade e o prazer, ela enriquece a vida e nos liberta dos limites físicos que o vírus nos impôs. Algumas instituições de Educação Infantil adotaram o sistema emergencial de aulas não presenciais. Recentemente, a prefeitura de Goiânia permitiu o atendimento presencial de crianças. Como ficam elas nesse contexto?

Daniela Rodrigues

Desde março de 2020 experimentamos o isolamento e o distanciamento social. As crianças de zona rural, periferia e dos distintos bairros dos grandes centros urbanos vivenciam a pandemia em condições bastante diferentes. Elas, de um jeito ou de outro, tiveram suas rotinas modificadas, alteraram as formas de interagir e de brincar, por exemplo. Como você analisa isso? Como podemos pensar a infância se as crianças a vivenciam de formas tão diversas? Vamos começar assim, Pollyanna, como você define infância e criança?

Pollyanna Rosa Ribeiro

Daniela, você abordou bem. Embora o vírus seja o mesmo, a pandemia afeta muito diferente as crianças e os adultos. Muitos adultos, em especial as pessoas mais pobres, perderam seus empregos, alteraram completamente as suas condições de trabalho e isso afeta diretamente as crianças. As próprias condições de isolamento ou do afastamento social são distintas. Por exemplo: tem crianças que moram

em casas amplas que lhes permitem o movimento livre, cercados por natureza, possuem à disposição muitos livros, vivem com animais de estimação.

Já outras crianças foram limitadas à convivência doméstica, em espaços reduzidos, moram em pequenas casas ou pequenos apartamentos, onde muitas vezes sequer podem manifestar e se expressar por meio das suas diferentes linguagens. Tem que muitas vezes preservar a quietude, o silêncio, por conta do *home office* dos pais. E também temos crianças que sequer têm água em casa, falta saneamento básico e em geral as crianças também vivem o luto dos seus entes queridos, muitas vezes não podem estar ali convivendo proximamente com os avós, perderam o colo dos amigos, dos familiares, o contato com as professoras, especialmente aquelas que estão na Educação Infantil. A restrição do contato com outro e do com a natureza trouxe e traz muito sofrimento para as crianças. Elas, de certa forma, são invisibilizadas nesse contexto. Mas esses exemplos que eu trouxe ajudam a clarificar, ajudam a sabermos um pouco mais o que é infância e criança.

Criança e infância são conceitos historicamente produzidos, historicamente construídos. A cada momento histórico podemos dizer que nós temos infâncias, infâncias no plural, como um tempo especial da vida, da formação do ser humano. E mesmo o adulto, que já deixou a sua infância lá atrás, essa infância não deixa de comparecer nas suas questões pessoais e ressoar nos seus posicionamentos. Portanto, a infância é este tempo especial da vida humana. A criança é o sujeito de seu tempo de vida e tem manifestações, modos de aprender e modos de viver que lhe são bem próprios. Como tem pouco tempo de vida, seu olhar é diferenciado, voltado para o mundo, para o novo, atento às minúcias que muitas vezes nos passam despercebidos. Quando falamos de criança, me lembro bem de uma frase de Oliveira-Formosinho (2007), que gosto muito, que é uma autora portuguesa. Ela diz que criança é uma pessoa com agência. A agência aqui diz respeito a toda a potência, à possibilidade de participar do mundo, aprender e construir. A criança tem algo que nós devemos ter bastante atenção, que são seus direitos que devemos garantir. Nesse sentido, podemos sintetizar uma série de direitos da criança em basicamente três: de participação, de provisão (que é a oferta das condições necessárias de vida) e também de proteção. Por fim, crianças e infâncias dizem respeito a esses conceitos historicamente produzidos e que têm ali suas especificidades.

Daniela Rodrigues

Você deixou muito claro que crianças e infâncias são construções que dependem do momento histórico e do contexto social em que vive cada sujeito, que as crianças agem sobre o mundo, sendo capazes de transformá-lo, por isso a importância de conhecer e respeitar o direito de participação que elas têm. A Educação Infantil atende esse direito? O que é Educação Infantil e qual o papel da arte nesta etapa da educação?

Pollyanna Rosa Ribeiro

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica dentro do sistema educacional brasileiro. Ter acesso e permanecer na Educação Infantil também é um direito da criança garantido pela Constituição, embora infelizmente nem sempre isso seja assegurado, mas nós podemos dizer que a Educação Infantil nas últimas décadas vem sofrendo muitas transformações e se qualificando cada vez mais. E essas transformações dizem respeito também a uma mudança de concepção, que é compreender a criança como centro do trabalho, como a protagonista dos seus processos de aprendizagem e isso envolve necessariamente que as crianças participem, opinem, escolham, participem ativamente da vida institucional.

A Educação Infantil tem as suas especificidades como o próprio nome já diz, ela é um processo educacional. Não é ensino infantil, como alguns mencionam equivocadamente. É Educação Infantil, compreendida como um processo mais amplo de formação humana, que demanda muito cuidado, sendo assim, há indissociabilidade entre educação e cuidado nesse processo formativo.

Considerando essa amplitude, destacamos que a presença da arte na Educação Infantil é vital. Porque a criança é ser de diversas linguagens, como diz inclusive o título de um livro bastante emblemático na Educação Infantil: a criança é provida de cem imagens, quer dizer, a criança tem inúmeras formas de expressão. E a arte é uma linguagem fundamental, que ganha grande relevância para a compreensão de que as crianças devem participar ativamente. Isto porque arte e a infância têm, digamos assim, um alinhamento ou características muito semelhantes e uma dinâmica muito confluente. Arte demanda apreciação, mediação, criação, sensibilidade, capacidade de ser tocado e tocar o outro, afetar as emoções e conhecer mais sobre o mundo. E a criança

tem esse ritmo de vida, esse ritmo de ação, de percepção dos detalhes, da criação, da possibilidade de subverter, dar outros significados aos elementos da vida.

Desse modo, a arte na Educação Infantil é fundamental, ela é esse mobilizador da formação das crianças. E a arte promove esse encontro entre os princípios vitais que dizem respeito à formação estética, ética e política. Logo, os espaços e o tempo da Educação Infantil precisam promover estas experiências estéticas visando a ampliar o repertório cultural das crianças.

Daniela Rodrigues

Pollyanna, você ressalta a importância da arte para as crianças, na constituição de sua sensibilidade e suas múltiplas linguagens. Estamos vivendo a experiência do distanciamento social desde março deste ano de 2020. Nesta série de entrevistas, temos matutado sobre o papel que a arte tem desempenhado nestes tempos. E em relação às crianças? Como a arte, na Educação Infantil, neste ensino a distância, contribui para a formação da criança?

Pollyanna Rosa Ribeiro

A arte é essa dimensão humanizadora e o que o afastamento social mais fez foi desvelar a relevância e a vitalidade da arte nesses tempos difíceis. E a arte está muito presente no cotidiano da Educação Infantil, desde a ambientação, a organização espacial, os arranjos móveis e imóveis, a tudo aquilo que é ofertado aos olhos, aos ouvidos, ao toque, ao tato, a todo o corpo da criança, a presença da criança na instituição. Então, a arte e a formação estética estão presentes ali e devem perpassar todas as atividades, porque se nós estamos falando de Educação Infantil, de indissociabilidade entre cuidar e educar, podemos compreender o cuidado como a estética do espaço. Nesse sentido, a forma de cuidar das crianças é tocar a formação integral do sujeito e a formação do olhar. Então, na instituição, a cada material que é oferecido à exploração, suas formas de organização, a estética propiciada, tem que ser fonte de atenção dos profissionais.

E quando nós falamos de arte na Educação Infantil não nos dirigimos ao ensino de artes, mas sim ao entendimento da arte como a sua cultura, o acesso aos bens culturais e, novamente retomando aquilo que conversávamos agora há pouco, as manifestações culturais também são afetadas de uma forma diferente se nós vivemos em uma sociedade

desigual, pois a oferta e o acesso às atividades artísticas também se dão de uma forma descompassada entre os grupos sociais. Por exemplo, quem tem oportunidade de assistir às apresentações da Orquestra Sinfônica, que muitas vezes são gratuitas? Quem frequenta as salas de exibição? Quem vai aos lançamentos dos filmes ou frequenta as mostras de cinema? Quem pode custear o acesso a essa informação ou a essa agenda cultural? Muitas atividades são gratuitas e muitas vezes pouco conhecidas, outras já são de alto custo. Então, as desigualdades também se presentificam no acesso aos bens, digamos assim, informativos, que são veiculados na mídia.

As crianças da Educação Infantil, nós sabemos, não têm a posse de um computador, um celular, um tablet que permitam nesse contexto a integração com a vida institucional, com os profissionais, com os colegas, com os amigos que fazem parte da sua vivência nos CMEI ou nas escolas. Então, conviver com a arte é ter acesso aos bens culturais, ao conhecimento que é historicamente acumulado. E o afastamento das crianças da instituição tornou-se um certo obstáculo a ter acesso aos bens culturais.

A Educação Infantil é baseada nas interações e nas brincadeiras, nas trocas sociais. E isso é permeado pela ludicidade, pela imaginação. Então, o que nós, profissionais da educação, podemos fazer nesse momento, mesmo com as nossas condições restritas, é orientar as famílias a buscarem ampliar o seu repertório cultural. O que a instituição também pode e deve fazer é enviar materiais para que as crianças possam experimentar diferentes propostas, explorar, conviver com recursos, mesmo os recursos naturais, os elementos da natureza, criar, produzir e também atribuir sentido e significado ao que está sendo proposto. Nós também podemos orientar as famílias a realizar apreciação artística, a visita a museus virtuais. Então a arte é essa faculdade de conhecer para cuidar e sentir o mundo e as instituições de Educação Infantil podem ofertar a exploração e a simbolização de materiais.

Daniela Rodrigues

Como você afirma, os abismos sociais e a exclusão digital atingem em cheio as crianças no ensino a distância. Mas, neste momento, precisamos pensar não só no ensino a distância, mas na volta do atendimento presencial de crianças da Educação Infantil, afinal a prefeitura

autorizou o funcionamento das instituições. Como está previsto esse retorno? O que você tem a dizer sobre a volta das crianças e famílias às instituições de Educação Infantil?

Pollyanna Rosa Ribeiro

Aqui em Goiânia nós temos duas redes diferentes: das instituições privadas e das instituições públicas que estão ligadas à rede municipal. Então, eu posso dizer que a rede privada em grande parte já retomou o atendimento presencial, porém as instituições públicas ainda não. O retorno ainda é incerto. Isso porque a rede municipal de educação é plural. Cada instituição é única, inclusive conta com uma infraestrutura específica. Muitos CMEI, por exemplo, possuem edificações que datam da década de 80 e que, embora já tenham passado por várias reformas, ainda têm paredes de placas de concreto, enquanto outros têm uma arquitetura considerada ideal para atendimento das crianças.

O que é divulgado pela Secretaria Municipal de Educação é que quando houver a possibilidade desse retorno, será enviado um formulário para o levantamento da realidade de cada instituição e essa volta obedecerá aos protocolos. Nós temos normativas que orientam este retorno. E ele acontecerá de uma forma mais escalonada, não com todas as crianças, em torno de 30% das crianças, começando pelas maiores da pré-escola, as crianças de 4 a 5 anos que conseguem fazer o uso da máscara. A previsão é que o atendimento não seja realizado em turno integral. Isto é, as crianças na instituição não estarão participando de algumas atividades que fazem parte, que estão projetadas na vida institucional, no que diz respeito ao almoço, ao banho, ao descanso, à soneca. E, segundo essa mesma norma técnica, há também algumas restrições no fluxo dentro da instituição. Então os pais que, em geral têm livre acesso, farão toda uma organização na entrada e na saída das crianças. Para todos os profissionais e para as crianças acima de 2 anos, a orientação é que façam uso obrigatório das máscaras, a proteção facial, que tenha um protocolo rígido de higiene, lavar as mãos frequentemente, distanciamento em várias atividades e utilizar mais as áreas externas. As pessoas também não poderão levar seus brinquedos de casa. Então essas são as orientações atuais.

Mas quando você perguntou o que eu penso, eu me preocupo com esse retorno porque nós já temos dados de pesquisas, inclusive Harvard soltou publicação que as crianças, embora muitas vezes não

apresentem sintomas graves da doença, elas carregam uma alta quantidade de vírus, que é a chamada carga viral, e isso pode impactar a vida dos adultos que convivem com elas, em seus ambientes domésticos, seus familiares. Além disso, há crianças que podem sim precisar de leitos hospitalares. Então há grandes preocupações com a saúde de todos. Como é que as professoras, que também muitas vezes são mães de crianças em idade escolar, retornariam? Com quem elas deixariam os seus filhos? Retomar a vida coletiva sem vacina? Penso que, apesar de todo esse cuidado, a instituição não consegue a proteção total das crianças e nem dos profissionais que ali estão.

INDICAÇÕES DE LEITURA

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens das crianças:* uma abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. *In:* OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). *Pedagogia(s) da Infância:* dialogando com o passando – construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13-36. Cap. 1.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte (org.). *Linguagens da arte na infância.* 2. ed. Joinville: Univille, 2000.

RIBEIRO, Pollyanna Rosa. Crianças e distanciamento social: breve análise de uma proposta pública para a educação infantil. *Sociedad e Infancias,* Madrid: Ediciones Complutense, n. 4, p. 185-288, 2020. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/SOCI/article/view/69626/4564456554060

CAPÍTULO
17

ARTE EM TEMPOS DE PANDEMIA[1]

Júlio César dos Santos (Júlio Vann)
Jhonny David Echalar

Artistas do mundo todo, principalmente aqueles que trabalham em contato direto com o público, tiveram que, primeiro, interromper e, depois, adaptar as suas práticas artísticas aos espaços digitais para continuar a fazer a sua arte. Este contexto também repercutiu no ensino da arte, que em todos os níveis tem sido realizado remotamente. Este seria o "novo normal", ou uma "reinvenção" das artes?

Jhonny Echalar

O programa Matutando vem dialogando desde o mês de julho de 2020 sobre a educação no contexto da pandemia da Covid-19. Pandemias não são novidade, e muito menos a educação a distância, mas esta situação evidenciou e acirrou desigualdades de uma forma que há tempos não se observava. A humanidade, em termos de tecnologia, atingiu um altíssimo grau de desenvolvimento, mas não conseguiu resolver questões básicas, como é o caso da educação como direito de todos os cidadãos.

Merece destaque, neste momento, refletir sobre um setor da sociedade que foi duramente atingido pela crise pandêmica: a classe artística, principalmente para quem trabalha diretamente com o público. Os teatros, cinemas e casas de espetáculo foram os primeiros a serem fechados. O trabalho coletivo de companhias e produções foi interrompido, e as consequências logo foram sentidas. O apoio a esta categoria, que veio na forma da Lei Aldir Blanc de apoio à cultura, *ainda* está em fase de implementação, ou seja, são quase oito meses de desemprego para muitos artistas.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 13/11/2020 pela TVUFG

Paralelamente a esta situação crítica, um movimento que busca encontrar formas de sobrevivências para a arte, e artistas, levou muita gente para os meios digitais em *lives*, vídeos e inúmeras variações, produzindo experiências interessantes: web teatro, experimento teatral *in lives*, teatro virtual, videodança, visitas virtuais a museus e, é claro, muitas *lives* de shows musicais, que vão, gradativamente sendo "monetizadas", acentuando, da mesma maneira, as enormes diferenças que existem entre artistas renomados e outros menos conhecidos, artistas do "*mainstream*" e artistas populares.

Para matutar conosco sobre isso, convidamos o artista e professor de artes Júlio Vann.

Júlio Vann

É um grande prazer estar aqui, é um privilégio poder ocupar este espaço na TVUFG. Eu também faço parte da equipe deste programa e do grupo de pesquisa *Kadjót* e poder contribuir com as reflexões sobre a arte neste momento tão desafiador me faz perceber um pouco mais a minha função social como artista, professor e cidadão. Eu é quem agradeço ao IFG, a TVUFG e ao *Kadjót* por esta oportunidade.

Jhonny Echalar

Júlio, você é artista e professor de artes já há algum tempo. Em algum momento da sua vida profissional você viveu ou pensou que viveria uma situação como essa que estamos vivendo?

Júlio Vann

Não. Eu sou artista de teatro há mais de 50 anos, tendo uma carreira profissional desde 1981, vim pra Goiânia em 1989 para trabalhar na Cia Martim Cererê, a convite do diretor Marcos Fayad. Eu dava aulas em cursos livres de teatro e entrei para o IFG, assumindo uma carreira como professor de artes a partir de 1996, há 25 anos. Eu iniciei a minha carreira profissional em pleno período da ditadura civil-militar em 1981, mas, mesmo antes a minha vida foi marcada significativamente por este período, por que eu entrei na escola para ser alfabetizado em fevereiro e o golpe ocorreu em março de 1964. Eu, como muita gente, passei por todas as reformas de ensino impostas pelo regime, e, também, vimos nascer as primeiras experiências de ensino a distância utilizando

o rádio e a televisão. Muitos anos depois, no Rio de Janeiro, eu cheguei inclusive a trabalhar no projeto Minerva, de alfabetização de adultos, na rádio Roquete Pinto.

Então, quando eu digo não, eu estou dizendo que eu não esperava que fôssemos passar por outro movimento autoritário de imposição ideológica, com uma grande diferença pra mim: antes eu estava na condição de estudante e agora de professor. Eu demorei bastante tempo para entender, naquela época, o que estava acontecendo, e agora eu entendo bem mais, e sei que o projeto de educação que aí está é fruto do projeto de sociedade centrado na economia que se quer produzir politicamente. Naquele momento, salvou-me a arte, eu fui fazer teatro e foi fazendo teatro que eu comecei a entender o que estava acontecendo, Naquele momento o teatro teve um papel fundamental nos movimentos de resistência: teatro oficina, teatro arena, teatro do oprimido, os centros populares de cultura e grupos de jovens ligados à Igreja e muita rebeldia e desejo de mudar a situação, de ter liberdade para ir e vir, muita música, cabelos compridos, tropicália, etc., etc. Mas não tínhamos celulares e muito menos uma pandemia mortal.

Nesta situação de pandemia, temos falado que a arte está ajudando as pessoas a manterem sua sanidade, quer dizer, a arte continua salvando as pessoas como me salvou naquele momento, mas é muito diferente, por que naquele período não era uma doença que nos impedia de sair de casa e de nos aglomerarmos, era a repressão política, então, neste caso, não, eu nunca imaginei que viveria uma situação como essa. Apesar de que, estamos vendo ações de repressão e censura às expressões artísticas em nome da moral, da religião, numa clara demonstração de conservadorismo: por que, todas as liberdades que levamos anos de luta para conquistar estão sendo ameaçadas pelas "pessoas de bem", que claramente só estão interessadas em manter seus privilégios. E se isto não está acontecendo de forma direta, através dos aparelhos do Estado, está acontecendo de outras formas: através do fundamentalismo, das *fake news*, do doutrinamento nas escolas, por exemplo. Sempre através de um conceito de moral enviesado e obscuro. Há, por exemplo, um patrocínio declarado a um tipo de arte alienante que estimula até mesmo o consumo de álcool, e isto parece não incomodar essa "gente de bem". Mas a arte tem, ainda bem, um caráter contestador, político, e neste aspecto, a arte incomoda muita gente. Pelo menos a arte que eu, e muitos artistas, acreditamos e defendemos.

Jhonny Echalar

Você trabalha numa escola, o IFG, com estudantes de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Licenciaturas. Você também tem atuado na Educação a Distância. Em programas anteriores nós conversamos com outros professores do IFG sobre aulas remotas. Você mesmo dialogou com uma professora do IFG sobre o ensino de artes neste contexto da pandemia. Como tem sido a sua experiência com o ensino remoto de artes?

Júlio Vann

Desafiadora, pra dizer o mínimo. Eu já venho trabalhando com Educação a Distância há algum tempo, mas esta experiência que temos vivenciado é muito diferente. É uma situação emergencial. Os nossos estudantes e professores, de modo geral, não foram preparados para realizar o seu trabalho nessas condições. Eu me sinto como se estivesse trocando um pneu com o carro em movimento, tendo que ser também o condutor do veículo... quando eu digo não foram preparados eu vejo isso em amplo aspecto, que vai desde a formação propriamente dita, que vai além da capacitação técnica para o uso de tecnologias, porque esta preparação exige a apropriação destas tecnologias no trabalho pedagógico, compreendendo não apenas as metodologias, mas também o método.

Quanto aos estudantes, fala-se muito em inclusão e exclusão digital, mas o que significa exatamente isso? Também parece se resumir ao acesso, mas também está para além disso. Quando grande parte dos jovens possui um aparelho celular e tem acesso a um pacote de dados, isto não garante a inclusão, porque pode estar apenas sendo consumidor de tecnologias, tornando-se refém da economia de mercado, não tornando estas pessoas menos alienadas, ao contrário. Será que isso é inclusão? Sim, inclusão no projeto de sociedade em que a maioria das pessoas não passa de consumidores.

Ensinar arte no contexto da pandemia tem provocado algumas mudanças metodológicas, do presencial para o virtual, e também no conteúdo, e igualmente das mentalidades. Estou trabalhando remotamente, virtualmente, e o teatro é um fenômeno presencial, por exemplo. Então, tenho trabalhado fundamentos da arte, o que antes era feito com teatro, agora é com o audiovisual. Ok. Isso é possível. Mas não é a mesma coisa. Tem gente dando aula de “teatro” *on-line*, e eu sempre fico imaginando como se trabalha com conteúdos que envol-

vem a psique, a subjetividade... como? Eu me sinto um pouco fora do controle que antes o presencial me concedia, agora os estudantes estão ligados comigo por um fio muito fino que é a conexão da Internet, sobre a qual eu não tenho nenhum controle.

Jhonny Echalar

Júlio, abordando tanto o fazer artístico quanto o ensino remoto da arte, qual tem sido o maior desafio para o trabalho remoto com arte?

Júlio Vann

É difícil falar num desafio que seja o principal. Quando falamos em ensino remoto temos de considerar inúmeras questões, que vão desde o acesso às tecnologias, que é muito desigual, dependendo da classe social das pessoas envolvidas, e este é um aspecto fundamental: sem acesso o ensino remoto não acontece. Mas é preciso considerar outros elementos do trabalho pedagógico, e neste caso, envolve o conteúdo, a transposição didática, a mediação, a interação entre os sujeitos desse processo, as estratégias metodológicas, o ambiente no qual os envolvidos se encontram, a gestão educacional, os recursos financeiros destinados a isto, e até mesmo o estado de consciência de estudantes e professores e as suas subjetividades.

Por exemplo, o que motiva estes sujeitos a participar de um processo educativo, tanto remoto quanto presencial? Estou falando de motivo aqui querendo dizer: o sentido que estes sujeitos dão ao que estão ensinando e aprendendo. E também o que isso significa socialmente.

Numa sociedade capitalista, muitas vezes este "motivo" está relacionado apenas ao fato de que esta ou aquela profissão vai ser ou não rentável para os sujeitos. E sabemos que algumas profissões exigem alto grau de investimento financeiro para sua formação, o que impede muita gente de acessar estas formações.

Então, o principal desafio para mim neste momento é manter ativo este motivo para ensinar e aprender que a falta de contato presencial fragiliza, e nos deixa a todos inseguros quanto ao êxito neste processo. E o segundo, não menos importante, ao contrário: é a garantia da educação como um direito de todos, o que vai envolver diretamente o acesso. Se antes esse direito já estava bastante comprometido, agora vemos o acirramento desta situação. Esta situação pandêmica trouxe à

superfície, o que é bem diferente de ter provocado, o quanto o nosso projeto de educação é excludente e que não condiz com a premissa constitucional da educação como um direito de todos.

Jhonny Echalar

Os artistas têm buscado formas de continuar a realizar os seus trabalhos no modo remoto, se adaptando à realidade objetiva e histórica que estamos vivenciando. O que isto tem trazido de implicações para a prática artística e para a formação do artista? Incluindo aí a sua experiência pessoal.

Júlio Vann

No cenário atual nós artistas não estamos tendo muitas alternativas: ou adiamos o nosso trabalho para o momento em que esta pandemia esteja superada, tendo novamente abertos os espaços culturais onde atuamos, ou nos adaptamos às condições do momento e realizamos essa transposição de linguagem, no meu caso, do teatro para o audiovisual.

Mas é preciso dizer que há muitas pessoas enfrentando problemas sérios de subsistência, e entre elas muitos artistas. Temos aí a Lei Aldir Blanc que tem como objetivo fornecer um auxílio emergencial para trabalhadores da arte e da cultura. Eu não preciso, mas tem muita gente que precisa, por questão de sobrevivência, como outros tantos trabalhadores que estão desempregados. E já estamos há oito meses parados e a lei ainda está em fase de implementação. Oito meses sem trabalho pra muita gente.

Voltando ao que eu trabalho: eu sou da velha escola que dizia: "teatro filmado não é teatro", então eu estou tendo uma certa dificuldade em aceitar o que estamos fazendo virtualmente como uma forma de teatro. Eu também faço cinema e televisão e não se trata de preconceito com uma ou outra linguagem, mas são distintas.

Nos meus experimentos *on-line*, ao vivo ou gravados, eu tenho buscado desenvolver uma poética visual e sonora que tenha a ver com aquilo que eu tenho me proposto no teatro, me afastando em certa medida do naturalismo, mas não vejo nisso nada de novo, nem que eu esteja reinventando o teatro. Um artista, o Henrique Fontes, disse uma coisa com a qual eu concordo plenamente: um bom texto faz toda a diferença. Texto, aqui pra mim, vem antes, durante e depois da forma, não me basta a visualidade estética, a forma pela forma. Mas esta é uma visão pessoal.

Acredito que no pós-pandemia eu vá continuar com as experiências virtuais porque me trouxe outras possibilidades de expressão, e vou continuar fazendo teatro, porque nada substitui o contato direto com o público. São coisas diferentes, que dialogam entre si, mas não se substituem.

Jhonny Echalar

Júlio, você tem realizado experimentos artísticos nos meios digitais, ministrado aulas remotas, e buscado compreender estes processos no contexto atual. Como isso tem sido para você, como professor, pesquisador e artista?

Júlio Vann

Bem, só essa pergunta daria para matutarmos um programa inteiro. Eu posso dividir as frentes nas quais eu estou trabalhando em quatro: o trabalho com o ensino remoto na disciplina artes (principalmente com estudantes de cursos EJA); o trabalho de experimentação com estudantes, professores e artistas no projeto *Arte de Quinta* (conjuntamente com outros professores de artes do IFG), a proposta de experimento teatral *in live*: *Pra se Dizer a Verdade*, inspirado na obra de Bertolt Brecht e o programa *Matutando*, quando temos buscado fazer uma reflexão sobre a educação, agora no contexto da pandemia. O fundamento de todas estas atividades está no sentido de práxis e de consciência transformadora que tenho buscado conferir ao meu trabalho. Eu costumo dizer que não podemos nos adaptar pura e simplesmente às condições e circunstâncias que se impõem, é preciso manter o estado de indignação, de perplexidade, de vigília, de posicionamento crítico, quer dizer, para mim, é isto, ficar atento e em movimento para não cair na armadilha de que o momento está sendo bom para pensarmos e repensarmos o que estávamos fazendo até então. Nós temos que repensar tudo isso percebendo que este momento não tem nada de bom, porque senão nós vamos naturalizar a morte de mais de 160 mil pessoas. É preciso mergulhar fundo e identificar as causas que levaram a tudo isso, e entender que estas causas são evitáveis. Eu, como artista, professor e cidadão, só vejo uma possibilidade: é não permitir que o "novo normal" se instale como uma consequência natural, porque não há nada de natural ou normal nisso tudo que está acontecendo.

Jhonny Echalar

Nós matutamos com o professor Júlio Vann sobre "Arte em tempos de pandemia", e vimos que mesmo trabalhando com ensino remoto e meios digitais, há desafios e também possibilidades para se explorar quando tratamos das transposições de conteúdos e linguagens do presencial para o virtual, seja no ensino ou no trabalho artístico.

Júlio Vann

Merece agradecimentos a equipe que vem realizando o programa *Matutando*, que eu tenho o prazer de fazer parte e também à TVUFG que tem sido nossa parceira fundamental nessa empreitada! Agradecer as pessoas que estão acompanhando esses diálogos. Falar sobre arte, no contexto atual, é importante, considerando o papel social do artista e da própria arte na formação humana. Fazemos arte porque somos humanos, e é por isso que eu digo: a arte nos humaniza no melhor sentido que isto possa ter, o da empatia.

INDICAÇÕES DE LEITURA

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. *Revista Extraprensa,* [*S. l.*], v. 13, n. 2, p. 7-21, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903. Acesso em: 22 jul. 2021.

CAM. *The Covid Art Museum*. Disponível em: https://www.covidartmuseum.com/. Acesso em: 22 jul. 2021.

FestivalUP. Disponível em: www.festivalup.org. Acesso em: 22 jul. 2021.

CAPÍTULO
18

ESCOLA (COM)CIÊNCIA NA PANDEMIA[1]

Márlon Herbert Flora Barbosa Soares
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

Vivemos um momento *sui generis* em nossas vidas com a pandemia da Covid-19. Tal acontecimento nos coloca a pensar sobre as ações e relações entre homem e natureza, a história natural e a história social, enfim, sobre a Ciência.

O que é Ciência, afinal? Ela sempre foi o que temos e entendemos hoje? Que relações se estabelecem e podem se estabelecer entre Ciência e escola? E como estamos tratando de ambas as situações, de ambos os contextos neste momento em que vivemos, que é o da pandemia?

O programa "Matutando: diálogos formativos", em sua quinta série de diálogos, se propõe a matutar, em seis episódios, que se iniciam hoje, sobre "Pesquisa, Extensão e Formação Humana", explorando as relações e fundamentos desses três conceitos para o ambiente escolar, em especial no contexto da educação em tempos de pandemia.

A realidade que vivemos, em especial no contexto da pandemia da Covid-19, tem colocado em xeque o fazer científico e a escola, seja por falta de conhecimento do papel social de ambas em nossa sociedade, seja porque vemos crescer um discurso que nega o sentido e as atribuições que a ciência possui para a vida social, para a vida humana e para nossa sociedade.

Para falar sobre este tema convidamos o professor doutor Márlon Herbert Flora Barbosa Soares, docente na área de ensino de Química, no Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 20/11/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/Gs1YySgRU1Y

Adda Echalar

Professor Márlon, neste momento temos no Brasil, infelizmente, mais de 168 mil brasileiros mortos pela Covid-19. No mundo, já são mais de um milhão e trezentas mil vidas perdidas para esta doença.

Ainda que o número de infectados e mortos no Brasil esteja caindo, já se iniciou uma segunda onda de contaminação e de aumento do número de mortes em diversos países do mundo, como França, Itália, Alemanha, entre outros. Tais países já voltaram a restringir as atividades sociais e comerciais, tendo que retomar um isolamento mais restritivo, com ações mais ativas, para tentar diminuir o processo de contaminação.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-Goiás) acabaram de emitir resoluções que viabilizam a possibilidade de retorno às aulas presenciais. Isso se deu a partir, em especial, da pressão de muitas escolas privadas, das empresas do campo educacional que alegam perdas financeiras, entre outros fatores. O que o senhor, como pesquisador, cientista e pai pode nos dizer sobre esse retorno às aulas presenciais: isso é seguro e aconselhável?

Márlon Soares

Bom, professora Adda, eu sou contrário. Vamos dividir o pesquisador do pai. O pesquisador é contrário porque é muito claro que a gente não deve se aglomerar em nenhum momento, ainda. Nós não temos informações suficientes sobre essa doença. Quem diz que tem uma grande quantidade de informações sobre a Covid-19 está mentindo. A gente não sabe se a volta é segura. Não tem como saber se a volta é segura. É uma aposta. Foi uma aposta na Europa que deu errado. Muitas escolas tiveram que parar de novo e os meninos tiveram que voltar para casa. Por quê? Às vezes, as crianças e os adolescentes estavam acometidos pelo vírus e eles disseminavam para os professores.

As principais vítimas de uma volta à escola não são, necessariamente, os estudantes, não são necessariamente as crianças e os adolescentes, são os professores. Às vezes, as crianças e os adolescentes, eles são assintomáticos, e disseminam para o professor.

Eu, como pai, não permito que a minha filha volte. A minha filha não irá voltar sem que exista um mínimo de segurança para ela e para os professores. O meu filho, ele estuda na UFG, na escola básica da UFG.

E a UFG não vai voltar presencialmente. Mas, de qualquer maneira, a minha filha, que estuda numa escola privada, não irá voltar pra escola, pois eu entendo, como pesquisador e defensor do conhecimento científico, que não é o momento de as crianças e dos adolescentes estarem na escola.

Entendo que as pessoas têm que procurar compreender que não é possível controlar as crianças dentro de uma escola, não é possível pedir pra uma criança não tocar na outra. Não é possível pedir pra uma criança não tocar em sua própria boca, não tocar no seu cabelo, não tocar nas carteiras, não tocar nas maçanetas.

Logo, eu sou contrário, como pesquisador e como pai, mas principalmente como pesquisador e defensor do conhecimento científico que é claro em dizer que não temos informações e muito menos segurança suficientes para que a gente possa voltar a fazer aglomeração. Por que houve um aumento de casos nos últimos dias? Porque as pessoas estão cansadas, e elas começam a relaxar, e tendem a sair de casa e se aglomeram. O resultado disso é obviamente o aumento no número de casos e de mortes. Importante observar que esse aumento não é necessariamente ligado a uma segunda onda do vírus. É ligado ao relaxamento e a aglomerações desnecessárias.

Dessa forma, é muito importante que quem puder fique em casa, não se aglomere, nós não conhecemos absolutamente essa doença.

Adda Echalar

Vivemos tempos complicados, de ficar em casa, de ter que fazer esse isolamento e ainda temos todos esses contextos a pensar.

Falando da nossa classe, a classe docente, esta não teve que voltar a trabalhar, porque ela nunca parou. Nós sempre vivemos, historicamente, uma sobrecarga de trabalho, associada à baixa remuneração. Infelizmente, isso é uma constante na trajetória de nossa categoria profissional. Em tempos de pandemia, isso no mínimo triplicou, ficou ainda mais complexo, pois as condições de trabalho se tornaram ainda mais precárias, o controle e o assédio mais intensos pelo empregador, com situações muito estressantes, que resultam em aumento expressivo das doenças mentais e físicas na nossa profissão.

No campo da Educação Superior, além do ensino, que já nos toma uma carga horária imensa, há um desgaste maior porque ainda temos pesquisa, extensão e gestão. Como pensar a pesquisa e a exten-

são quando não vivemos uma normalidade? Os sujeitos estão doentes, mas temos aí diretrizes que nos dizem: temos que fazer, como se não estivéssemos fazendo. O que é que o senhor pode nos dizer sobre isso?

Márlon Soares

Eu entendo que você foi muito feliz ao dizer que as pessoas acham que a gente parou. Professor está em sua casa, parou, não está trabalhando. O que eu tenho sentido nos últimos meses, como profissional do nível superior, como pesquisador e como sujeito da extensão? Nós triplicamos a quantidade de trabalho.

A sensação que eu tenho é que eu estou trabalhando três vezes mais, dentro da minha casa, do que eu trabalharia normalmente na universidade, porque a quantidade de reuniões aumentou muito, bem como as demandas relacionadas ao nosso trabalho na universidade. É que as pessoas estão entendendo assim: o cara está em casa, está mais tranquilo, agora ele pode fazer mais isso. Dessa forma, aumenta-se a carga de trabalho. Isso, no nosso caso. Mas eu não posso deixar de falar aqui, antes de continuar, dos nossos colegas do Ensino Médio.

Quero destacar o trabalho fenomenal que fazem os nossos colegas no Ensino Médio com todas as dificuldades e com o fato de eles não terem apoio no que se refere à Internet, ao apoio por parte do governo estadual, para que possam trabalhar adequadamente a partir de suas próprias casas. Não há efetiva inclusão de todos os alunos do Ensino Médio. Qual é o alcance dos meninos do Ensino Médio na escola hoje? Acho que não chega a 50% dos estudantes na sala de aula. Nós alcançamos mais dentro da universidade. Alcançamos uma porcentagem muito maior, principalmente na Pós-Graduação. Na Graduação é próximo a 90%. Mas os colegas do Ensino Médio estão fazendo um trabalho espetacular, apesar de não terem o apoio necessário dos nossos governantes para que possam trabalhar adequadamente a distância.

Por outro lado, apesar de ter aumentado bastante o nosso nível de trabalho, a minha preocupação não é nem com o nível de trabalho, no nosso caso, com nossos alunos de Graduação e Pós-Graduação, o que me preocupa é a ansiedade que é gerada por vivermos numa pandemia e termos de trabalhar em alguns aspectos relacionados à pesquisa e à Graduação, a distância ou sempre o devido encontro, com as pressões que acontecem dentro da sua própria casa.

Que tipo de pressão? Ora, os nossos estudantes têm pai, os nossos estudantes têm mãe, os nossos estudantes têm esposa, marido e filhos. Esses filhos também estudam, os filhos mais velhos também trabalham. Essas pessoas têm marido e/ou esposa que trabalham em outros momentos, que também têm de estar fazendo trabalho remoto. É uma quantidade de coisas tão grande nessa pandemia, que gera uma ansiedade tão grande que se a gente não tiver o devido equilíbrio para entender o outro lado, isso também pode nos afetar inclusive como profissionais.

Temos que buscar um equilíbrio entre trabalhar nesse período e fazer o devido trabalho com os outros que dependem da gente, por exemplo, os nossos alunos de Mestrado, nossos alunos de Doutorado, nossos alunos de iniciação científica. Até mesmo com as questões relacionadas à extensão. Que tipo de extensão é possível fazer num período remoto? Esta entrevista, por exemplo, é um tipo de extensão que é possível fazer num período remoto. Mas ela alcança de fato todas as pessoas? Conseguimos atingir todos os públicos que poderiam ser contemplados com essas informações? Então pensemos, para ficarmos menos ansiosos e mais equilibrados.

Adda Echalar

Essa temática movimenta muito o nosso fazer profissional. Além de tudo isso, professor Márlon, a escola, a pesquisa, a extensão, vivem, nos últimos anos, o avanço da onda conservadora por meio de dogmas religiosos. Aliados a isso, temos o corte de verbas para a educação pública e a propagação massiva das *fake news.*

Temos uma crise em larga escala no nosso país: política, econômica e educacional, dado o contexto em que vivemos e as nossas escolhas. Fala-se absurdos por aí sobre "professor doutrina", há o crescimento do movimento antivacina, o projeto Escola Sem Partido, a ampliação do processo de militarização das escolas públicas, etc. Muitas questões que têm impactado o professor e o projeto de formação humana.

Sabendo que o senhor é um estudioso sobre as relações entre Ciência e religião, o que o senhor pode nos falar do lugar da escola, da Ciência, do lugar da religião em processos formativos, em especial quando se busca emancipar nossa sociedade?

Márlon Soares

Professora Adda, a primeira coisa que eu gosto de diferenciar, sempre, é religião de pseudociência. A religião, na maioria das vezes, não quer se utilizar da Ciência para se fazer existir ou se confirmar. Já a pseudociência necessita utilizar a Ciência para se fazer valer, para se validar. Por exemplo, a astrologia. Ela utiliza vários conceitos e ideias oriundas da astronomia para se validar. A homeopatia utiliza inúmeros conceitos e teorias da ciência Química para convencer as pessoas.

Já a religião, ela é detentora de verdades absolutas, ela não quer saber de verdades transitórias. A religião diz: existe um Deus, pronto, não tem discussão. A Ciência trabalha com verdades transitórias, que mudam a cada momento. No Brasil é muito comum as pessoas escolherem fazer curso de Química, de Biologia ou de Física e serem religiosas. É uma realidade que nós vivemos. Não quer dizer que a partir dessa escolha, pronto, agora o estudante irá se tornar ateu. Isso não existe.

Como ele vai fazer, e como podemos lidar com isso? Alguns pesquisadores dizem que é possível pensar em magistérios não interferentes, ou magistérios independentes. Partindo do fato de que o sujeito pode manter a sua fé, desde que sua fé seja mantida na sua comunidade, no seu ambiente de lar. Uma vez que ele esteja na escola, uma vez que ele esteja na academia, o magistério é o das ciências.

Nesta perspectiva um professor de Química ou um professor de Biologia deve defender na escola o conhecimento científico. Um professor de Química, de Física ou de Biologia ou qualquer professor não deve fazer orações antes de cada aula quando está dentro da escola, não deve fazer orações na sala dos professores antes da aula, porque a escola é laica, a academia é laica. Ser laico não é ser ateu, mas logicamente, também não é ser religioso. O problema é que, às vezes, a religião se confunde em alguns aspectos, de forma imbricada, com a pseudociência. Ou seja, dentro da religião se prega a questão do anticientificismo, a anticiência.

O que é a anticiência: "Não, a vacina não dá certo". "A vacina não funciona". "O homem não foi à Lua". "A homeopatia funciona". Porque em muitos casos, dentro da própria pseudociência, a questão é de fé – você acredita ou não naquilo. Por isso, às vezes entendo que em alguns momentos há uma relação próxima entre a religião e a pseudociência. Às vezes elas são independentes, mas às vezes elas são imbricadas.

Este momento que a gente está vivendo, é muito característico de um momento em que as pessoas não têm pensamento crítico. O que leva à falta de pensamento crítico?

A falta do pensamento crítico está relacionada à ausência de leitura, incentivada ou não por governantes malucos que dizem que basta você ouvir e ler o que está em redes sociais, e estar em redes sociais. Temos que entender que precisamos ler mais. Ler, não é ler Internet, não é em rede social, não é ler *post* de *Facebook*. É ler literatura, todos os tipos de literatura, todos os tipos de conhecimentos, desde os conhecimentos científicos até os filosóficos, artísticos, literários, para que o sujeito tenha pensamento crítico, para que não caia em armadilhas de anticiências, por exemplo: a vacina não funciona. Por que é que o sujeito acredita que a vacina não funciona? Informações equivocadas, devidas a uma má formação científica relacionada a uma grande ligação entre Ciência, anticiência, pseudociência e religião.

Adda Echalar

Professor Márlon, o senhor já coordenou um projeto vinculado ao programa "Ciência na escola" e está com outro projeto ativo junto aos colegas do PPGECM da UFG. O atual projeto é intitulado "PPGECM e o sábado aberto: lazer e divulgação científica em escolas públicas no Estado de Goiás". Além disso, o senhor tem também um espaço virtual, junto com outros colegas professores, com discussões em formato de *podcast,* uma forma de transmissão de arquivos multimídia, de áudio pela Internet.

Gostaria que nos falasse sobre esses espaços (Ciência na Escola e EnsineCast) como ações de combate às *fake news*, à pseudociência, à lógica obscurantista para nossa sociedade. É necessário falar e pensar a escola "comCiência"?

Márlon Soares

Professora Adda, precisamos ir à comunidade. Necessitamos de ir à comunidade. A universidade precisa ir à sociedade. E ela faz isso de diversas maneiras, por exemplo, o Matutando, o EnsineCast, que enriquece outros programas como o Ciência na Escola. O que é que a gente faz? A gente vai à escola, conversa com os alunos e professores no sábado, transforma a escola num ambiente diferente – de lazer, em que há experimentos, há jogos e há Ciência.

Nós precisamos nos comunicar com os jovens, mostrar para os jovens o quanto a Ciência é interessante. Sabe por quê? Porque os *youtubers,* que são anticientíficos, sabem se comunicar com os adolescentes de uma maneira extremamente atrativa, mas grande parte das vezes com informações erradas. Nós precisamos estar na comunidade, nós precisamos estar na escola como pesquisadores que somos para combater essas informações equivocadas, por meio da Ciência, das informações científicas corretas. E transformando a escola em um ambiente de lazer, de ludicidade, fazendo com que os alunos se sintam à vontade com a Ciência. Esse é o objetivo do Ciência na Escola, do sábado aberto na escola.

Tornar a Ciência lúdica, tornar a Ciência divertida, tornar a Ciência atrativa para esses jovens que são atraídos por pseudocientistas, por pessoas anticientíficas que os enganam em vídeos do YouTube. Agora, eu defendo que a universidade como um todo faça isso, não só nós da área de Ciências, todos os pesquisadores devem voltar à comunidade e fazer com que a Ciência seja mais atrativa.

INDICAÇÕES DE LEITURA

CUNHA, Luiz Antônio. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Educação & Sociedade,* v. 39, n. 145, p. 890-907, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101--73302018000400890&lng=en&nrm=iso

DUARTE, Newton; SANTOS, Silvia Alves dos; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. *Revista Eletrônica de Educação.* Dossiê: Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil, v. 14, p. 1-18, jan./dez. 2020. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4542/1068

ENSINECAST. *Um podcast sobre ciência e educação.* Disponível em: https://ensinecast.wixsite.com/website

CAPÍTULO
19

INCLUSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA[1]

Sandra Regina Longhin
Daniela Rodrigues de Sousa

Nestes tempos de pandemia, professores e alunos estão enfrentando diversos obstáculos para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem. O ensino *on-line* colocou em evidência as diferenças de oportunidade já existentes que atingem crianças, estudantes e professores de diferentes classes sociais. No contexto atual, como pensar a inclusão na educação brasileira? Em relação aos que possuem necessidades especiais, têm sido pensadas ações inclusivas específicas para a situação pandêmica? É possível incluí-los nas aulas remotas?

Daniela Rodrigues

A pandemia nos impôs o isolamento e o distanciamento social. Historicamente, pessoas com necessidades educativas especiais lutam para ocupar seus espaços e terem seus direitos atendidos, incluindo o direito a uma educação que possua qualidade social e acadêmica, uma vez que a Constituição Brasileira garante a todos o direito à educação. Para matutarmos sobre este tema, convidamos a professora Sandra Longhin. Estamos muito gratos por sua presença aqui conosco. Seja bem-vinda.

Sandra Longhin

Sou eu quem agradece o convite, é sempre um prazer imenso poder dialogar sobre a inclusão, em especial sobre a inclusão no espaço escolar, seja no Ensino Básico ou no Superior, pois precisamos trazer à tona esta questão, colocar foco na inclusão, potencializar as pesquisas na área e refletir sobre as que já foram produzidas, precisamos ampliar os espaços de discussão, agregar os interessados neste tema.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 27/11/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/1mEg19zDvyY

Daniela Rodrigues

O ensino remoto imposto em virtude da pandemia da Covid-19 expôs a situação de exclusão digital de grande parte da população. Mais do que isso, deixou evidente o abismo social que se concretiza não só na vocação excludente da educação, mas em diferentes dimensões da sociedade. Sandra, vivemos em uma sociedade excludente? Nesta situação de pandemia quem se encontra mais excluído?

Sandra Longhin

Acredito que neste momento podemos afirmar que todos estamos passando por alguma situação de exclusão, eu mesma estou excluída da sociedade, estou reclusa em casa, encontrando meus alunos virtualmente. Pensar a inclusão é retomar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que nos coloca um conjunto de direitos inerentes a todos os seres humanos. Nela encontramos a afirmação de que "toda pessoa tem direito à educação", logo a educação é um direito fundamental para todos.

Passados 42 anos da DUDH, em 1990, em Jontien, na Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos. A educação na época apresentava graves deficiências, logo era necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, além de possibilitar o acesso a todos, a educação deveria estar universalmente disponível.

Nesse momento, 1990, já se reconhecia que uma Educação Básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e como consequência a formação científica e tecnológica, possibilitando se alcançar um desenvolvimento autônomo do indivíduo e que só a educação proporciona às gerações presentes e futuras uma visão abrangente, o que possibilitaria o enfrentamento dos desafios do século 21 que se aproximava.

Após quatro anos, em 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha. Essa Conferência contou com a participação de delegados de 92 países, o Brasil estava entre eles. Nessa Conferência foi elaborado um documento de consenso mundial com orientações para a educação das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

Este documento é a conhecida Declaração de Salamanca, que apresenta os Enquadramentos de Ações, que estabelece Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais,

inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de promover "escolas para todos", estabelecendo que estas escolas inclusivas são responsáveis pela educação de todos, de forma a respeitar as diferenças, apoiar a aprendizagem e responder adequadamente às necessidades individuais. A Declaração de Salamanca se constitui em uma importante contribuição à Educação para Todos e à criação de escolas com maior eficácia educativa e não podemos esquecer que o Brasil é signatário desta Conferência.

Ao não reconhecer as ações propostas na Declaração de Salamanca, enfatizamos a diferença como um obstáculo à aprendizagem e não como um atributo, a diferença não impede a aprendizagem, muito pelo contrário, ela permite que todos aprendam, porque todos somos especiais, todos possuímos habilidades específicas que devem ser desenvolvidas, devemos fortalecer as potencialidades e não as desvantagens, devemos associar ao processo de ensino um modelo positivo, que valoriza as habilidades e suas vantagens.

Esse ano de 2020, com a crise sanitária, foi possível ver quem são os excluídos: quem não enxerga, quem tem baixa visão, quem não ouve, quem tem dificuldade de mobilidade, quem é do grupo de risco, quem não tem computador, quem não tem *smartphone*, quem não tem acesso à Internet, quem não tem com quem deixar os filhos para trabalhar, quem não tem espaço em casa para assistir aula, que não tem apoio para realizar suas atividades escolares, enfim, nos sentimos excluídos ainda por não acessar as informações, ter de enfrentar o transporte coletivo, não conseguir comprar alimentos básicos.

Além disso tudo, vivendo este momento de ensino remoto me deparei com a necessidade dos livros impressos; sem os que tenho em casa não poderia preparar minhas aulas. Aí fico imaginando: Como os alunos acessaram o conhecimento sem a possibilidade de acesso à biblioteca? Temos muito material disponível na Internet, mas não temos tudo, e se não tenho Internet? Quantas escolas disponibilizaram material impresso aos alunos? Este momento está exigindo que realmente pensemos no significado da exclusão/inclusão.

Daniela Rodrigues

Somos muitos os excluídos! Sua fala evidencia que falar de inclusão vai muito além de falar de pessoas com necessidades especiais. Todos são afetados pela pandemia, mas os impactos são percebidos mais por uns do que por outros. À medida que a Covid-19 se espalhou,

foram expostas as fraturas existentes nos sistemas de saúde, econômico, político, cultural, e, também, no educacional. As escolas brasileiras estão preparadas para realizar a inclusão? E afinal, o que é uma escola inclusiva?

Sandra Longhin

A estrutura física da escola deve ser adequada ao local onde se localiza, se estamos em um local quente como o Centro-Oeste, ela não pode ter salas feitas de placa de concreto, telhado de zinco, com pouca ventilação, não aproveitando a luz natural, etc., o conforto térmico e acústico é necessário para a realização da aula, são necessários investimentos públicos. Para que uma escola seja considerada inclusiva ela deve permitir acesso a todos os alunos e professores, a escola não pode estar "excluída da sociedade", não poder ser um espaço acessível para poucos.

Precisamos de rampas, salas amplas, laboratórios claros, ventilação adequada, salas com acústica adequada para ensino de música, por exemplo, quadras esportivas com piso próprio para a prática de esportes, salas de estudo, etc. Incluir requer que seja possibilitado o acesso a todos, superando as barreiras físicas e atitudinais, todos os atores da escola devem saber qual seu papel no ensino, seja ele um porteiro ou um professor.

A escola deve possuir espaços físicos e mobiliários devidamente projetados para atender aos alunos, abrir o diálogo com a comunidade de forma a permitir que um aluno com necessidades educacionais especiais adentre ao espaço escolar promovendo a aprendizagem de toda comunidade escolar, potencializando as relações sociais.

Na mídia já vimos comentários sobre o problema de pessoas altas viajarem de avião por não terem espaço para as pernas, o que não difere das escolas, o modelo das carteiras não atende ao biotipo de muitos alunos, menos ainda dos cadeirantes.

Quando observamos com detalhes os espaços escolares, podemos concluir que todos somos excluídos, eu mesma fico cansada porque meus pés ficam no ar, não alcançam o chão, o que é desconfortável, prejudica a minha aprendizagem, com o tempo vou sentindo dor nos joelhos, aí mudo de posição o tempo todo, o que é interpretado como "hiperatividade", pois não "paro quieta na carteira".

Para mim uma escola verdadeiramente inclusiva, em seus aspectos físicos e pedagógicos, é aquela que possibilita que todos aprendam, aprendam a valorizar seu potencial, suas habilidades individuais, aprendam com a diferença, não entendo que devemos estar em espaços isolados porque somos diferentes, pelo contrário, necessitamos estar juntos.

Um destaque que gostaria de trazer é a questão da Libras. Se Libras um meio legal de comunicação e expressão no Brasil, por que não aprendemos na escola? Por que não me é possibilitado desde a infância o conhecimento que permite que me comunique por Libras com as pessoas surdas ou ainda surdo-cegas? Esta situação para mim é uma forma de me excluir e excluir os surdos e surdo-cegos da sociedade.

Uma escola para todos não favorece apenas os estudantes com necessidades educacionais especiais, todos são beneficiados, pois assim a sociedade estará retratada dentro da escola, a escola não será um espaço de exclusão.

Daniela Rodrigues

Segundo a professora Sandra Longhin, a inclusão envolve aspectos muito mais complexos do que oferecer, para crianças e alunos com necessidades especiais, uma vaga na escola regular. Podemos perceber claramente que a escola inclusiva beneficia tanto os estudantes com necessidades especiais quanto os demais. Vimos, também, que a questão da inclusão vai além dos muros institucionais, envolvendo toda a sociedade. Como integrar escola e comunidade em ações inclusivas de extensão? Como a escola pode incluir a comunidade e vice-versa?

Sandra Longhin

Precisamos entender que a comunidade não deve ser chamada somente para a "festa junina" da escola, que devemos promover momentos de integração, potencializar a Associação de Pais e Mestres, por exemplo. A escola não deve se resumir ao limite de seus muros, se isolar da sociedade como se fosse um espaço para poucos, quando falo aqui de escolas estou falando de todas as Instituições de Ensino, básico ou superior.

Nas palavras de Paulo Freire, "O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros".

A Unicef ressalta com muita propriedade que as pessoas com necessidades educacionais especiais podem ser agentes de mudança e de autodeterminação, e não meros beneficiários de caridade; que suas vozes devem ser ouvidas e merecem atenção na elaboração de políticas e de programas educacionais.

Precisamos, enquanto instituições de ensino, agir junto a sociedade para mais que nos aproximarmos dela, aprender com ela, precisamos de ações de extensão e pesquisa, temos os exemplos das pesquisas e ações desenvolvidas pelos alunos do Programa de Pós-Graduação MPECM/IFG de Jataí, atuamos em escolas, asilos, associações de pessoas especiais, universidade aberta à terceira idade; promovendo encontros que valorizam o saber de todos, nos integramos de forma a levar o que sabemos e buscar aprender com eles o que não sabemos e pelos alunos da PUC-Goiás atuamos no Projeto Ciranda, Química Mambembe, Jornada da Cidadania, preparação para o Enem, temos o Pibid e desenvolvemos pesquisas a nível de Iniciação Científica (IC). Conviver com pessoas com necessidades especiais possibilita aprender a se colocar no lugar do outro, a entender o que é empatia, precisamos formar professores com este olhar, ações de extensão são fundamentais nesta formação.

Dessa forma entendemos que a inclusão é para todos, pois todos somos especiais de alguma forma, precisamos envolver a sociedade nesta construção, inclusive os idosos, participando de ações com a comunidade acadêmica, socializando todo o conhecimento aprendido em uma vida, temos muito o que aprender com as gerações anteriores a nossa.

Daniela Rodrigues

É muito bom saber que é possível realizar articulações tão saudáveis entre a escola e a comunidade! Vamos pensar agora no retorno às aulas presenciais. Como conversamos anteriormente, a pandemia nos alertou para problemas preexistentes na sociedade em geral e na educação em particular. Como vamos voltar para a escola? O que mudou ou o que deveria mudar com o retorno?

Sandra Longhin

O momento será de construir um “novo normal”, com muita reflexão sobre o que estamos vivendo, a volta às aulas presenciais ainda é incerta, talvez passemos por um momento de ensino presen-

cial/remoto, os professores e os alunos precisam ser ouvidos, só assim construiremos este retorno, espero sinceramente que seja bem diferente do antigo "normal".

O momento pede que sejamos solidários, que o MEC seja solidário com os professores, que adote políticas públicas que promovam a formação continuada de professores de forma a fortalecer a aprendizagem de metodologias aliadas a novas tecnologias, construindo outras possibilidades do fazer escolar no nosso dia a dia.

Este momento nos fez refletir muito, e ainda assim olhamos pouco para as populações nômades, circenses, para os acamados, hospitalizados, encarcerados, enfim, para os que não acessam a escola ou ainda quando acessam, não conseguem se manter nela, são excluídos.

Que espaço escolar é necessário para o "novo normal", pós-pandemia? Todos terão acesso à Internet de qualidade, dentro ou fora da escola? São questões que precisam de respostas.

Daniela Rodrigues

É verdade. No dia 30 de outubro deste ano foi lançada pelo MEC a Política Nacional de Educação Especial. Esta é uma medida que tem recebido críticas de pessoas e entidades que lutam pelos direitos das pessoas com necessidades especiais. Alguns argumentam que ela abre precedentes para a segregação. Para você, como se configura esse momento para a educação inclusiva e o que podemos fazer para a construção de uma escola inclusiva, no sentido amplo que nos mostrou aqui?

Sandra Longhin

Para mim a escola deve ser um espaço para todos, onde todos estejam incluídos, entendo que a escola especial segrega, precisamos possibilitar a convivência com o diferente se queremos uma sociedade que valorize a diversidade, que entenda que, como destaca Carlos Skliar, "... as diferenças existem, fazem parte da natureza humana e para elas devemos estar dispostos".

No Brasil temos legislação que atende às questões da inclusão, precisamos que elas sejam cumpridas. Quanto ao Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, precisamos nos debruçar sobre o texto com atenção, me preocupa a expressão "preferencialmente" quando se refere a oferecer acesso escolar na rede pública. Entendo que a rede deve obrigatoriamente

oferecer acesso ao ensino às pessoas com necessidades educacionais especiais, porém não podemos nos dividir nesta hora, precisamos continuar lutando por uma escola pública para todos, para que os professores tenham formação adequada, para que a escola tenha espaço físico adequado, para que haja aporte financeiro que atenda a esta necessidade, que a educação seja entendida como investimento e não custo.

Digo sempre aos meus alunos que acredito que uma escola para todos é aquela que possui além de salas de aula, biblioteca, laboratórios diversos, quadras, piscina, auditórios, espaços de convivência, sala de dança, de jogos, de leitura, enfim, um lugar onde após uma semana de atividades, quando chega sexta-feira no final da aula os alunos já estejam imaginando o que vai acontecer de diferente na próxima semana, que estar na escola é melhor do que fora dela, que o final de semana seja contando os minutos para segunda-feira chegar e voltar para a escola.

INDICAÇÕES DE LEITURA

MARQUES, Anahê Netto Leão. *Terminologias no ensino de química para surdos em uma perspectiva bilíngue.* 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, *Campus* Jataí, 2014.

SOUZA, Regina M.; GALLO, Sílvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões sobre a paradoxal exclusão do outro. *Revista Educação & Sociedade*, a. XXIII, n. 79, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/v7B7YChmSTphsGLW5zMqxzP/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20partir%20dessa%20hip%C3%B3tese%2C%20podemos,desejada%20quanto%20temida%20ou%20perturbadora

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394

CAPÍTULO
20

MOVIMENTO SOCIAL E COVID-19: EDUCAÇÃO, REDES E TECNOLOGIA[1]

Rafael Saddi Teixeira
Jhonny David Echalar

No contexto de uma crise, seja ela social, econômica, sanitária, populações mais pobres e socialmente vulneráveis tendem a ser mais afetadas, pelas desigualdades já existentes e, ainda, pela possibilidade de ampliação de tais desigualdades. Como instrumento de luta pela garantia dos direitos humanos, os movimentos sociais ocupam papel importante neste contexto.

Como os movimentos sociais foram afetados e têm atuado perante os desafios impostos pela crise pandêmica?

Jhonny Echalar

Temos observado ao longo de nossos programas como a pandemia da Covid-19 tem afetado os diferentes setores da sociedade. Esta pandemia se configura como uma das maiores crises da humanidade na contemporaneidade, afetando os sistemas sociais, econômicos e políticos. Grande parcela da população, em contextos ditos "normais", já não tem acesso adequado aos sistemas de saúde, segurança, cultura, educação e assim por diante. Quando por algum motivo há o desmoronamento destes sistemas, as decisões dos governos podem ser individualistas, carregadas de morosidade político-burocrática, resultando no agravamento dos problemas enfrentados por esta parcela da população, em situação de vulnerabilidade social.

Neste cenário ocorrem janelas de oportunidade para o desenvolvimento de sistemas de auxílio mútuo, com a mobilização de redes colaborativas já estabelecidas entre movimentos sociais e para ocupar o

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 4/12/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/4uHmQrKxa4w

espaço deixado pelo governo e pelo Estado, observamos a organização voluntária da sociedade civil em redes colaborativas já existentes ou criadas para amparo aos grupos sociais prioritários em assistência social.

Sobre o impacto da pandemia nos movimentos sociais, convidamos para matutar conosco o professor Rafael Saddi. Graduado, mestre e doutor em História, docente na UFG e pesquisador sobre a relação entre Educação e Movimentos Sociais.

Rafael Saddi

É um enorme prazer estar aqui na TVUFG mais uma vez e poder participar desta grande iniciativa que é o programa Matutando. Especialmente, quero agradecer pela oportunidade de discutir um tema tão atual e tão relevante.

Jhonny Echalar

Nós gostaríamos de discutir um pouco sobre o modo como a pandemia impactou os movimentos sociais. Mas, antes disso, é importante compreender: O que são movimentos sociais? Ou, o que você entende por movimentos sociais?

Rafael Saddi

Há uma vasta bibliografia sobre os movimentos sociais, e eu gostaria aqui de apontar três características, entre muitas outras, que eu gostaria de evidenciar, aqui, na definição que tenho de movimento social. A primeira delas é a referência a um grupo social, ele é sempre o movimento de um grupo. O movimento social não existe sem um grupo social específico que antes de se organizar está unido por algumas características ou condições. Podemos falar, por exemplo, do movimento de mulheres, do movimento negro, dos movimentos dos sem-terra, sem-teto, do movimento de catadores, do movimento da população de rua, ou ainda dos diferentes movimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, e muitos outros povos e comunidades deste imenso e diverso Brasil. Ou seja, sempre há um grupo ou povos, como são as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas... sempre há um grupo social como referência.

A segunda é o fato de estes grupos sociais ou povos que se organizam em movimentos serem grupos ou povos que estão colocados, de algum modo, em situações de exploração ou de opressão, quer dizer, esse grupo social se encontra em certa condição de opressão, ou de

exploração, ou que esse grupo de pessoas que enfrentam uma condição comum e precisa lutar por isso. Um movimento social se forma sempre a partir da organização destes grupos visando a superar estas condições.

A terceira é o fato que o movimento social implica uma determinada organização, uma estrutura criada de forma mais ou menos permanente. Uma certa estrutura organizativa que faz o movimento. Ele é diferente de uma movimentação. Essa caraterística distingue, portanto, uma movimentação social de um movimento social. A movimentação social dos entregadores de aplicativo, por exemplo, ocorreu sem a existência de um movimento, de uma estrutura orgânica claramente definida. Aqui temos uma diferença entre a movimentação espontânea, que não pode ser entendida como organização, mas que essa organização não implica a constituição de uma estrutura permanente, e a ação organizada, preparada, planejada e encarnada em determinadas estruturas organizativas.

Esses grupos que se encontram nessas condições de opressão, ou de exploração, eles se movimentam o tempo inteiro, e às vezes, eles constroem uma estrutura organizativa permanente que são conhecidos como movimentos sociais.

Essa organização dos grupos sociais, categorias de trabalhadores ou povos tradicionais não tem como se desvincular da movimentação destes grupos e povos. Os grupos e povos, como dissemos, atuam, se movimentam independentemente de seus movimentos. Um movimento precisa se ancorar nesta movimentação espontânea, podendo inclusive tentar freá-la ou pode, ao contrário, potencializá-la.

Jhonny Echalar

Professor, você desenvolve diferentes projetos de extensão com trabalhadores marginalizados e em situação de grande vulnerabilidade social, os catadores de materiais recicláveis, ou seja, está literalmente no olho do furacão causado pela Covid-19. A função social destas atividades por vezes é desconhecida e, consequentemente, desvalorizada. Fale conosco sobre este projeto.

Rafael Saddi

Na verdade, são vários projetos que serão unificados em um Programa de Extensão, chamado, a princípio, de Aceleradora Social da UFG. Trata-se de uma proposta construída junto com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Goiás e com a Central de Cooperativas de Reciclagem de Goiás (CECOOREG).

O objetivo desse programa, que reúne vários projetos, é possibilitar a identificação, junto com os catadores, de problemas e necessidades vivenciadas pela categoria, e são milhares, e desenvolver projetos, vários projetos, para lidar com estes problemas. Eu não vou dizer "resolver'', porque alguns desses problemas são estruturais, exigem uma mudança estrutural que um projeto de extensão não é capaz de cumprir.

Eles podem se referir às diferentes áreas da vida do catador, trabalho, educação, meio ambiente, saúde, moradia, etc.

Grande parte do trabalho, até agora, tem sido o de fornecer assessoria técnica para as organizações de catadores. As cooperativas de catadores e o Movimento dos Catadores convivem com diferentes ações das prefeituras. Grande parte destas ações vem por meio de documentos técnicos de difícil compreensão. Além disso, os catadores são bastante pressionados pela lógica burocrática do Estado que exige uma imensa lista de regularização da situação das cooperativas de modo que sem isso não conseguem efetivar nenhum dos seus direitos ou conquistas.

Então, o Movimento Nacional em Goiás e a Central de Cooperativas têm solicitado esse apoio técnico. Análises e tradução de projetos dos governos, elaboração de planos emergenciais, auxílio técnico na regularização da situação das cooperativas, na elaboração de atas, estatutos, ofícios. Um conjunto de atividades, normalmente relacionadas à escrita formal, que os catadores precisam de apoio técnico para poderem efetivar.

Tudo isso é feito em conjunto com os catadores, respeitando a noção de que quem vive diariamente aquela realidade são os próprios catadores. São eles que precisam dizer o que acham, o que querem, o que pensam, e como resolver tal ou qual problema. O nosso esforço é assim de tradução dos documentos técnicos aos catadores e das propostas deles em documentos técnicos exigidos.

Um dos projetos que considero um dos mais importantes, porque foge da lógica meramente burocrática imposta ao sistema de cooperativismo, é o Projeto Catador com Ensino Médio.

Ele teve de ser interrompido logo no início, porque seu começo coincidiu com a pandemia no Brasil, mas estamos nos organizando para retomá-lo em 2021, se a situação pandêmica nos permitir. Esse projeto lida com o problema da exclusão educacional histórica dos catadores.

Grande parte deles não possui Ensino Fundamental e Ensino Médio. Então o projeto consiste na instalação de salas de aula em comunidades onde residem os catadores para que eles possam voltar a estudar através do estímulo de se prepararem para a prova do Encceja.

Todo brasileiro com mais de 18 anos pode prestar a prova do Encceja para o Ensino Médio e se for aprovado pode ganhar a titulação. Com isso, podem se encaminhar para uma nova luta, o ingresso nas universidades. Esse é um sonho, um desejo, de muitos catadores. Poder ter acesso à educação em geral, inclusive à educação superior.

Jhonny Echalar

Após o início das determinações de quarentena e isolamento social alguns temas sobre a mobilização da população tiveram visibilidade nos meios de comunicação. Um desses temas é a reorganização dos movimentos sociais e a mobilização de grupos especificamente neste período de pandemia. Como você vê esse movimento, essa reorganização, e como podemos avaliar o impacto da pandemia diretamente nos movimentos sociais?

Rafael Saddi

Compreender os movimentos sociais durante a pandemia exige compreender o modo como ela afetou as bases sociais destes movimentos, formadas por grupos e povos oprimidos, ou explorados.

Podemos dizer que as massas populares brasileiras, os trabalhadores urbanos e rurais marginalizados, em sua maioria não brancos, e os povos de comunidades tradicionais foram os mais afetados pela Covid-19.

Isso se deve, em grande parte, à precariedade de suas condições em todos os níveis: saúde, moradia, a exclusão digital, a falta de acesso à tecnologia, emprego e renda.

Vou me deter aqui na questão econômica. A pandemia produziu uma drástica redução da demanda. Quando as pessoas pararam de circular, pararam de comprar, isto produziu um efeito devastador para os diferentes trabalhadores marginalizados. Nesta crise, a maior parte dos que perderam seus empregos são os indígenas, como aparece nas últimas pesquisas. Se pensar no modo como a pandemia produziu, no seu início, uma redução da economia, da demanda, da circulação das pessoas, as pessoas pararam de comprar e isso produziu um efeito devastador para diferentes trabalhadores marginalizados que atuavam,

por exemplo, na rua, como os ambulantes que ficaram sem poder sair, e sem o acesso da população que deixou de consumir, então ficaram impossibilitados de manter suas rendas.

Os catadores foram colocados sob a condição de proteger a própria vida e morrer de fome ou arriscá-la e continuar sobrevivendo, mas arriscando a contaminação pelo vírus. No Brasil inteiro várias cooperativas pararam de funcionar.

Como responder a este problema? Morrer de fome ou pelo vírus?

A saída encontrada pelos mais distintos movimentos foi a criação de redes de solidariedade.

Vou dar um exemplo, em Goiás, de como o Movimento dos Catadores respondeu à ameaça imposta pela pandemia a essas pessoas. Essa resposta pode nos dizer muito sobre o papel dos movimentos no momento da pandemia.

Os catadores organizados no Movimento criaram uma campanha de solidariedade. Com esta campanha, conseguiram arrecadar centenas de cestas básicas para os catadores que paralisaram o seu trabalho. Os próprios catadores passaram a organizar viagens por todo o Estado para visitar cooperativas de catadores que estavam em condições mais precárias.

O objetivo principal era o de entregar as cestas básicas a estas famílias. Eles aproveitavam, porém, para se reunir com estas famílias, conhecer as suas necessidades, apresentar o Movimento dos Catadores, convidá-los para se unirem. Por exemplo, um grupo de catadores de uma cidade que não tinha contato com o Movimento das Catadores, passou a ter. Quais eram as necessidades daquele grupo? Discutia e apresentava o que era o Movimento dos Catadores. Explicava a união, a necessidade da união dessa categoria para uma luta por conquista de direitos.

Então, veja aqui: durante a pandemia se criou um conjunto de condições de massificação do movimento dos catadores. O movimento estava reduzido ao Movimento dos Catadores em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Durante a pandemia ele criou laços por todo o Estado de Goiás, através dessa rede de solidariedade.

O princípio “Só o povo salva o povo!” foi posto em prática.

Isto deu forma a uma rede de solidariedade entre catadores que possibilitou um encontro com representantes de 20 cooperativas de catadores espalhados por todo o Estado.

Até então, o movimento estava formado por nove cooperativas concentradas em Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Desse modo, uma iniciativa que era meramente assistencial acabou fortalecendo laços e auxiliando em um processo, se não de massificação do movimento dos catadores, ao menos de criação de um ambiente favorável para essa massificação.

Um outro exemplo é o dos movimentos de sem-teto. A degradação da renda e o desemprego produzidos pela pandemia fizeram com que muitos trabalhadores não conseguissem mais pagar o aluguel. Muitos deles foram morar em ocupações organizadas por movimentos de sem-teto, que antes da pandemia eram 300 famílias, e durante a pandemia passou para 500 famílias, porque afetou a renda desses trabalhadores, fazendo com que eles não conseguissem pagar aluguel. Qual alternativa que eles tinham que estava apresentada na cidade: ocupação de um lugar onde eles poderiam ter um barraco, pra poder morar e poder lutar pelo teto deles.

O que quero dizer com estes exemplos? Que as degradações das condições de vida da população brasileira e ausência de iniciativas do Estado brasileiro produziram impulsos para uma massificação dos movimentos sociais.

Os movimentos se tornaram referência fundamental para uma parte da população brasileira oprimida que se encontrava alheia a estes movimentos. E ele fez isso tendo como fundamento interesses bastante concretos e vitais: a sobrevivência.

Essa situação, entretanto, esbarra em outros problemas. Um deles é a interdição da rua como espaço de pressão. A rua é o lugar de expressão da massa. O Pantera Negra Erdrige Cleaver dizia isso sobre o lumpem proletariado, o negro das comunidades dos EUA. Diferente do proletariado, que organiza o enfrentamento na fábrica, o lumpem se expressa na rua.

A rua, entretanto, com a pandemia foi inderditada, seja por proibição formal, seja pela divisão instaurada de discursos (fique em casa ou anti-isolamento), seja por autocuidado dos próprios movimentos.

Outro problema é a grande exclusão tecnológica das massas populares brasileiras. Isso dificulta a organização do movimento e sua capacidade de massificação.

O lado positivo destes dois problemas está no fato de os movimentos terem se dedicado a atuar em uma área em que antes não conseguiam ter grande atuação. Isso sem dúvida os fez ao menos começar a dominar algumas ferramentas tecnológicas que antes não dominavam.

Por último, o auxílio emergencial desafogou a demanda urgente de solidariedade básica. E isso foi ótimo, porém, somado às dificuldades de se reunirem presencialmente e à defasagem tecnológica das massas populares, isso talvez tenha produzido em médio prazo uma certa estagnação organizacional.

A presença, o olho no olho, o ouvir e ver, o tocar, são elementos fundamentais da cultura das massas populares no Brasil. Elas precisam deste *tête-à-tête* para estabelecer confiança. Localmente, as bases organizadas dos movimentos não tiveram prejuízo, mas um movimento significa uma articulação organizada destas bases que é alimentada por elas e também que as alimenta.

O prejuízo nesta articulação é visível em alguns movimentos.

Então, a transformação provocada pela pandemia, se inicialmente potencializou a massificação dos movimentos como resposta imediata pela solidariedade contra a ameaça à sobrevivência, por outro lado exige um esforço que anda na contramão da cultura popular. Essa é a realidade dos movimentos urbanos.

Nos movimentos dos povos de comunidades tradicionais a realidade talvez tenha sido ainda muito mais grave. A população indígena no Brasil, por exemplo, tem enfrentado problemas diferentes e também respondido a estes problemas com grande solidariedade e auto-organização. Para citar somente alguns dos problemas trazidos pela pandemia, que foram apontados pelos próprios indígenas: 1) o isolamento social é um grande desafio devido ao modo de vida de grande parte das comunidades indígenas, centradas em um contato comunitário muito maior do que o modo de vida dos brancos. 2) há um completo descaso dos governos com relação à criação de condições de atendimento à saúde dos indígenas nas comunidades, o que foi agravado pela desarticulação do Programa Mais Médicos. Normalmente, as comunidades estão afastadas da cidade e contam com precárias condições de transporte, tornando extremamente demorado e difícil para um indígena ser atendido. No caso dos indígenas de áreas urbanas, o racismo e preconceito têm impedido, muitas vezes, o próprio atendimento. 3) o material de conscientização sobre as medidas a serem tomadas com relação à

Covid-19 é feito em Português. As diferentes línguas indígenas precisam traduzir, reelaborar este material. 4) o agravamento das queimadas, o ataque de mineradores, garimpeiros e outros para tomarem as terras indígenas continuaram ocorrendo durante a pandemia. Isso agravou profundamente o quadro de contaminação dos indígenas. Inclusive é importante dizer que os indígenas denunciam que a Covid chegou em comunidades de grande isolamento social através de agentes do governo, do exército e de empresas.

A resposta dos movimentos indígenas tem sido exemplar. Na falta de capacidade do governo de produzir dados sobre a Covid entre as populações indígenas eles criaram um *site* que tem conseguido captar a evolução da contaminação. E é gravíssimo. Mais de 8 mil indígenas mortos. Alguns deles são idosos, os guardiões da tradição, os livros destas culturas. O estrago é grande. Além disso, os indígenas organizaram campanhas de solidariedade, começaram a produzir suas próprias máscaras e muitas outras atitudes que demonstram a força da auto-organização histórica.

Para concluirmos, creio que estejamos vivendo uma nova etapa da movimentação social na pandemia. O aumento geral de preços, do arroz, do feijão, da energia, em suma, o aumento do custo de vida, somado à redução do auxílio emergencial têm produzido grande insatisfação. Como viver com 300 reais? Pior ainda: o governo brasileiro não conseguiu ainda articular a continuidade de um programa de transferência de renda. O auxílio vai acabar. E se não houver nenhum programa? Como a massa de trabalhadores marginalizados vai sobreviver?

Se algo não acontecer, a tendência é um aumento estrondoso da insatisfação e a possível canalização desta insatisfação em movimentos explosivos. Os movimentos sociais, que mantiveram sua relação direta com a base, que se mantêm como expressões organizativas das massas populares, serão instrumentos fundamentais da condução coletiva destas lutas. Os movimentos sociais que se burocratizaram, estes serão pressionados à ação por suas bases sociais. De todo modo, o futuro é completamente incerto.

Então veja: me parece que, em primeiro lugar, a pandemia, os movimentos que conseguiram responder com redes de solidariedade, e que conseguiram se colocar como alternativa, uma vez que o Estado não apresentou alternativas para esses trabalhadores, especialmente no seu momento inicial, esses movimentos massificaram, eles criaram,

eles aumentaram, ampliaram a sua base social. Essa que é uma das questões, porém você tem um conjunto com outros problemas, que é um grande obstáculo para os movimentos sociais: a rua. A pandemia interditou a rua. Seja por consciência, o movimento disse: nós não vamos pra rua nesse momento, nós não vamos colocar as pessoas na rua. E a rua é um lugar fundamental dos movimentos. Ela é um lugar fundamental de pressão, de luta, de enfrentamento. Essa interdição que a pandemia colocou à rua fez com que esses movimentos tivessem que descobrir, ainda estão descobrindo, na minha opinião ainda estão tateando, quais outras formas de pressão que também intensificassem o trabalho com a tecnologia, coisa que vários movimentos não tinham ou não faziam, ou faziam de forma muito precária.

Por um lado, a pandemia fez com que os movimentos tivessem que desenvolver mais um lado, que normalmente eles não desenvolvem. Isso foi bom. Porém, por outro lado, esses movimentos sentem o peso de uma exclusão digital profunda. Por exemplo, os catadores, é muito difícil pros catadores fazer uma reunião por Internet. Eles fazem, mas tem muito catador que não tem celular, ou o celular é muito ruim e não dá conta de suportar. Então, os movimentos começaram a criar uma pauta de que é preciso incluir digitalmente a população. Esses trabalhadores precisam ter acesso à tecnologia. A pandemia colocou esse desafio também numa pauta universal que é a classe trabalhadora mais marginalizada. Nós queremos ter acesso às tecnologias, nós queremos inclusão. As cooperativas de catadores, por exemplo, precisam ter *wi-fi* nas suas cooperativas, precisam ter computadores nas suas cooperativas.

Esse é um outro desafio que foi colocado. Acho que em termos urbanos, este foi o primeiro momento, o segundo momento teve o auxílio emergencial, que acabou tirando a urgência daquela primeira rede de solidariedade, aquela primeira urgência de alimentação que essas populações viveram, o auxílio emergencial serviu um pouco pra diminuir essa possibilidade, mas também os movimentos ficaram, um pouco, sem saber. E agora: a gente estava tendo uma função muito importante, criou-se uma rede. E agora que você não tem a rua, essa rede de solidariedade perdeu a sua urgência inicial, as pessoas, inclusive, deixaram de apoiar, de se solidarizar, quando saiu o auxílio diminuiu essa solidariedade.

E os movimentos tiveram, estão vivendo ainda, uma dificuldade de encontrar caminhos, nesse momento. Mas os desafios para os movimentos urbanos são vários, assim como também se a gente pensar nas comunidades tradicionais, nas populações indígenas. Os indígenas foram os que mais sofreram. Se a gente pegar a situação indígena, por exemplo, é muito importante, porque como eles responderam, como eles estão respondendo a esse enfrentamento, como eles estão se organizando?

Para se ter uma ideia, a população indígena tem já uma forma de relação que pressupõe esse contato, esse *tête-à-tête*, esse calor... a comunidade, as comunidades, grande parte delas, e isso é colocado pelos próprios indígenas: como é mais difícil pra nós fazer isolamento, porque o nosso modo de vida é diferente de alguém que cresce em apartamento numa cidade, numa metrópole, num mundo totalmente individualista.

O segundo problema: é a carência dessas comunidades indígenas, a falta de atendimento na área da saúde, e a distância que elas têm dos postos de saúde, grande parte das comunidades são bastante isoladas, a dificuldade de transporte para se chegar nos lugares, para serem atendidos, e esse deslocamento para conseguir comida, que coloca em risco a comunidade pra ser afetada por pandemia. E foi afetada profundamente, os indígenas pela pandemia. Muitos indígenas mortos. Muitos idosos indígenas que eram verdadeiras bibliotecas, os guardiães do saber, da tradição indígena, que faleceram, infelizmente, durante essa pandemia. Uma pandemia que os movimentos indígenas identificaram que fora trazida pelo próprio governo.

Você tem casos que é o próprio exército que traz, que leva a pandemia pra comunidade. Tem caso que é um agente de saúde do governo que leva a pandemia para uma comunidade. Você tem casos desses indígenas que trabalham para frigoríficos e eles pegam essa pandemia nos frigoríficos, e aí trazem pra comunidade.

Mas como os indígenas responderam? Estão respondendo de forma genial, como sempre, assim. São quinhentos anos enfrentando inclusive doenças, epidemias que foram trazidas durante a colonização pelos europeus, e que dizimaram grande parte da população indígena. Os indígenas articularam, organizaram um *site*, uma plataforma pra identificar, pra poder calcular a quantidade, monitorar a quantidade de indígenas que estão sendo afetados, coisa que o governo

não estava dando conta de fazer, os próprios indígenas, o próprio movimento indígena é que organizou, começou a organizar os dados: quantos indígenas pegaram Covid-19? Quantos indígenas faleceram por Covid? Quais são os problemas que nós estamos enfrentando, com relação à Covid? E começaram a fazer esse *site*, essa organização da plataforma e também a exigir posicionamentos do governo com relação à Covid-19.

E pra piorar a situação, pra explicar como a situação no campo está muito problemática, você tem ainda, durante a pandemia, os ataques de mineradoras, os ataques de fazendeiros tentando tomar as terras indígenas, que estão tomando. E em grande parte com o apoio do governo federal, como nós temos alguns casos do governo apoiando quem dissesse que os indígenas têm que perder as suas terras, ou abram mão de suas terras. Durante a pandemia...

Como é difícil para o movimento social responder a todas essas lutas durante esse processo, mas os indígenas estão respondendo com solidariedade.

Outra atitude que eu gostaria de citar, além dessa solidariedade na rede básica, de cesta básica, de comida e tudo mais, você tem também uma solidariedade na produção que os indígenas, por exemplo, fizeram de máscaras, de produtos pra cuidar dos próprios indígenas, que eles começaram a produzir para suas comunidades, por causa de dificuldade de chegar de outros lugares.

Eu diria mais ou menos por aí, que os movimentos fortaleceram a sua auto-organização.

Jhonny Echalar

Ainda sobre as temáticas que emergiram durante a pandemia, e você comentou aqui na sua fala sobre o auxílio emergencial, a partir do auxílio emergencial, podemos destacar o debate sobre a adoção no Brasil de uma "renda básica" para cidadania. Como tem sido o debate sobre esse tema, que surge a partir da implementação do auxílio emergencial?

Rafael Saddi

A implementação do auxílio emergencial transformou a urgência dos movimentos sociais em garantir a sobrevivência da população, porque as pessoas estavam passando fome, não tinha de onde tirar, quando se parou o trabalho durante o isolamento. Porém os seus

efeitos na população brasileira que pôde acessá-lo foram incrivelmente mais profundos do que isso. Foi comum a associação do auxílio emergencial a um aumento de aprovação do governo Bolsonaro entre os mais pobres.

Essa é só uma dimensão trazida pela implementação do auxílio à qual não devemos reduzir a reflexão. O auxílio produziu uma mobilização social própria, uma solidariedade e apoio mútuo entre a população marginalizada. Primeiro, essa população se organizou para receber o auxílio. Através de grupos de *WhatsApp* e de Facebook, as pessoas postavam e tiravam dúvidas umas das outras com relação a como receber o auxílio. Ali, elas trocam informações, se ajudam, compartilham angústias com relação aos problemas que estão enfrentando, tal como a ameaça da fome, o desemprego, etc.

Com a decisão do governo de diminuir o auxílio emergencial de 600 reais para 300, essas redes de solidariedade se movimentaram para pressionar o governo para a manutenção do valor. Trata-se efetivamente de toda uma experiência de constituição da organização das massas populares brasileiras, que supera a divisão em grupos sociais, embora coloque em destaque o protagonismo das mulheres trabalhadoras, que se uniu por um interesse em comum, vital: a necessidade de um programa de transferência de renda que lhes possibilite sobreviver. Essa movimentação de solidariedade de classe efetiva é muito pouco percebida pelas organizações políticas que dizem representar o interesse da classe trabalhadora do Brasil. Essas organizações estão, como demonstram seus discursos, bastante apegadas a questões mais políticas e menos imediatas. A sua mobilização, mais forte em meios universitários, ou em categorias de trabalhadores mais bem inseridas no mercado de trabalho, é com o fascismo e com a democracia. Um discurso talvez ultrapassado dos tempos do fordismo não consegue perceber o que o pesquisador Bruno Cava conseguiu identificar muito bem: essa luta pela renda básica é a nova luta salarial. A luta salarial dos nossos tempos de precariedade.

Jhonny Echalar

Qual é o papel da Universidade Federal de Goiás neste contexto? Levando em consideração programas já existentes e aqueles criados especificamente devido à pandemia da Covid-19.

Rafael Saddi

A UFG implementou durante a pandemia pelo menos dois projetos que eu conheço que lidaram diretamente com a população em situação de vulnerabilidade. O primeiro projeto, que tive o prazer de participar, foi o UFG Solidária. Ele foi implementado de forma rápida, tão logo se iniciou a pandemia, e foi capaz de captar importantes recursos para garantir a sobrevivência de diferentes populações no momento em que elas mais precisavam.

O segundo foi um projeto relacionado à saúde, que viabilizou a realização de testes de Covid para as populações vulneráveis. Isto também foi fundamental, na medida em que as populações marginalizadas e suas organizações puderam diagnosticar e acompanhar o contágio da Covid em suas comunidades.

Creio que estes dois projetos salvaram vidas. O que podemos dizer de mais importante que isso?

INDICAÇÕES DE LEITURA

Emergência indígena. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: http://www.mncr.org.br/

RODRIGUES, Bruno Cava Rodrigues. *Renda universal:* uma referência viável e necessária à reconfiguração econômica, social e salarial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=09SuajMha0o&t=1879s

CAPÍTULO
21

COTIDIANO, ESCOLA E PANDEMIA[1]

Valdeniza Maria Lopes da Barra
Joana Peixoto

A pandemia da Covid-19 vem transformando a sociedade contemporânea e expondo fragilidades dos sistemas políticos e econômicos vigentes nos diversos países do mundo.

Na primeira semana do mês de abril de 2020, poucos meses depois da divulgação da notícia do início da pandemia na China já foram reportados mais de 1,5 milhão de casos e 85 mil mortes no mundo. O Brasil registra 176.941 óbitos e mais de 6 milhões de casos confirmados de Covid-19. Em casos de óbitos no mundo, o Brasil aparece atrás somente dos EUA e da Índia.

Dentre as inúmeras estratégias preventivas, o distanciamento social tem sido praticamente a única medida adotada para diminuir a transmissão da Covid-19, minimizando o contato entre indivíduos potencialmente infectados e saudáveis, ou entre grupos com altas taxas de transmissão ou aqueles com nenhum ou baixo nível. Tudo isso a fim de atrasar o pico da epidemia e diminuir a magnitude de seus efeitos para proteger a capacidade de assistência clínica.

O cenário das cidades brasileiras onde residem mais de 85% da população sofre algumas alterações com o estabelecimento (mesmo que irregular e timidamente) do distanciamento social. Comércios denominados não essenciais foram fechados, buscando evitar aglomerações e promover o afastamento das pessoas; pessoas do grupo de maior risco da atuação do vírus em sua fase aguda foram orientadas a permanecerem isoladas em suas casas; viagens e eventos foram suspensos; escolas tiveram suas atividades presenciais interrompidas.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 11/12/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/cKcbsHzOUcg

Tais ações mudaram o cotidiano de parte da população que pode ficar em casa e não precisa se locomover até o local de trabalho, com o tele-trabalho sendo adotado por diversas empresas.

Mesmo observando medidas de relaxamento quanto ao distanciamento, as escolas ainda permanecem com as aulas presenciais suspensas. De toda forma, até o momento, a rotina de professores, estudantes e familiares está afetada pela adoção de aulas não presenciais com uso de tecnologias digitais em rede ou material impresso. O cotidiano – este conjunto de fatos miúdos – expressa e oculta forças e invade diferentes níveis da sociedade. Para dialogar sobre este tema convidamos a professora Valdeniza Maria Lopes da Barra.

Joana Peixoto

O tempo presente, por si só, não é suficiente para compreendermos a complexidade da nossa realidade e as questões que nela se colocam. Professora Valdeniza, você estudou a escola primária goiana entre os séculos 19 e 20. Segundo dados de sua pesquisa, a partir dos anos 1850, o espaço de funcionamento e a provisão material da escola pública goiana começam a ser regulamentados. A regulamentação prevê o aluguel de casa para o funcionamento da escola. A casa onde funcionava a escola poderia também ser o local de moradia do professor. Você pode nos falar mais sobre isso?

Valdeniza da Barra

Uma pergunta nos levou ao aluguel da casa onde funcionou a escola do século 19. A pergunta era: Quem fixou a lousa na parede frontal da sala de aula? O estudo mostrou que a cimentação da lousa na parede coincidia com a construção de prédio específico para a escola. Os primeiros edifícios construídos para a finalidade escolar são reconhecidos pela literatura especializada como “palácios” ou “templos de civilização”, surgiram no final do século 19 em São Paulo e, gradualmente, em outras localidades. Situavam-se em lugares importantes das cidades, dividindo espaço com a igreja, a prefeitura e praças bonitas. Eram os grupos escolares reunindo as chamadas “escolas isoladas”.

No interior destes prédios há uma divisão em que sala corresponde a uma série de ensino: a sala da primeira série, da segunda série, etc. Em cada sala uma lousa cimentada na parede frontal, definindo os lugares dos móveis, estabelecendo uma hierarquia que também definia a direção dos olhares dos envolvidos.

A pergunta inicial passava a ser redirecionada: E antes de a escola ter um espaço próprio, como era a escola? As escolas de primeiras letras do século 19 funcionavam em casas. Havia pouquíssimos prédios públicos no período. Não raro a casa onde se ensinava também era o lugar de moradia do professor ou da professora. Fato admitido pela legislação vigente desde que alguns critérios fossem obedecidos.

O fato de a escola pública funcionar no espaço doméstico, não raro originou ruídos entre as esferas pública e privada. Na província paulista houve casos de troca do relógio da parede da escola por relógio de bolso, mesa da escola que era usada no espaço da moradia, vassoura da moradia que varria o espaço da escola, meninos que faziam serviços domésticos no horário da aula, questionamento sobre comportamentos afetivos, etc. Muitos destes conflitos iam para as folhas dos jornais da época.

Fatos como estes, somados à condição de aluguel da escola, tinham implicações sobre a provisão material e a organização do trabalho escolar. Exemplo: em 1852 se definiu a tabela de móveis e utensílios que o governo paulista ofertaria para as escolas. Uma professora paulista questionou as medidas dos bancos alegando que não caberiam na casa dela, sugerindo medidas compatíveis com a própria casa.

Com essa breve passagem se pretende, ou se pretendeu demonstrar, que existe uma relação esclarecedora entre cotidiano e história. E essa relação também mostra que, entre outras coisas, a condição de inquilina é uma das marcas de nascença da escola pública.

Joana Peixoto

Estamos nos debruçando sobre a vida cotidiana como “espaço” de reprodução das ideologias e dos funcionamentos sociais. O cotidiano pode nos revelar determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam. Será que a história da educação pode ajudar a pensar o momento pandêmico que estamos vivendo? Você nos falou que, no processo de constituição da escola pública em São Paulo e em Goiás, as escolas funcionavam em casas alugadas e que podiam ser também o local de moradia dos professores. Você enxerga alguma aproximação entre esta situação e o trabalho domiciliar que professores e estudantes estão realizando com a adoção do regime especial de aulas não presenciais?

É diferente. O trabalho e os conflitos no cotidiano das escolas do século 19 também são fatores que pesariam sobre a conjuntura de transição do Império para República, a disputa pela formação da opinião pública quanto ao papel da escola, a formação da cidadania, o projeto civilizatório em debate dentro e fora do país, enfim, tornaram possível o modelo escolar que originou aquilo que as gerações contemporâneas reconhecem como escola. É um modelo em que a relação pedagógica entre professor e aluno é autonomizada de outras relações sociais, acontece em lugar específico e distinto de outros espaços sociais, um tempo específico, um currículo, um corpo docente com formação para tal. É um modelo fundado em conceitos como a presencialidade, a simultaneidade, o jogo de interação entre professor e aluno, alunos e alunos, a mediação de recursos (lousa, livro, computador).

É um modo escolar de socialização e um modo social de escolarização materializados num arranjo material (sala: lousa, carteiras enfileiradas) que traduzem uma hierarquia compatível com o trabalho ali realizado. Este é o modelo conhecido pelas últimas gerações que chegaram ao mundo, sendo que a edificação do espaço físico específico da escola traduziu uma necessidade constantemente atualizada de delimitar tempos e espaços da ação escolar em relação com as exigências de uma sociedade de mercado na qual a grande maioria das crianças tem a rotina semanal marcada pela frequência diária à escola.

A decretação da pandemia e o necessário fechamento das escolas, investe a casa de novos sentidos, já que o "ensino remoto emergencial", alternativa razoável para a excepcionalidade do momento, e a casa, sede de atribuições cotidianas, ganhou novos sentidos, porque além de expor desigualdades socioeconômicas, o ensino remoto também promove alterações nas fundações do trabalho da escola. Aqui será destacado um só aspecto: a batalha virtual e real pela atenção do aluno, condição para o processo de ensino e aprendizagem. Na sala de aula física a lousa, verde ou branca, também definia o lugar do professor, dos alunos, a direção do olhar do aluno. Quando o olho era dirigido para a lousa o pensamento poderia não acompanhar o olhar. Mas o aluno tinha a possibilidade de controlar a própria manobra: olhar para a lousa/professor enquanto o pensamento divagava.

No ensino emergencial remoto o aluno olha para a tela (computador, celular, tablet) ou não. O estudante pode decidir se deseja ou não ser visto. O ato de desligar o microfone e a câmera talvez seja uma forma de cortar a corrente de ruídos entre a vida da casa e a vida da escola no ensino emergencial remoto. Mesmo que a câmera seja aberta, o que ocorrerá com a atenção do aluno? Estará à deriva do dispositivo usado (PC, tablet, celular) que vai disputar a atenção do aluno instantânea e repetidamente por meio de notificações e anúncios de publicidade, valendo-se de recursos sonoros e visuais. Vale a pena conferir na plataforma YouTube, a *live* da professora mexicana Inês Dussel a esse respeito.

Mas não só. A atenção do aluno é disputada também por concorrentes do mundo real, visto que o ambiente doméstico é habitado pela espontaneidade, pelo imediatismo, pragmatismo, o que se opõe à necessidade de atenção voluntária e prolongada – condição para os processos de ensino e aprendizagem. Talvez por isso há quem afirme que a condução na vida cotidiana é para gente adulta.

Joana Peixoto

Na sua resposta anterior, você enfatiza o cotidiano e a materialidade da escola e da educação. Um dos autores que você toma como referência em seus estudos é Fernand Braudel, que fez uma pesquisa sobre a história econômica da Europa pré-industrial. Ele aborda tanto a civilização material como a civilização econômica, destacando aspectos da vida cotidiana. Dentre estes aspectos estão as epidemias. Considerando isto, como este autor trata as epidemias e o cotidiano no período pré-industrial, como é possível estabelecer alguma base de comparação ou reflexão sobre a pandemia da Covid-19?

Valdeniza da Barra

Fernand Braudel (1902-1985) é um historiador francês importante da chamada *Escola dos Annales*, e a ele se imputa a chamada história de longa duração. A obra mencionada inclui o volume I chamado *As estruturas do cotidiano.* Ali o autor se dedica a temáticas variadas, entre as quais epidemias/pestes/doenças.

Dois destaques:

1º) um "acontecimento" como a epidemia não é exatamente uma excepcionalidade, já que para ele os grandes eventos que entram para as narrativas da história se forjam na monotonia do tempo

frágil dos homens, da vida cotidiana "onipresente" e "repetitiva", na vida que "corre sob o signo da rotina". Portanto, epidemias, pestes e doenças seriam "uma constante, uma estrutura da vida dos homens" (Braudel, 1995, p. 66).

Braudel ocupa-se em caracterizar a epidemia como doença que se espalha com as viagens, os seus contágios frequentes e estaria sempre "de reserva", numa espécie de dormência, "para um belo dia se expor de novo" (Braudel, 1995, p. 66), isto é, aguardando pela conjuntura que favoreça o seu aparecimento. As doenças possuem a própria história, esta história é cíclica, alterna fases de "virulência e de apaziguamento".

O fato de o homem praticar um "macroparasitismo predador", desencadeia processos junto ao *habitat* de microrganismos que apesar de muito pequenos (micróbios, bacilos e vírus), são patogênicos e, ao saírem do seu "nicho biológico" atingem uma população indefesa, explodindo a catástrofe. A epidemia se apresenta como um "acontecimento" e, como tal, se pretende "único", entretanto o autor indica que eventos assim se forjariam na estrutura do cotidiano e se viabilizariam em determinadas "conjunturas".

2º) Uma epidemia é sempre uma ocasião propícia para expor desigualdades sociais. Considerando que uma das entradas para a vida cotidiana é a materialidade, Braudel mostra como as condições de moradia e de alimentação, por exemplo, tornam as pessoas mais expostas e vulneráveis em contextos de crise sanitária.

Ao tratar a peste negra na Europa e em países asiáticos, em diferentes períodos históricos, revela a predisposição de presença de ratos em subsolos de casas mais precárias, assim como mostra que dentre as medidas de enfrentamento estava a substituição de casas de madeira por pedras ou alvenaria, e a limpeza dos seus interiores. Ao tratar o aspecto cíclico também revela que em diferentes momentos históricos o esquema de enfrentamento incluiu: quarentenas, vigilâncias, desinfecções, enclausuramentos, "o mesmo esquema social" (Braudel, 1995, p. 71).

Quais lições para o contexto atual? A história das doenças é cíclica, no caso de epidemias possui relação com a atuação do homem sobre o meio ambiente, alterna momentos de apaziguamento e de virulência. Lições históricas que condizem com o discurso das autoridades

da Ciência desde o início da Covid 19. Controladas as condições que dinamizam o contágio há uma freada ou alguma dormência da epidemia. Mas há conjunturas que fazem eclodir a epidemia. O ciclo da pandemia da Covid 19 mostrou ascensão e rebaixamento do contágio e retomada da escalada. Enquanto não se tem uma vacina é preciso mobilizar as ações que possam deter a sua força.

Joana Peixoto

Agora vamos falar do "Arquipélago de Memórias", um projeto de extensão por você coordenado que visa a produzir uma "cápsula do tempo" que reúne relatos orais de professores, estudantes e familiares sobre suas experiências cotidianas a partir do fenômeno pandemia da Covid-19. Fale para a gente sobre este projeto.

Valdeniza da Barra

O "Arquipélago de Memórias" é um projeto de extensão sediado pela Faculdade de Educação da UFG que reúne várias instituições goianas e de outros Estados. Este projeto objetiva recolher relatos, depoimentos e testemunhos orais de pessoas que estão ligadas direta e indiretamente à educação escolar: professores, profissionais da educação, estudantes, pais/mães/familiares de alunos, da Educação Básica e Superior, das redes privada e pública. A pergunta central do nosso projeto é: Como é que a pandemia mexeu e está mexendo com a vida cotidiana de cada um de nós? Se buscam depoimentos, testemunhos sobre o modo como a pandemia mexe com a vida cotidiana destas pessoas. O interessado em contribuir voluntariamente com o projeto *Arquipélago de Memórias* deve entrar no *site* pelo celular ou computador. Lá terá acesso ao projeto, aos parceiros do projeto e a um pequeno roteiro com questões que podem ajudar na composição do relato. Em seguida, será direcionado a três linhas telefônicas (*WhatsApp*), das quais uma para professores/profissionais da educação, outra para estudantes e uma terceira para familiares de alunos. Basta clicar no botão do áudio do *WhatsApp* e gravar o seu relato que será guardado na "cápsula do tempo" do Arquipélago, destacando-se que o seu conteúdo poderá se tornar base para trabalhos acadêmicos publicados a partir de 2025, que ajudarão a compreender este momento tão desafiador para todos nós. A gente parte do entendimento, como disse um determinado escritor, de que "o espírito de uma época pode estar guardado no cotidiano de uma sociedade". Se assim o é, pode ser que os relatos que

serão guardados na cápsula do tempo do "Arquipélago de Memórias", e que só serão manipulados e publicados a partir do ano de 2025, eles serão certamente muito importantes para nos ajudar a compreender os desafios desse momento presente que estamos vivendo.

Joana Peixoto

Muito interessante. Nós temos divulgado esse projeto e essa forma que você nos apresenta está mesmo de acordo com tudo que a gente tem conversado aqui nesse programa, essa questão que eu acho que é importante a gente destacar: ao pensar o cotidiano, pensar a diferença entre um acontecimento e uma ocorrência, pensar no que é continuidade neste processo, neste trajeto de constituição das nossas ações na escola e na sociedade.

Valdeniza da Barra

Em nome da equipe do *Arquipélago de Memórias*, agradeço ao programa *Matutando* pela possibilidade de estar aqui, de matutar sobre a vida cotidiana assim como agradeço pela parceria no projeto *Arquipélago de Memórias* que, ao longo de meses dedicou tempo para sua divulgação neste espaço formativo chamado *Matutando*.

INDICAÇÕES DE LEITURA

BARRA, Valdeniza Lopes da. *Da pedra ao pó:* o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX. Goiânia: Gráfica da UFG, 2016.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo:* séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995. V. I.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CAPÍTULO
22

TRAJETÓRIAS DE APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS: AQUÉM E ALÉM DA PANDEMIA[1]

Joana Peixoto
Jhonny David Echalar

Você já parou para analisar quando começou a "dar um Google", ou pesquisar uma receita, fazer uma localização e enviar para alguém em tempo real? Quando foi que você foi fazer compras pelo *WhatsApp*, Facebook ou Instagram? Em nossas trajetórias nós nos apropriamos de diversas produções humanas, fazendo uso delas, intencionalmente ou não, em nossas atividades diárias.

Vamos fazer mais algumas reflexões: estes exemplos foram todos exemplos instrumentais, mecânicos, por assim dizer. Mas, qual o significado destes e de todos os outros recursos com os quais nos relacionamos? O que representa o Aplicativo Uber para um motorista da empresa, para um taxista e para um usuário destes modelos de transporte?

De que modo os diferentes contextos, políticos, econômicos e educacionais a que estamos sujeitos se relacionam com os "modos" como nos relacionamos com as tecnologias? Qual o impacto político, econômico e formativo dos usos, individuais e coletivos, que fazemos dos diferentes artefatos tecnológicos que temos à nossa disposição, desde um livro a um celular?

Jhonny Echalar

Para discutir conosco sobre este processo, temos a presença da professora Joana Peixoto.

[1] Diálogo transmitido ao vivo em 18/12/2020 pela TVUFG. Disponível em https://youtu.be/h113FYKjOak

Joana Peixoto

É uma alegria e uma grande responsabilidade estar aqui, mais uma vez no Matutando, para dialogar sobre as formas de ensinar e de aprender com tecnologias de uma maneira geral, mas especialmente nesses tempos pandêmicos.

Jhonny Echalar

O nosso tema de hoje tem relação direta com o livro "Trajetórias", resultado da pesquisa mais recente realizada pelo Grupo *Kadjót*. Uma pesquisa que trata da apropriação de tecnologias por professores da Educação Básica. Professora Joana, gostaria de iniciar nossa conversa com a senhora apresentando aos colegas que nos assistem os elementos que caracterizam essa pesquisa desenvolvida pelo Grupo *Kadjót*.

Joana Peixoto

Você iniciou o diálogo fazendo referência ao uso de alguns instrumentos, ao que fazemos com alguns equipamentos. Estas referências podem dar a entender que os usos, as funcionalidades técnicas são os aspectos determinantes na apropriação de tecnologias. Mas a ideia de apropriação, que foi um conceito central que a gente trabalhou nesta pesquisa, propõe uma visão mais ampla. E essa ideia de apropriação me faz pensar na imagem do *iceberg*, que utilizamos num vídeo produzido recentemente pelo *Kadjót.* Um *iceberg* é um grande bloco ou massa de gelo que se desprendeu de uma geleira e vagueia pelo mar. Foi o choque com um *iceberg* que afundou o Titanic, naquele conhecido filme.

Quando a gente observa um fato ou um fenômeno que nos rodeia, a gente enxerga uma parte da realidade, a pontinha do *iceberg*. Por exemplo, quando queremos estudar e compreender os usos que os professores fazem da tecnologia, podemos começar observando o que os professores fazem com o computador, com a Internet, com os objetos virtuais de aprendizagem: que aplicativo está sendo utilizado para ensinar qual conteúdo, se ele propõe uma utilização individual ou coletiva pelos estudantes, se ele solicita que os estudantes produzam algo com o recurso tecnológico.

Tudo isto conseguimos enxergar à primeira vista. Mas, quem está nos escutando e já utilizou a tecnologia sabe que há vários aspectos que importam tanto quanto o objeto técnico que vai utilizar. Por exemplo, agora, durante o trabalho remoto adotado como medida para manter

o distanciamento social: há estudantes e professores que não têm um bom pacote de dados em casa, há casas que não têm nenhum cômodo com iluminação suficiente e sem ventilação, há pessoas da família que contraíram Covid-19 e estão passando mal em casa, sem tratamento adequado, há familiares desempregados. Tudo isto está diretamente ligado a uma economia que concentra a renda nas mãos de poucos, a uma ordem social que cria e mantém separadas uma classe que tem acesso à moradia, ao estudo, à cultura e outra que pode passar uma vida toda trabalhando sem conseguir sequer ter uma casa para morar. Então, todos estes aspectos que eu estou levantando (e sabemos que há muitos outros) são aquela parte do *iceberg* que a gente não vai necessariamente enxergar à primeira vista: aquela enorme parte do *iceberg* que fica submersa.

Na pesquisa que acabamos de concluir, queríamos compreender em que medida o entendimento das trajetórias de usos das tecnologias por professores contribui para a compreensão do trabalho pedagógico escolar.

Mas os usos só iriam nos mostrar o aparente, a pontinha do *iceberg*. Daí que chamamos de apropriação e não de usos todas estas múltiplas determinações que envolvem as relações dos sujeitos com as tecnologias. Eu digo, nós chamamos, mas é que nos baseamos neste conceito de apropriação com base no "velho Marx" e em Vygotsky.

O que eu ainda queria falar aqui é que, para investigar as trajetórias de apropriação de tecnologias pelos professores, nós tivemos que encontrar formas de observar para além do aparente e também para além do que os professores poderiam nos dizer. Porque, num diálogo de perguntas e respostas simples, certamente os professores também iriam nos falar da ponta do *iceberg*. Então, nós precisávamos encontrar instrumentos para mergulharmos junto com os professores no mar, para vermos a maior parte do seu processo de apropriação de tecnologias.

Jhonny Echalar

Realmente, buscar estes variados elementos, em um esforço para conseguir observar para além do que é aparente, já se configura como algo desafiador. Então vamos conversar especificamente sobre a realização da pesquisa: Como o grupo avançou neste sentido, na construção das lentes que possibilitaram aos pesquisadores do *Kadjót* visualizar mais do que está na superfície deste mar de múltiplas determinações?

Joana Peixoto

Bom, então vamos continuar com a mesma metáfora. Estamos nós, pesquisadores do *Kadjót* e professores que nós investigamos no mar profundo de condicionamentos, determinações, aspectos de ordem econômica, social, cultural, psicológica que envolvem ou estão ligados às nossas relações com a tecnologias quando realizamos o trabalho com os estudantes. O que fazer para, neste emaranhado de aspectos, compreender um pouco mais do que está acontecendo lá na superfície?

A maioria de nós já ouviu falar de questionário e entrevista como instrumentos para coletar informações numa pesquisa. Mas, de novo, quando alguém me faz uma pergunta (questionário ou entrevista) como o que está acontecendo aqui e agora, eu respondo o que me vem à cabeça, o que "eu já sei". Que instrumento utilizar para chegar, não apenas ao que o professor já sabe, às respostas que ele já tem prontas, mas às razões mais profundas que explicam as suas atitudes?

Foi então que nós "criamos" a reentrevista. Como funcionou? Nós fizemos uma entrevista com cada professor pesquisado. Conversamos com eles sobre o seu percurso de estudos e sobre a sua formação para ser professor e sobre a sua prática como professor. Nesse papo, ele nos falou de como a tecnologia estava presente em toda esta trajetória. A entrevista foi gravada em vídeo. A seguir, a gente assistiu à entrevista, juntos ou separadamente.

Depois, a gente conversou com o professor sobre o seu pensamento, sobre as profundezas do *iceberg* e não sobre o que estava imediatamente à vista. Esta segunda conversa é a que chamamos de reentrevista. Nela, os entrevistados puderam refletir sobre os próprios sentidos por eles atribuídos a suas práticas, tanto criticamente quanto em sua historicidade. Ou seja, o objetivo da reentrevista consistiu em possibilitar ao professor acionar a sua racionalidade sobre o processo de apropriação das tecnologias.

Podemos dizer que avançamos um pouco na compreensão do trabalho do professor a partir de sua trajetória de apropriação de tecnologias. Pelo menos temos um farol, alguma coisa para evitar que a gente se iluda com a pequenina parte aparente do *iceberg*. Assim, podemos evitar entrar em choque com ele, causando um acidente.

Nós pudemos enxergar que, além de estar submetido aos condicionamentos e determinações impostos pela dura realidade concreta (tanto de sua formação, quanto de atuação profissional, como da

vida em geral), o professor – quando inclui tecnologias em seu trabalho – pensa, contesta, reflete e resiste ao que está lhe sendo imposto. O professor está imerso também no processo de constituição disso, que chamamos de racionalidade objetiva e histórica, um conceito que aprendemos com Vázquez: Adolfo Sánchez Vázquez, um filósofo, professor e escritor espanhol que buscou exílio no México por causa da guerra civil espanhola e viveu até 2011.

Jhonny Echalar

Professora, a senhora chama a atenção para uma constatação importante: quando dizemos que o professor resiste, não estamos falando de resistência passiva, no sentido de recusa em usar a tecnologia, mas de uma resistência como forma de se contrapor e contestar as imposições que lhe são dadas, inclusive propondo, como sujeito ativo, usos a partir de suas intencionalidades pedagógicas. E isso deve ser destacado, para retirar dos nossos colegas o estigma de relutantes ao uso de tecnologia nos processos formativos.

Uma das motivações para se propor o programa Matutando foi o contexto imposto pela pandemia da Covid-19. De que modo compreender a apropriação, e como isso nos auxilia na compreensão sobre o contexto de pandemia que claramente ainda estamos inseridos?

Joana Peixoto

Bom, a apropriação de tecnologias, para apreender aquelas múltiplas determinações, abrange suas diversas formas de uso, o domínio das funcionalidades técnicas, mas, também, o papel social e simbólico a elas atribuído, a potencialidade pedagógica a elas imputadas. Por exemplo, se eu sou uma professora que considera que a tecnologia é "a salvadora", que vai resolver os problemas educacionais, eu vou dar uma aula de forma a valorizar o recurso tecnológico e a depositar nele esta função.

Além disso, a tecnologia chega para nós carregada de significados prévios atribuídos por uma ideologia. A apropriação diz respeito a este processo prévio, mas também à significação que os sujeitos conferem à tecnologia, a partir de sua experiência, do lugar social que ocupam, ou seja, sujeitos sociais que ocupam distintos lugares na sociedade, vão ver a tecnologia, vão atribuir à tecnologia diferentes papéis, e se relacionar diferentemente com ela.

Tudo isso: significados prévios, sentido que atribuímos em razão de nossa singularidade e de nossa condição social, têm relações essenciais com o contexto objetivo.

Como tem se caracterizado o contexto objetivo neste momento de pandemia?

O trabalho remoto foi imposto às escolas sem muito tempo de planejamento; rapidamente vimos as escolas se organizarem para entregar conteúdos impressos para os estudantes, o primeiro movimento foi exatamente esse: conteúdos impressos; algumas escolas da Educação Básica prepararam seu material impresso e colocavam no muro da escola, aí os estudantes e/ou seus familiares iam lá e fotografavam aquelas atividades ou tarefas, iam pra casa, faziam as tarefas, fotografavam e mandavam para o professor por *WhatsApp*. Utilizaram muito o *WhatsApp* como meio de comunicação. Gradativamente a Secretaria da Educação e as escolas começaram a trabalhar mais nas páginas da Internet, dinamizaram suas páginas na Internet, organizaram seus bancos de dados e disponibilizaram mais conteúdo.

A Secretaria Municipal da Educação fez uma parceria com a TVUFG e criou Programas de TV. A gente viu também que se acirraram as formas de controle do trabalho do professor. Nós tivemos notícia de órgãos centrais, de Secretarias de Educação, de coordenadores, de gestores de instituições que orientavam aos alunos que avisassem, que entrassem em contato via *WhatsApp* caso não estivessem tendo resposta do professor.

No Ensino Superior a gente vê a utilização de plataformas privadas, pagas, para a instalação desses suportes educativos: abriram editais para concessão de equipamentos e pacote de dados para os seus estudantes.

Tudo isso que eu estou falando está centrado no objeto técnico. A gente lembra das perguntas que você fez lá no início do programa. Então, tudo centrado no objeto técnico, colocando o objeto técnico como um valor central.

A partir do mês de agosto de 2020 as instituições públicas de Ensino Superior que ainda não haviam a ele aderido, passam a adotar o regime emergencial de aulas não presenciais e, mesmo com a curva crescente de contágio pelo coronavírus e mais de 180 mil óbitos confirmados, os Estados indicam o retorno às aulas presenciais. Agora, depois das eleições, quando se voltou a colocar na pauta da mídia corpora-

tiva a notificação sobre avanço dos casos de contágio e de óbitos, o governo está retrocedendo um pouco nessa ideia de retorno às aulas presenciais.

Pudemos observar uma verdadeira obsessão no que diz respeito ao cumprimento do calendário escolar. As escolas de Educação Básica começaram ainda no mês de março de 2020 a implementar o regime especial de aulas não presenciais. Até agosto de 2020, 54 das 69 das universidades federais aprovaram o retorno das aulas de forma remota.

É fundamental mantermos o vínculo com os estudantes. Mas não à custa de sua saúde e nem do retrocesso nas condições de ensino e de aprendizagem.

É importante fortalecermos o movimento contra o retorno às aulas presenciais sem que haja primeiro a disseminação pública da vacina, a testagem e medidas e ações efetivas de proteção à população.

Importante também desenvolver coletivamente ações formativas que promovam a formação humana, focarmos nisso, na questão curricular, no desenvolvimento de alternativas didático-pedagógicas que promovam de fato a formação humana e não apenas no cumprimento das horas do calendário.

Jhonny Echalar

Professora, algumas transformações sociais ocorrem ao longo de vários anos até serem integradas à sociedade, outras são inseridas devido a processos abruptos, desastres naturais, guerras e crises sanitárias como o caso da pandemia da Covid-19. Quais reflexões cabem em relação à apropriação das tecnologias? Isso com um olhar tanto para o que é anterior à Covid-19 quanto para o que emergiu a partir de sua ocorrência. Fazendo uma referência ao nosso tema: Quais reflexões cabem, "aquém e além da pandemia" em relação à apropriação das tecnologias?

Joana Peixoto

Já se fala da pós-pandemia. Mas quando vemos os dados objetivos, o Brasil ainda não "venceu" nem a "primeira onda". Podemos considerar que estamos vivendo um repique da primeira onda, enquanto os países europeus estão vivendo a "segunda onda".

A verdade é que a pandemia da Covid-19 encontrou uma escola pública já fragilizada. As escolas já se encontravam numa situação de precariedade, as redes públicas de ensino já se encontravam instáveis

e debilitadas e o trabalho do professor em processo crescente de flexibilização e de precarização. Permanecem os problemas essenciais que são ignorados pelas políticas educacionais pós-golpe. E as ações e programas emergenciais não conseguiram superar a problemática do sucateamento da maioria das escolas e nem do trabalho do professor, que já estava em crescente situação de precarização.

Na situação excepcional em que nos encontramos, qual é realmente o papel da educação escolar? Certamente, que não é assegurar a continuidade educacional sem critérios pedagógicos e desconsiderando o contexto da pandemia global.

A gente está vivendo uma situação excepcional, mas a natureza social da educação formal se conserva, visto que a pandemia não revolucionou a forma como os homens produzem a sua existência material. Então, não se trata de reformular inteiramente a organização dos processos educacionais de forma a redefinir o papel social da escola. O acesso aos bens materiais e imateriais – condição para sobrevivência humana, para a saúde e a educação – continua ocorrendo em razão da classe social à qual se pertence. Daí que não se alterou, em sua essência, o papel social da educação.

Então, o sistema emergencial de aulas não presenciais, se baseado na educação como direito universal, precisa orientar a gestão, a adoção de suportes tecnológicos e a revisão curricular de forma a não acentuar as desigualdades sociais, que é o que a gente está vendo acontecer. Dentre os diversos aspectos levantados, vamos destacar três importantes.

– A importância de reorganizar o calendário escolar, considerando essa situação e não tentando adaptar o calendário escolar ao ano civil normal.
– Investirmos nas plataformas públicas: nós estamos nos tornando cada vez mais reféns das plataformas privadas. Essas plataformas capturam nossos dados pessoais, as fotos que a gente tem nos nossos equipamentos e tudo isso é vendido para as grandes empresas.
– E a importância de uma revisão curricular, afirmando a função social da escola.

Tomados como pontos de partida, estes temas podem permear as ações formativas que devem permitir que o estudante realize abstrações que lhe permitam superar uma visão caótica e aparente da realidade e alcançar uma compreensão dos múltiplos fatores que determinam esta crise, que não é natural e nem uma fatalidade.

INDICAÇÕES DE LEITURA

DAVIS, Mike *et al*. *Coronavírus e luta de classes.* São Paulo: Terra sem Amos, 2020. Disponível em: https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

ECHALAR, Jhonny David; PEIXOTO, Joana; ALVES FILHO, Marcos Antonio (org.). *Trajetórias:* apropriação de tecnologias por professores da educação básica pública. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. Disponível em: https://www.editoraunijui.com.br/produto/2284. Acesso em: 12 ago. 2021.

KADJÓT. *Trajetórias*. 2020. 15m29s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hkgnvOLFuI4. Acesso em: 12 ago. 2021.

MARCON, Mary Aurora da Costa. Apropriação. *In:* ECHALAR, Jhonny David; PEIXOTO, Joana; ALVES FILHO, Marcos Antonio (org.). *Trajetórias:* apropriação de tecnologias por professores da educação básica pública. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. p. 91. Disponível em: https://www.editoraunijui.com.br/produto/2284. Acesso em: 12 ago. 2021.

CAPÍTULO
23

MATUTAR É PRECISO!

Cláudia Helena dos Santos Araújo
Gislene Lisboa de Oliveira
Júlia Cavasin Oliveira
Mary Aurora da Costa Marcon

Parafraseando o poeta português Fernando Pessoa, nunca foi tão impreciso viver como nos dias atuais. Essa afirmação retrata a perda precoce de mais de 608 mil brasileiros acometidos pela Covid-19 até o encerramento desta escrita em novembro de 2021. E também o caos e o desgoverno que assolam o país. Faz-se necessário registrar em verso, como "matutar" (dialogar, refletir) tornou-se uma condição precisa para a construção dialógica de novas rotas para atravessarmos as "tormentas" que ora vivenciamos no Brasil. Então, "bora matutar" (frase muitas vezes repetida no chat do Programa Matutando).

A pandemia da Covid-19 surpreendeu todos os setores em escala mundial e na educação não foi diferente, uma vez que o ensino nos seus diferentes níveis foi atingido de forma expressiva. No Brasil, as implicações sanitárias para conter o avanço da transmissão do *Sars--COV*-2 e suas variantes desencadearam, em um primeiro momento, a resistência do governo federal quanto à adoção de medidas necessárias de distanciamento social nos setores do trabalho e da cultura. Enquanto a maioria dos países acompanhava as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à indicação de ações profiláticas para conter a proliferação do vírus e aguardava o desenvolvimento de vacinas, em nosso país o que ocorreu foi uma sequência de equívocos, em especial nos Ministérios da Saúde e da Educação.

Na saúde o que vimos foi o investimento do governo federal no tratamento precoce, que não possui comprovação científica para a não contaminação pela Covid-19; o negacionismo em orientar as Secretarias de Saúde (estaduais e municipais) quanto aos protocolos para a doença; a ausência de testagem em massa; a restrição ao acesso dos dados da pandemia no país, obrigando os veículos de comunicação a

se responsabilizarem pela divulgação dos números de infectados e de óbitos; a disseminação nas redes sociais de *fake news* sobre a eficácia da vacina, o descompromisso e o descaso com a vida do povo brasileiro, como nos alerta Nelson Pretto sobre a "necessidade de desconfiar de tudo" (2020).[1]

A partir disso, em março de 2020, a educação brasileira recorreu ao uso das estratégias do Ensino Remoto Emergencial ou do Regime Especial de Aulas Não Presenciais para garantir o cumprimento do calendário escolar. Saviani e Galvão (2021) nos revelam como esse retorno às aulas de maneira remota se deu de maneira aligeirada, precarizando ainda mais o trabalho docente, com a ausência de estruturas e diretrizes para estudantes e professores. Estes, esgotados das inúmeras reuniões *on-line* para o replanejamento, enquanto as aulas aconteciam. O que nos mostra que o sistema educacional está em consonância com os modos de produção capitalista, como máquinas, sem parar, pois a produtividade e a formação de mão de obra são prioridades para o modelo tradicional de educação.

Enquanto isso, na esfera federal, o Ministério da Educação (MEC) também se eximiu de constituir – com as diversas entidades educacionais, universidades, institutos, organizações, conselhos federal, estaduais e municipais, entre outros –, políticas públicas que reorientassem o calendário e o currículo escolar. Essas instituições educativas desejavam orientação, diálogos, mas foram impactadas por decisões verticalizadas do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Isso implicou a ausência de discussões sobre as diferentes abordagens no processo de ensino e aprendizagem que reconhecessem as diversidades econômica e geopolítica do território brasileiro e de sua população no período da pandemia. Diante do aumento da negligência e da precarização das políticas de Estado por parte do atual governo, coube aos trabalhadores em educação constituírem formas de comunicação *on-line* a fim de debaterem essas questões e ainda manterem o vínculo educacional com os estudantes e a com a comunidade.

[1] PRETTO, Nelson. Plataformas digitais privadas na educação pública. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C498i83ApqE. Acesso em: 20 jul. 2021.

A coletânea das discussões temáticas realizadas entre entrevistadores e entrevistados e apresentada pelos autores neste livro, insere-se na perspectiva de registrar, também por meio da linguagem escrita, o período contemporâneo mais emblemático que atravessamos. Este trabalho visa, portanto, a demarcar historicamente uma época, como também provocar reflexões no público que lê estas páginas, ou que assiste e participa dos diversos assuntos apresentados no Programa Matutando: diálogos formativos.

As condições sanitárias do fenômeno pandêmico do *Sars-COV-2* implicaram o distanciamento social, e com essa realidade, em diferentes formas de se relacionar, trabalhar e formar. A partir dessa necessidade foram pensadas, pelos curadores do Programa Matutando, as atividades, como entrevistas com estudiosos que expõem acerca da organização do trabalho educativo, inclusão excludente, políticas públicas de tecnologias e educação, transversalizados pelos desafios do trabalho docente em uma dimensão político-pedagógica, além de trazer o espaço da arte e cultura.

Os questionamentos prementes da comunidade educacional buscam problematizar o cenário descerrado pela cortina da Covid-19, na tentativa de compreender o marco histórico mundial da crise sanitária, os condicionantes econômicos de sempre e de agora agravados com a pandemia e, ainda, as condições educacionais, sociais e culturais que implicam o trabalho docente. Assim, nasceu o Programa Matutando, que desde março de 2020 criou uma interseção entre professores, pesquisadores, artistas, ativistas dos movimentos sociais e estudantes, a fim de estabelecerem diálogos em que, ao mesmo tempo que tratam de temas relevantes, os entrevistados e os mediadores conseguem "traduzir" temáticas de impacto social a uma linguagem acessível e de fácil compreensão. Tal proposta, executada durante os programas exibidos no período de julho a dezembro de 2020, promoveu uma aproximação do público com os assuntos abordados e, com isso, traz consigo uma proposta formativa.

O Programa Matutando, como um dispositivo de transmissão compartilhada e comunicacional televisivo que se insere em um contexto de formação humana no processo educativo a partir das condições objetivas e subjetivas do trabalho pedagógico, oferta aos docentes, estudantes e interessados nos temas de educação, ciências, arte e cultura, a transmissão semanal na página do YouTube da EaD do IFG e em canal de televisão aberta no período de 2020 a 2021. As relações

constituídas pelos curadores do Programa, entrevistadores, entrevistados, participantes, dispositivos de formação e aparatos tecnológicos utilizados são coerentes com a categoria da formação humana e seus desdobramentos: contradição e linguagem.

Todos esses sujeitos mediadores do Matutando buscam compreender as categorias de formação humana com vistas à (re)criação de rotas que contraponham à pseudoconcreticidade[2] na educação, saúde, economia, entre outros (Kosik, 1976). E ainda colocam em pauta os discursos conservadores que os agentes ultraliberais se apropriam da apresentação de cenários otimistas para a expansão do comércio de aparelhos eletrônicos, a exemplo do uso de computadores (77%) e telefones celulares (84%) (Unesco, 2020), como tendências à permanência do trabalho remoto, além de possibilidades de adequações do ensino presencial para o formato híbrido, percepções de relações humanas mediadas por orientações mercadológicas. Esses discursos são abordados no Programa, pois desencadeiam a naturalização do vírus como comportamento social e sua reverberação em práticas alienadas e não emancipatórias materializadas na aceitação das atuais condições de vida e trabalho.

A linguagem intercambiada no Matutando transita na formação humana a partir de enunciados como "inclusão digital via ambiente escolar"; "organização do trabalho pedagógico na educação *on-line*"; "formação de professores para uso de tecnologias digitais"; "condições de trabalho docente"; "transposição didática: desafios para o trabalho docente", entre outros. A participação é incentivada pela organização do Matutando por meio de uma dinâmica no *chat* com chamadas como: "Muito bom escutar a professora Margarida que está engajada com o tema. Compromisso com educação pública e gratuita de qualidade".

Observa-se que as distintas falas dos entrevistadores, entrevistados e participantes do programa convergem para a necessidade de formação e compreensão pedagógica diante da ausência de políticas de Estado para a utilização das tecnologias como recurso a partir de uma perspectiva crítica e histórica. Além da linguagem que possibilita

[2] "O completo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade" (Kosik, 1976, p. 15).

a interação entre os participantes no *chat*, percebe-se o alcance de um sistema interfuncional de contribuição para a construção de posicionamentos políticos a partir de desenvolvimento de abstrações dos participantes, originalmente em operações e conversações gerais e externas socialmente: "A sociedade tem que se posicionar contra a volta às aulas presenciais e também às aulas remotas pela falta de condições para tal" (participante do *chat*).

Nesse movimento, o interpessoal converge em questões caóticas observadas *a priori* a partir da realidade concreta e de aparências sincréticas manifestadas em exposições como: "de fato, é um momento de se repensar sobre todo o trabalho e a dedicação de cada professor" (participante do *chat*). As entrevistas apresentam uma linguagem que revela o desejo de "desabafos" diante das circunstâncias vividas, da desvalorização do trabalho docente e da exclusão dos estudantes ao saber escolar formal e não formal. Isso representa um abismo social e desvalorização à vida na escola e na escola da vida: "A escola é viva, é gente, é socialização, escola é contato. Infelizmente o que vivemos é a impossibilidade desses contatos diversos" (Echalar, 2020).[3]

Pensar a totalidade humana a partir das práticas sociais requer o olhar sensível à maturação da linguagem e seus signos presentes em perguntas e respostas do Matutando (Vigotski, 2007) e, nesse particular, no contexto de um ensino remoto emergencial. Observa-se a "exclusão na questão da linguagem e como está sendo percebida nos diversos níveis, nas distintas populações" (Araújo, 2020).[4] Isso é o que nos eleva à consciência ainda sincrética de possibilidades de inclusões excludentes no processo de reorganização curricular, em uma educação que polariza tecnologia e pedagogia ao priorizar o uso de tecnologias em detrimento de possibilidades pedagógicas fundamentadas nas teorias educacionais.

O Matutando busca esses diálogos ao aproximar a curadoria, entrevistadores, entrevistados e participantes, trazendo elementos para formações e constructos epistemológicos no campo da educação e seus

[3] ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. Inclusão digital via ambiente escolar. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1kia0fyExdg&t=7s. Acesso em: 20 jul. 2021.

[4] ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos Araújo. O trabalho pedagógico na educação online. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-3rljw-J7Jc&t=110s. Acesso em: 20 jul. 2021.

desdobramentos ccomo afirma em seus projetos de extensão (Echalar, 2021-2022) e ensino (Peixoto; Santos, 2020-2021) acerca do estabelecimento de diálogos com a comunidade sobre o contexto educacional a partir de possibilidades epistemológicas e dialéticas.

Ou seja, a linguagem utilizada objetiva afastar-se da naturalização intencional da desigualdade no campo educacional, da culpabilização docente, aproximando-se de uma dinâmica histórico-cultural. Apresenta reflexões às questões educativas, sociais, de saúde, distanciando de perspectivas instrumentalistas e tecnicistas no trabalho docente: "Ressaltamos a importância de formar nossos professores não somente para utilizar tecnologias, *softwares*, aplicativos, mas para compreender o processo pedagógico" (Araújo, 2020).

A aproximação com educadores e pesquisadores no Matutando convidou a refletir nas intencionalidades econômicas acerca do ideário neoliberal sobre a inovação a partir de sombreamentos dos usos das tecnologias como "ícones da democratização do conhecimento" (Sousa, 2020),[5] concluindo que a "tecnologia de hoje é resultado de um amadurecimento histórico desse processo tecnológico" (Sousa, 2020), destacando a consciência existente da ausência de autonomia docente em suas atividades.

A resistência e a luta de classes transversalizam o Matutando e seus diálogos formativos em suas discussões de temas emergentes do contexto da pandemia de Covid-19 no sistema capitalista vigente, e avança na desmistificação de que o acesso às tecnologias para a sociedade é uma realidade: "o acesso a esses recursos tecnológicos como o computador, o *tablet*, o próprio celular não tem colaborado muito com a própria formação e trabalho docente" (Bueno, 2020),[6] apresentando uma situação de ausência de políticas públicas que viabilizem uma formação para o trabalho docente que utiliza as tecnologias como recurso pedagógico e possibilite a comunicação entre os sujeitos educativos.

[5] SOUSA, Daniela Rodrigues de. Trabalho docente com uso de tecnologias. *Programa Matutando Diálogos Formativos,* 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=StSCrREwz9Q&t=41s. Acesso em: 20 jul. 2021.

[6] BUENO, Denise Cristina. Formação de professores para uso de tecnologias. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vt0tXzyYWJQ&t=66s. Acesso em: 20 jul. 2021.

Pensar então a educação, no seu sentido mais amplo, englobando a tríade ensino-pesquisa-extensão, nos remete à definição de Saviani e Duarte (2010) que afirmam se tratar de um processo humano de comunicação, a partir da maturação de indivíduos em diferentes estágios. Assim sendo, "se a educação é uma atividade específica dos seres humanos, se ela coincide com o processo de formação humana, isso significa que o educador digno desse nome deverá ser um profundo conhecedor do homem" (p. 423). Nesse sentido, a educação e a formação humanas têm uma relação de interdependência, uma sendo complementar à outra. A respeito desta relação entre educação e formação, Kuenzer (2017, p. 351) nos traz importantes apontamentos, com foco na formação de professores:

Na concepção materialista histórica, diferentemente da concepção de epistemologia da prática, o processo de formação de professores deve abranger não apenas o desenvolvimento de competências técnicas para o exercício profissional, mas também o desenvolvimento da capacidade de intervenção crítica e criativa nos processos de formação humana, porque essa é a própria natureza dos processos educativos.

A formação humana, em sua totalidade e complexidade, tece relações dialéticas com elementos importantes em seu desenvolvimento. O trabalho também estabelece esse movimento no intuito de constituir o ser humano social e historicamente, que atrelado aos modos de produção, acarreta na objetificação do ser. Ele torna-se diminuído à mercadoria. E, no entanto, o fruto do trabalho é resultado da objetivação da mente do indivíduo atrelada à atividade (Saviani; Duarte, 2010). Os autores ainda afirmam que não é possível ocorrer uma transformação coletiva se não houver uma reflexão individual, sobre a própria atividade. Ressaltam a importância dessa superação do "ser genérico" para a formação, sendo construída coletivamente, mas partindo do individual.

Ocorre que não há outra maneira de o indivíduo humano se formar e se desenvolver como ser genérico senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho (Saviani; Duarte, 2010, p. 426).

No caso do "Programa Matutando: diálogos formativos", há uma preocupação com a formação humana no sentido de proporcionar o acesso ao conhecimento científico de maneira inteligível para a população. Conflitos e discussões resultantes de inquietações individuais que se tornaram coletivas e assim gerando o Programa.

O Programa torna-se elemento fundamental para compreendermos as suas nuances, como o formato de entrevistas, veículos de comunicação, temas escolhidos e profissionais entrevistados. É neste movimento do individual para o coletivo (com as entrevistas), e do coletivo para o individual por meio dos apontamentos e perguntas no *chat* disponível no canal do *YouTube*, que o Programa se firma com o seu compromisso com a formação humana da comunidade. Ser um programa de ensino e extensionista, por si, já revela essa preocupação com a sociedade, porém focar em temas atuais, sobre os quais ainda existem dúvidas e incertezas, trazendo referências para responder aos questionamentos em entrevistas em meios de comunicação como a TV UFG e o canal no *Youtube*, faz do Programa Matutando uma plataforma séria e comprometida com a comunicação pública da Ciência.

O cenário educacional no Brasil desde o início da pandemia causada pela Covid-19, exigiu uma nova postura de professores e alunos. Nesse sentido, tornou-se imprescindível uma ação diferente das práticas docentes em relação ao distanciamento social, o que provocou o fechamento das instituições de ensino no mundo todo. Essa situação desencadeou o ensino remoto emergencial.

Para Moreira e Schlemmer (2020, p. 7), esta modalidade de ensino em questão demandou que professores e alunos "migrassem para a realidade *on-line*, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem".

Desta forma, a profissão/trabalho docente passou a ser uma constante (re)construção, um reiventar-se diante dos desafios da inserção tecnológica e a problematização do uso de ferramentas digitais no ensino, decidida, primordialmente, pelos docentes. O Programa Matutando, ao longo dos anos de 2020 e 2021, discute temáticas relevantes que envolvem a formação humana, a linguagem e o trabalho docente. Esses três pilares foram amplamente discutidos nos programas do Matutando. Veiculado em uma TV universitária, em que numa sociedade capitalista como a nossa, os conteúdos presentes nos grandes

meios de comunicação condizem aos interesses das classes dominantes, o Programa cumpre o seu papel diante do que se propõe, que é discutir temas atuais a fim de se criar/estruturar/subsidiar fomento para que haja uma organização social composta por cidadãos críticos ou que não tenham de se preocupar primordialmente com questões existenciais.

O que mantém o processo educacional como um sistema complexo em uma sociedade capitalista é a desigualdade social, ou seja, tal complexidade mantém a sociedade dividida em classes, refletindo assim suas transformações e contradições. Mesmo tendo a educação brasileira um caráter estruturalmente dualista, situação que se evidencia cada vez mais nos dias de hoje, durante a pandemia, o Programa trouxe temas relevantes, não só diante da situação educacional atual, mas de um processo histórico que destaca a educação como um importante fator econômico e uma mercadoria, que além de preparar novos trabalhadores para serem versáteis e flexíveis, atende, assim, às necessidades do sistema capitalista. Educação, porém, não é isso, "educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais" (Libâneo, 2001, p.8)

Libâneo (2020)[7] ainda nos fala sobre a dualidade educacional no Brasil: nas classes sociais abastadas, o ensino é voltado para formar intelectuais, ou seja, indivíduos que futuramente se tornarão os dirigentes da sociedade por serem detentores do capital; já para os trabalhadores o ensino ofertado é fragmentado, aligeirado e imediatista, voltado unicamente para as exigências e necessidades do mercado, ou seja, para formar mão de obra e servir como instrumento de sustentação para a supremacia do sistema capitalista. O autor ainda nos alerta sobre essa realidade quando nos traz a dualidade entre escolas socialmente justas e neoliberais.

[7] LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades da escola e da educação pública. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8Z85ZaRaX0Y. Acesso em: 31 jul. 2021.

O cenário excludente tornou-se explícito diante do repasse do auxílio emergencial[8] que evidenciou uma grande parcela da população em vulnerabilidade social e considerada pela equipe econômica do atual governo como "invisíveis". Na realidade, a exclusão dos sujeitos aos bens e serviços é própria do mecanismo capitalista. Saddi (2020)[9] nos traz importantes questionamentos a respeito de pessoas em situação de vulnerabilidade social e explica sobre um projeto extensionista da UFG que auxilia catadores de material reciclado e sua importância. Nesta conjuntura, a inclusão digital nunca foi tão essencial, pois estas pessoas precisam de acesso e equipamentos para realizarem o cadastro e assim receber o auxílio emergencial, pífio diante das necessidades básicas da população, mas acaba sendo fundamental para a sobrevivência das pessoas em vulnerabilidade durante a pandemia. Um dos maiores silenciamentos, de acordo com o professor Rafael Saddi, tem sido com a população indígena, por diversos fatores: maiores taxas de desemprego, vivem em coletivo (dificuldade de manter o isolamento), falta de atendimento médico, transporte, fornecimento de suprimentos, morte cultural das tradições e saberes locais.

Para não encerrar ou esgotar as temáticas de agora e de sempre, tão pertinentes para a educação e para a cultura em nosso país, retomamos com o professor Marcos Aurélio Fernandes (UNB), o sentido clássico da palavra grega *scholé* (do qual deriva o termo escola), que gesta a ideia inaugural de comunidade dedicada ao ócio, aquela em que os sujeitos se propõem ao trabalho criativo, visto que criatividade não está para criar coisas novas, mas para repensar novas dimensões para o que já foi posto pela humanidade. Neste pensar comunitário, fica expressamente desautorizado o negócio na esfera educacional, visto que em sua essência, a palavra "negócio" nega o ócio, isto quer dizer que a educação, independentemente do tempo histórico, deve se dispor ao trabalho como formas de se conceber o mundo. As pala-

[8] Auxílio Emergencial: aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, foi um benefício criado para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19, uma vez que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial Acesso em: 2 nov. 2021.

[9] SADDI, Rafael. Movimento social e COVID-19; Educação, redes e tecnologia. *Programa Matutando Diálogos Formativos*, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4uHmQrKxa4w. Acesso em: 31 jul. 2021.

vras do professor Marcos Aurélio Fernandes nos trazem o vento e o alento de "esperançar" como um neologismo que nos fortalece nas lutas contra o neoliberalismo, o negacionismo e a desesperança. Que venham dias melhores!

REFERÊNCIAS

CNS. Conselho Nacional de Saúde. *Site do CNS*, jul. 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/. Acesso em: 30 jul. 2021.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. Educação em tempos de pandemia: matutar é preciso. *Projeto de extensão ICB-UFG*, set. 2020 a jan. 2022.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade,* v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723. Acesso em: 22 ago. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar,* Curitiba, PR: UFPR, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 13-28, 2012.

MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. *Revista UFG*, v. 20, n. 26, 2020.

PEIXOTO, Joana; SANTOS, Júlio César dos. *Diálogos formativos:* educação em tempos de pandemia. Projeto de ensino. Goiânia: Instituto Federal de Goiás, *Campus* Goiânia, 2020-2021.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 422-433, 2010.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. *In:* SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Universidade e sociedade:* pandemia da Covid-19: trabalho e saúde docente. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2021. p. 36-49. Cap. 3.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus* – Painel TIC Covid-19. 3. ed. 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/painel_tic_covid19_3edicao_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

VIGOTSKI, Lev. *Pensamiento y habla.* Buenos Aires: Colihue, 2007.

AUTORES(AS)
Currículos Resumidos

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás), na linha de pesquisa de Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Cursou especialização em Formação de Professores, com foco em Educação Ambiental, na PUC/Goiás. Graduou-se em Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) e do Departamento de Educação em Ciências (DEC) no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) - UFG. Líder do grupo de pesquisa Kadjót (Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação); membro do Fórum de Licenciatura da UFG e do Centro de Estudos e Pesquisas em Didática (Ceped). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3758976350155947.

Catarina de Almeida Santos

Graduada em Pedagogia, especialista em Gestão da Escola Pública (2000) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2002), doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2008) e pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Atualmente é professora Associada da Universidade de Brasília, coordenadora do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito à educação,

qualidade da educação, educação superior, militarização das escolas públicas no Brasil, gestão democrática e Educação a Distância. É membro da pesquisa "Evasão na Universidade de Brasília: estudos sobre o perfil dos evadidos e fatores interferentes" e vice-coordenadora da pesquisa "Políticas de Expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: Regulação, Qualidade e Inovação em Questão", financiada pelo CNPq e coordenadora da mesma pesquisa na Universidade de Brasília. É coordenadora da Pesquisa "Expansão da Militarização da Educação no Brasil", desenvolvida na UnB e financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAP-DF. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5082833181682586.

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012). Pós-doutora em Estudos Culturais pela UFRJ (2020). Mestre em Educação pela PUC-Goiás (2008). Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2001) e Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela mesma universidade (2005). É associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ANPEd. Atua como editora da Revista Anápolis Digital. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e pesquisadora. Atua no Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Educação do IFG, na linha de pesquisa: Trabalho, Políticas e Formação de Professores; e no Mestrado Profissional em rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Membro do Programa Avançado em Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos na Formação Docente e Educação Ambiental (Nupedea). Membro do Grupo de Pesquisas em Teoria Social e Políticas Públicas. Pesquisadora do *Kadjót* – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8571856189474847.

Daniela Rodrigues de Sousa

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2019), Linha de Pesquisa: Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2002) Área: Didática/Linha de Pesquisa: Multimídias Sociais e Educação Escolar; pedagoga pela UFG (1994). Professora efetiva na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (desde fev 2013). Professora temporária no IFG *Campus* Goiânia Oeste. Pesquisadora do Kadjót – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação. Faz parte da curadoria do Programa Matutando: diálogos formativos (TVUFG/EAD IFG/RTVE). Foi integrante do Programa em Nome da Vida, Programa de Extensão da Proex/PUC-GO de fevereiro de 2016 a junho de 2018. Atuou como integrante da equipe pedagógica do Centro de Seleção da UFG (abril 2008 a julho 2014). Participou do Projeto UFG vai à Escola (abril 2008 a julho 2014). Atuou como professora, coordenadora e diretora na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Escolas São Francisco de Assis (1989 a 1997) e Escola Recriarte (2000 a 2011). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7616631479317166.

Denise Cristina Bueno

Mestre em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás. (2017). Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás. (2013) Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Goiás (1998). Especialista em Gestão Escolar (2015). Especialista pela FGV no Curso de Formação do Grupo de Multiplicadores da Cultura Gerencial do Prouni-PNAGE - GO. (2011). Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira (2003) e Especialista em Informática Educacional (1999). Formadora do Pacto de Fortalecimento do Ensino Médio em parceria com a Seduce e UFG (2014). Participa do Grupo de Estudos Kadjót, junto ao Programa de Fortalecimento de Redes de Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

(Fapeg), sob coordenação da professora doutora Joana Peixoto. Gestora da Escola de Formação da Seduce (2011). Gestora do Núcleo de Tecnologia Educacional de Goiânia (2014-2019), atuando na formação dos professores da Educação Básica. Atualmente Gerente de Qualificação Docente no Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor) da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc) e professora da Educação Básica em Artes Visuais no Ensino Médio. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5020777483933512.

Gislene Lisboa de Oliveira

Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) cuja área de pesquisa foi Políticas Públicas e EaD; Mestrado em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (2000); Especialização em Imunologia pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTESP)/Universidade Federal de Goiás (1996); graduada em Biologia – Bacharelado e Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1992). Atualmente é docente do Ensino Superior da Universidade Estadual de Goiás – UEG – lotada no Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), onde atua como professora no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e no Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede (Pear). Está desde fevereiro de 2021 como assessora da Coordenação de Ensino e Pesquisa do Cear. Esteve até dezembro de 2018 como membro da equipe do Desenho Educacional. Atuou até dezembro de 2017 como coordenadora-adjunta de Estágios e Prática Profissional dos cursos de Graduação do Cear e até agosto de 2015 na Assessoria de Estágios, TC e Atividades Complementares da Pró – Reitoria de Graduação (PrG) da UEG. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1360660511282034.

Jackeline Império Soares

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Católica Dom Bosco (2014). Mestrado em Educação pela UFG (2016). MBA em Gestão Escolar pela USP (2020). Servidora da Secretaria Municipal de Educação do município de Goiânia. Professora substituta no Instituto Federal de Goiás – *Campus* Goiânia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9972485790762979.

Jhonny David Echalar

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) na linha de Estado, Políticas e História da Educação. Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Educação a Distância pela Universidade Gama Filho. Licenciado em Ciências Biológicas pela UEG. Integrante do Grupo de Estudos em Educação a Distância (GEaD – UFG) e do Kadjót – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação. Professor efetivo (P-IV) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5746522784363534.

Joana Peixoto

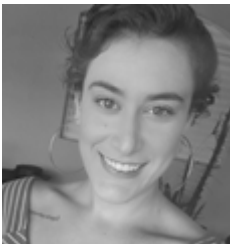
Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1982), Especialização em Informática e Educação pela Unicamp (1989), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1991), DEA/ Approches Plurielles en Sciences de Éducation (2002) e Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Paris 8 (2005). Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação do IFG, atuando na linha de pesquisa: Teorias Educacionais e Práticas Pedagógicas. É professora colaboradora no Mestrado Profissional em Educação Para Ciências e Matemática no IFG. Líder do Kadjót – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações

entre Tecnologias e Educação, que desenvolve ações conjuntas com os seguintes grupos de pesquisa: Geted (UCDB), Gead (UFG), Gemat (UFG), Gepettes (Uniube), LTI Digital (Ufba). Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/Goiás (gestão 2010 – 2012). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5636200472384576.

José Carlos Libâneo

Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966), Mestrado em Filosofia da Educação (1984) e Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Pós-Doutorado pela Universidade de Valladolid, Espanha (2005). Professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPq: Teorias e Processos Educacionais. É membro do Conselho Editorial das seguintes revistas: Olhar de Professor (UEPG), Revista de Estudos Universitários (Sorocaba), Educativa (PUC/Goiás), Espaço Pedagógico (UPF), Interface – Comunicação, Saúde e Educação (Unesp Botucatu), parecerista da Revista Brasileira de Educação e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Pesquisa e escreve sobre os seguintes temas: teoria da educação, teoria histórico-cultural, didática, formação de professores, ensino e aprendizagem, políticas públicas para a escola, organização e gestão da escola. Possui Bolsa de Produtividade do CNPq, Nível 2. É membro do GT Didática da Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. É fundador e membro do Centro de Estudos sobre Didática e Práticas de Ensino (Ceped), fundador e Secretário da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (Andipe), membro da Comissão Organizadora dos Encontros Estaduais de Didática e Práticas de Ensino (Endipe). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7261628151334430.

Júlia Cavasin Oliveira



Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG). Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás (2017). É integrante do grupo de estudo e pesquisa Kadjót (Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação). Bolsista Capes. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4211477118370622.

Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

Doutor em Arte e Cultura Visual pelo PPGACV, da Faculdade de Artes Visuais – Universidade Federal de Goiás (início: 2011-1); Mestre em Tecnologia pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologia – PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR (2008); Especialista em Educação a Distância pela Universidade Federal de Brasília – UnB (2001). Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (1994). Nome artístico: Júlio Vann. Professor de Artes (Teatro e Cinema), ator, diretor, roteirista, figurinista, documentarista, cineasta. Professor de Artes (aposentado), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, desde 1995. Integrante do Kadjót – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação, a partir de 2013. Atuou como diretor de Educação a Distância do Instituto Federal de Goiás. Atualmente é professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Goiás. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8258339363624501.

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Possui Graduação em Pedagogia, Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (2001) e Doutorado em Educação pela mesma Universidade (2008). É professora Associada – DE – da Universidade de Brasília – UnB – no Departamento de Administração e Planejamento – PAD da Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em

Educação. Desenvolve e orienta pesquisas na área de Formação de Professores. Coordena o grupo de pesquisa GEPFAPe – Grupo de Pesquisa sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos. Pós-Doutorado na Universidade de Campinas/Faculdade de Educação sob a supervisão do professor doutor Luiz Carlos de Freitas. Coordenadora do GT-08 – Formação de professores da Anped. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9567141312757077.

Luciene Maria Bastos

Atualmente leciona no Instituto Federal de Goiás – *Campus* Goiânia, ministrando a disciplina História da Educação. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2014), com tese intitulada: Escola em Aristóteles: instituição de formação cultural e ético-política. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2007), com dissertação intitulada: Sociedade, indivíduo e fetiche: a constituição da subjetividade no âmbito da indústria cultural. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2003). Participa do Grupo de Estudos de Filosofia e Educação (Gefe), da Faculdade de Educação da UFG, desde 2005. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0543484878002296.

Marcos Aurélio Fernandes

Possui Graduação em Filosofia pela Universidade São Francisco (1991), Mestrado em Filosofia – Pontifício Ateneu Antonianum (2000) e Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Antonianum (2003). É professor-adjunto da Universidade de Brasília. É autor do livro "À Clareira do Ser: da Fenomenologia da Intencionalidade à Abertura da Existência" (Daimon Editora, Teresópolis-RJ, 2011), e dos capítulos "Do cuidado da fenomenologia à fenomenologia do cuidado", no livro, organizado por Adão José Peixoto e Adriano Furtado Holanda, "Fenomenologia do cuidado e do cuidar: perspectivas multidisciplinares? (Curitiba: Juruá,

2011); Skholé: o sentido fundante da escola", no livro organizado por Ildeu Moreira Coêlho, "Escritos sobre o sentido da escola" (Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012); "Técnica, pensamento, paideia", no livro organizado por Ildeu Moreira Coêlho e Rita Márcia Magalhães Furtado, "Universidade, cultura, saber e formação" (Campinas-SP: Mercado das Letras, 2016); "Filosofia, Formação e Pedagogia", no livro organizado por Adão José Peixoto, "Ensaios de Filosofia, Educação e Psicologia"; "Por uma fenomenologia da religiosidade", no livro "Lições de Filosofia da Religião" (Porto Alegre, Editora FI, 2018). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5481070831430679.

Maria Margarida Machado

Graduada em História, especialista em políticas públicas, mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1997) e doutora em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Vice-diretora e coordenadora de Graduação da Faculdade de Educação da UFG, no período de 2002 a 2004. No período de 2004 a 2006 foi coordenadora pedagógica do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secad/MEC. Vice-diretora e coordenadora das disciplinas de Licenciatura da Faculdade de Educação da UFG, no período de 2010 a 2013. Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no período de 2013 a 2015. Coordenou de 2010 a 2015 o Projeto Centro Memória Viva – Documentação e referência em EJA, educação popular e movimentos sociais do Centro Oeste e coordenou de 2013 a Fev/2016 a rede de pesquisa do Observatório da Educação da Capes que envolve UFG, Unb e Ufes. Realizou no ano de 2016 Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Sevilha, na Espanha. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Educação. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3133555536143694.

Maria Valeska Lopes Viana

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1997) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2002).É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), *Campus* Goiânia Oeste. Tem experiência na docência superior e atuou como professora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, do curso de Pedagogia e Licenciaturas na Universidade Federal de Goiás, na Universidade Estadual de Goiás e na Faculdade Araguaia. Atuou como coordenadora pedagógica no Centro de Formação dos Profissionais da Educação da Secretaria Municipal da Educação de Goiânia coordenando a instituição da Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Município de Goiânia. Atuou, no período de agosto de 2016 a agosto de 2017 como chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas do *Campus* Goiânia Oeste/IFG e desde outubro de 2017 atua como diretora da Educação Básica e Superior da Pró-Reitoria de Ensino do IFG. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8375849872377622.

Mariana de Cássia Assumpção

Graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista, Unesp, *Campus* de Araraquara. Trabalhou como professora na rede estadual de São Paulo e na rede municipal de Araraquara. Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás, lotada no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação (Cepae). Seus interesses de pesquisa concentram-se na área de fundamentos da educação com ênfase na psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5418513679571400.

Márlon Herbert Flora Barbosa Soares

Cursei Licenciatura em Química na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Desde 1993, até antes de me mudar para São Carlos – SP em 1999 para cursar o Mestrado, ministrava aulas de Química e Física no Ensino Médio público. Em 2001, após dois anos, terminei meu Mestrado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), trabalhando com ensino de Química Analítica. Concluí o Doutorado em 2004, três anos após meu ingresso e dois anos após ter sido aprovado em concurso público para professor-assistente na Universidade Federal de Goiás, onde estou atualmente. Hoje sou professor titular e um dos professores da área de Ensino de Química do Instituto de Química da UFG. Coordeno o Laboratório de Educação Química e Atividades Lúdicas (Lequal). Fui coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do curso de Licenciatura em Química do IQ – UFG entre 2008-2012. Sou pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Ciências (Nupec) da UFG, com financiamento do CNPq e do Finep. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9698540158266610.

Mary Aurora da Costa Marcon

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Especialista em Gestão Educacional pela mesma Universidade. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2003) e Processamento de Dados pela Universidade Metodista de Piracicaba (1983). Membro do Kadjó – Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação. Membro fundador e do corpo editorial do periódico científico Revista Anápolis Digital. Professora concursada na Secretaria Municipal de Educação de Anápolis – GO, onde atua como assessora na área de Educação e Tecnologia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3383787516669594.

Nelson De Luca Pretto

Licenciado em Física (UFBA, 1977), mestre em Educação (UFBA, 1984) e doutor em Comunicação (USP, 1994). Professor titular (e ativista) da Faculdade de Educação da UFBA, bolsista do CNPq. É membro titular da Academia de Ciências da Bahia. Foi conselheiro da SBPC (2015/2019), Secretário Regional na Bahia da SBPC (2011/2015), titular do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia no período 2007/2011, assessor do Reitor da UFBA (1995/1996) e diretor da Faculdade de Educação/UFBA por dois mandatos (2000/2008). Foi editor da "Revista entreideias: educação, cultura e sociedade" (antiga Revista da Faced). Realizou Pós-Doutoramentos na Universidade Trent de Nottingham/Inglaterra (2008/2009) e na Universidade de Londres/Goldsmiths College, ambos com apoio da Capes. É o responsável pela concepção do projeto de inclusão sociodigital denominado "Tabuleiros Digitais" [http://www.tabuleirosdigitais.org] desenvolvido pela Faculdade de Educação da UFBA. Líder do Grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias e integra os grupos de pesquisa "Laboratório Interdisciplinar sobre informação e Conhecimento" (UFRJ) e "Ábaco" (UnB). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1504621070252946.

Pollyanna Rosa Ribeiro

Pedagoga, mestre e doutoranda em Educação (UFG); professora na PUC/Goiás, membro da pesquisa em curso Arte, Psicanálise e Educação: procedimentos estéticos no cinema e as vicissitudes da infância UFG/Cepae/PUC Goiás/UEG/UAB-UNB/UEMS e membro do Nevida (Núcleo de Estudos em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte/UFG). É autora do livro "Projetos de Trabalho na Educação Infantil". É também professora do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Cecília Meireles da rede pública de Goiânia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6297197088078512.

Rafael Saddi Teixeira

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2009), mestre em História pela mesma Universidade (2004) e graduado em História pela Universidade Católica de Goiás. Atualmente é professor-adjunto da UFG (Universidade Federal de Goiás). Tem experiência na área de História, com ênfase em Didática da História, Teoria da História e História da América. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2919949012379731.

Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Graduação e Licenciatura em Enfermagem (Universidade Federal de Goiás). Na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e docente colaboradora no Mestrado em Atenção à Saúde. Na Faculdade de Inhumas, atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Teoria Histórico-cultural e Práticas Pedagógicas (CNPq).

Rita Von Hunty

Persona drag de Guilherme Terreri, ator formado pela Unirio e professor de língua e literatura inglesa formado pela USP. Atua no cinema e no teatro, apresenta programa de TV (*Drag Me As A Queen*) e administra o canal *Tempero Drag* no YouTube com vídeos semanais sobre os principais temas da nossa sociedade, além de viajar o país e o mundo oferecendo cursos de formação sobre os Estudos de Cultura. Currículo Lattes (Guilherme Bombig Terreri): http://lattes.cnpq.br/0673914013917616.

Sandra Regina Longhin

Graduada em Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química pela Universidade Federal de São Carlos (1979), Bacharelado em Química pela Universidade Federal de São Carlos (1980), Mestrado em Química Analítica pela Universidade de Brasília (1994) e Doutorado em Química Analítica e Inorgânica pela Universidade de Brasília (2008). Atualmente é professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus* Goiânia, e professora-adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Na área de Ensino de Química e Educação Ambiental atua no Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do IFG na Formação de Professores para o Ensino de Química, em Educação Inclusiva, em Educação Ambiental. Atualmente é coordenadora institucional do Pibid da PUC/Goiás. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5290628721224008.

Sandra Valéria Limonta Rosa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília), doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), realizou estágio pós-doutoral em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG) na Faculdade de Educação. No curso de Pedagogia é professora da área de Fundamentos, Conteúdos e Metodologia de Ciências Naturais e no Programa de Pós-Graduação em Educação está vinculada à linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo. Líder do grupo de estudos e pesquisas Trabalho Docente e Educação Escolar (Trabeduc). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6361226363713191.

Sebastião Cláudio Barbosa

Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela mesma Universidade (2003) e Doutorado em Educação também pela UFG (2017). É membro do Nupemarx (Núcleo de Pesquisa Marxista) e do NUPEEFT (Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação e Formação de Trabalhadores). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e professor titular da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Interdisciplinaridade e epistemologia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9167766831005467.

Valdeniza Maria Lopes da Barra

Doutorado (2005) em Educação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado (2001) em Educação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Pedagogia pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (GO). Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (2004-2008). Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, com atuação na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Desde julho de 2020 coordena o projeto Arquipélago de Memórias: pandemia e vida cotidiana de professores, estudantes, pais/mães de alunos (familiares). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5208424484929612.